



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO: CIDADE E IMPACTOS NO TERRITÓRIO
LINHA DE PESQUISA: PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA

JOYCE NAARA PIMENTA ABREU

**DELIMITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DE INTERESSE
PATRIMONIAL NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA - ES

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO: CIDADE E IMPACTOS NO TERRITÓRIO
LINHA DE PESQUISA: PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA

JOYCE NAARA PIMENTA ABREU

**DELIMITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DE INTERESSE
PATRIMONIAL NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do **Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo**, na área de concentração Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida

VITÓRIA – ES

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do
Espírito Santo, ES, Brasil)
Zilda Francisca de Oliveira – CRB-6 ES-000650/0

A162d Abreu, Joyce Naara Pimenta, 1980-
Delimitação de áreas urbanas de interesse patrimonial na
política de preservação do Estado do Espírito Santo / Joyce
Naara Pimenta Abreu. – 2017.
140 f. : il.

Orientador: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio cultural – Proteção. 2. Planejamento urbano –
Proteção. 3. Sítios históricos – Espírito Santo (Estado). I.
Almeida, Renata Hermann de. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

JOYCE NAARA PIMENTA ABREU

“DELIMITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS DE INTERESSE
PATRIMONIAL NA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 29 de maio de 2017.

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Renata Hermann de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça
(membro interno – PPGAU/UFES)

Prof. Dr. Julio Cesar Ribeiro Sampaio
(membro externo – UFRRJ)
(via webconferência)

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, a quem devo absolutamente tudo.

A Renata Hermann, por ter aceitado pela segunda vez a empreitada de ser minha orientadora, e pelos ensinamentos que extrapolam o saber científico.

A Maria Angélica e Juliana Rodrigues, pela disponibilidade e paciência para a pesquisa dos arquivos da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Cultura.

Aos que cederam, gentilmente, seu tempo para as entrevistas, preenchendo importantes lacunas: Cecília Nassif, Fernando Betarello, Rodrigo Zotelli, Fernando Achiamé e Tatiana Casado.

Aos amigos da caminhada e colegas pesquisadores do Patri_Lab, em especial Aline, Vera e Angélica, pelo apoio nos momentos de desânimo e de incertezas. É certo que o caminho percorrido foi mais leve por causa de vocês.

Ao meu amigo Rodolfo dos Santos, sempre incentivador, mesmo de forma virtual, encorajando e torcendo. És um amigo querido.

A todos que contribuíram nas mais diversas formas que o conhecimento é capaz de se apresentar. Cada um de vocês faz parte deste trabalho. Cada um de vocês é um pedacinho de retalho, costurados pelo tempo, aqui e também na minha história: GRATIDÃO!

“Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”

Italo Calvino

RESUMO

A esquisa se dedica à investigação da gênese da delimitação de sítios históricos enquanto prática adotada pelo Conselho Estadual de Cultura para preservação do patrimônio urbano no Espírito Santo, com o objetivo de entender a metodologia adotada e sua vinculação ao percurso de atualização do conceito de patrimônio. Faz isso por meio de investigação de perspectiva histórica e teórica acerca do conceito de patrimônio cultural, especificamente na consolidação do patrimônio urbano, e por meio de uma investigação conceitual acerca da evolução da delimitação de áreas urbanas patrimoniais no Brasil, por meio da política preservacionista do IPHAN. Assim, a análise tem como fonte documental os processos de tombamento dos cinco sítios urbanos tombados no Espírito Santo, a saber, Porto de São Mateus, Santa Leopoldina, São Pedro do Itabapoana, Muqui e Itapina. O desafio é compreender e discutir aquilo que se delimita (objeto) e como se delimita (instrumentos e procedimentos). A intenção é avaliar a correlação entre a delimitação de áreas urbanas e a evolução do conceito de patrimônio urbano, com particular interesse em sua autonomia enquanto objeto patrimonial. Especificamente, busca identificar objetivos, formas e procedimentos de delimitação, e entender mudanças ocorridas na forma de apreensão dos sítios históricos na política estadual de preservação. Em que pesem as particularidades de cada sítio analisado, é possível identificar a delimitação como uma política consolidada de proteção dentro do Conselho Estadual de Cultura, em consonância com a política de preservação nacional.

Palavras-chave: Patrimônio urbano; Instrumentos de proteção; Preservação urbana; Sítios históricos.

RÉSUMÉ

La recherche concerne l'étude de la genèse de la délimitation des sites historiques en tant qu'une pratique adoptée par le Conseil d'Etat de la Culture pour la préservation du patrimoine urbain dans l'État de l'Espírito Santo, dans le but de comprendre la méthodologie adoptée et son rapport avec les procédures de la mise à jour du concept de patrimoine. Ceci s'est fait à partir d'une évaluation fondée sur la perspective historique et théorique à propos du concept de patrimoine culturel, en particulier sur la consolidation du patrimoine urbain, et par le moyen d'une étude conceptuelle de l'évolution de la délimitation des zones patrimoniales urbaines au Brésil, à travers la politique de préservation du IPHAN. Ainsi, l'analyse a comme source documentaire les processus de classement des cinq sites urbains répertoriés dans l'Espírito Santo, à savoir : Porto de São Mateus, Santa Leopoldina, São Pedro do Itabapoana, Muqui e Itapina. Le défi consiste à comprendre et à discuter de ce qui est délimité (objet) et de la façon dont ce objet est délimité (instruments et procédures). L'intention est d'évaluer la corrélation entre la délimitation des zones urbaines et l'évolution du concept de patrimoine urbain, avec un intérêt particulier pour son autonomie en tant qu'objet patrimonial. Plus précisément, il cherche à identifier les objectifs, les formes et les procédures de délimitation et à comprendre les changements produits dans la forme d'appréhension des sites historiques dans la politique de préservation de l'État. Quelles que soient les particularités de chaque site analysé, il est possible d'identifier la délimitation en tant que politique de protection consolidée au sein du Conseil d'Etat de la Culture, conformément à la politique nationale de préservation.

Mots-clés: Patrimoine urbain; Instruments de protection; Préservation urbaine; Sites historiques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta de Nova York, 1811	25
Figura 2 - Zoneamento do sítio tombado de Serro, em 1980	36
Figura 3 - Zoneamento do sítio tombado de Congonhas, em 1988	37
Figura 4 - Setorização do sítio tombado de Tiradentes.....	38
Figura 5 - Perímetro de tombamento de Cataguases	39
Figura 6 - Poligonal de tombamento do sítio urbano de Mariana	40
Figura 7 - Municípios onde se localizam os sítios históricos tombados no Espírito Santo.....	49
Figura 8 – Sítio Histórico do Porto de São Mateus, Largo do Chafariz	50
Figura 9 - Casario em ruínas da Rua do Comércio, no início da década de 1980	52
Figura 10 – Casario em ruínas da Rua do Comércio, no início da década de 1980. 53	
Figura 11 - Sítio Histórico do Porto de São Mateus, Largo do Chafariz com Rio Cricaré ao fundo.....	54
Figura 12 - Mapa de Zoneamento da Área do Porto de São Mateus, 1982	55
Figura 13 - Mapa do Uso do solo e gabarito.	59
Figura 14 - Localização dos imóveis que sobressaem aos imóveis tombados.	59
Figura 15 - Poligonal da Área de Proteção do Ambiente Cultural do Porto de São Mateus	60
Figura 16 - Perímetro da Área do Tombamento e da Área de Vizinhança do Tombamento do Porto de São Mateus.....	60
Figura 17 - Sítio Histórico de Santa Leopoldina	62
Figura 18 – Sítio Histórico de Santa Leopoldina	64
Figura 19 - Zoneamento com a proposta da Zona de Interesse Histórico – ZIH, 1981	68
Figura 20 - Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina, 2010	71
Figura 21 - Poligonais da Área de Tombamento, de Vizinhança e Área <i>non aedificandi</i> da APAC de Santa Leopoldina, 2010.....	72

Figura 22 - Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana	73
Figura 23 - Proposta de delimitação para o sítio de São Pedro do Itabapoana, 1987	75
Figura 24 - Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana	76
Figura 25 - Demarcação da APAC de São Pedro do Itabapoana, 2010	78
Figura 26 - Demarcação das Áreas de Tombamento e de Vizinhança de Tombamento, 2010	78
Figura 27 - Demarcação de Áreas <i>non-aedificandi</i> no sítio de São Pedro do Itabapoana	79
Figura 28 - Sítio Histórico de Muqui	80
Figura 29 - Perímetro do Tombamento proposto no tombamento municipal, 1999...	82
Figura 30 – Entorno do Perímetro de Tombamento proposto pelo Município, 1999 .	83
Figura 31 - Proposta de delimitação do Sítio Histórico de Muqui, 2008	84
Figura 32 - Sítio Histórico de Muqui	85
Figura 33 - Proposta de Setorização, após aplicação do Manual de Normatização de Cidades Históricas	88
Figura 34 - Área de Proteção do Ambiente Cultural de Muqui	89
Figura 35 - Setorização da APAC de Muqui.....	89
Figura 36 - Sítio Histórico de Itapina	91
Figura 37 - Área de Tombamento proposta pelo estudo, subdividida em Área de Proteção Rigorosa e Área de Diretrizes Especiais, 2010	92
Figura 38 - Proposta da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, 2010 ...	92
Figura 39 - Sítio Histórico de Itapina	95
Figura 40 - Demarcação da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de Itapina	96
Figura 41 - Demarcação da Poligonal de Tombamento do Sítio Histórico de Itapina	96
Figura 42 - Demarcação da Poligonal de Entorno Imediato (PEI) A, Sítio Histórico de Itapina	97

Figura 43 - Demarcação da Poligonal de Entorno Imediato (PEI) B, Sítio Histórico de Itapina	97
Figura 44 - Setorização do Sítio Histórico de Itapina	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A CIDADE PATRIMÔNIO	22
1.1 A GÊNESE DO PATRIMÔNIO URBANO	22
1.2 INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL	29
1.2.1 O Patrimônio Urbano e o Decreto-Lei 25/37	29
1.2.2 O patrimônio urbano e o planejamento urbano	32
1.2.3 A delimitação de áreas urbanas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.....	35
2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO ESPÍRITO SANTO ..	42
2.1 O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA - CEC	42
2.2 AS ÁREAS URBANAS PRESERVADAS.....	50
2.2.1 Sítio Histórico do Porto de São Mateus	50
2.2.2 Sítio Histórico de Santa Leopoldina	62
2.2.3 Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana	72
2.2.4 Sítio Histórico de Muqui	79
2.2.5 Sítio Histórico de Itapina	90
3 A DELIMITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS NA POLÍTICA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO – CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA.....	99
3.1 1975-1987: A GÊNESE DA DELIMITAÇÃO	99
3.2 1988-2006: HIATO.....	103
3.3 2007-2010: A DELIMITAÇÃO COMO INSTRUMENTO.....	104
3.4 2011-2013: UM PATRIMÔNIO MUTÁVEL	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
APÊNDICE A – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (1967)	119

APÊNDICE B – ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO CULTURAL (1967).....	120
APÊNDICE C – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (1969)	121
APÊNDICE D – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (1988)	122
APÊNDICE E – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (2006)	123
APÊNDICE F – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL (2006)	124
APÊNDICE G – ESTRUTURA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (2007)	125
APÊNDICE H	126
APÊNDICE I.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEC	Conselho Estadual de Cultura
DEC	Departamento Estadual de Cultura
DPHC	Divisão de Patrimônio Histórico Cultural
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FCES	Fundação Cultural do Espírito Santo
FJSN	Fundação Jones dos Santos Neves
GT	Grupo de Trabalho
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Secult	Secretaria de Estado da Cultura

INTRODUÇÃO

O advento da Revolução Industrial traz transformações bruscas em todos os campos da vida humana. Para Choay, a mudança “abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana” (2001, p.127). Para Piccinato,

[...] cuando tal situación varía, con el afirmarse de las relaciones capitalistas de producción y de la consecuente división social del trabajo, dejan de tener principal interés aquellas razones que habían sostenido hasta entonces la organización da la vida urbana precapitalista. (PICCINATO, 1983, p. 15)

De fato, as transformações trazidas com a industrialização afetam sobremaneira a configuração das cidades. Sobre o antigo tecido urbano, abrem-se “largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha” (CHOAY, 2001, p. 176), traçadas na lógica da geometria moderna, alterando o dinamismo e a escala da cidade e criando “um ambiente construído em que predomina a tirania da linha reta” (HARVEY, 1992, p. 190). A cidade, impulsionada por essas transformações, avança sobre seus próprios limites e assume outros contornos. Em tempos de grandes transformações, porém, surgem, também, os questionamentos e, assim, as mudanças imputadas ao espaço urbano suscitam, também, um novo olhar sobre a cidade. Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, John Ruskin (1819-1900) é o representante da contracorrente dessas mudanças e combatente na tarefa de “preservação” da cidade antiga. Para Choay, esse é o início de um percurso que culmina, um século depois, com a elevação da cidade ao *status* de patrimônio, um bem a ser preservado; isto é, somente na segunda metade do século XX a cidade passa a ser compreendida como “objeto patrimonial autônomo” a ser conservado como um monumento histórico. Para Françoise Choay (2001, p. 177), a escala e a complexidade da cidade, bem como a escassez ou mesmo a ausência de documentos cartográficos que pudessem subsidiar as transformações ocorridas ao longo do tempo, são alguns dos fatores responsáveis pela dificuldade de entender a cidade enquanto um bem a ser preservado.

Conceitualmente, a publicação da Carta de Veneza, em 1964, é um marco na consolidação da cidade como “bem de valor”. Para Castriota (2010), essa “perspectiva diferente” - a ampliação e o deslocamento da proteção para a esfera dos “valores culturais e urbanos” - “leva também a uma maneira diferente de se intervir sobre esse patrimônio” (2010, p. 51). A complexidade da cidade, portanto, traz outras dificuldades para as políticas públicas de proteção, particularmente no

referente ao aparato legal, uma vez que a atualização das práticas de proteção não acompanha as transformações do conceito de patrimônio. Num primeiro momento, uma das dificuldades é a ausência de ordenamento jurídico específico para o tratamento das áreas urbanas.

Na Europa, a preservação de áreas urbanas passa a ter tratamento específico de forma pontual, na França, em 1930¹. Somente na década de 1960 a política se consolida com a emergência das chamadas “políticas de conservação de áreas”, baseadas no conceito de “conservação integrada”² (CASTRIOTA, 2010, p. 62). Segundo Castriota, a França é a precursora deste conceito com a Lei Malraux, de 1962, “primeira na Europa a acrescentar à ideia da preservação monumental a questão da conservação dos centros históricos, tentando associar de forma íntima planejadores urbanos e os chamados arquitetos de monumentos” (CASTRIOTA, 2010, p. 62).

No Brasil, o conceito de patrimônio é consideravelmente ampliado com a Constituição Federal de 1988, por meio da inclusão, no rol do patrimônio cultural brasileiro, “os modos de criar, fazer e viver”, isto é, bens “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”³. No âmbito legal, a proteção do patrimônio é regida a partir de 1937 pelo Decreto-Lei 25, por meio do qual se institui o tombamento, “instrumento principal para a ação do Poder Público direcionado a promover a proteção jurídica dos bens de valor cultural – naturalmente, no âmbito do conceito então prevalecente” (FERNANDES, 2010, p. 28). A proteção de cidades por meio do instituto do tombamento acontece em 1938, um ano após a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), promovida por meio do tombamento de seis cidades no estado de Minas Gerais: Diamantina, Serro, Tiradentes, São João del Rei, Mariana e Ouro Preto.

Para Souza (2015), em fins da década de 1930, o tombamento de cidades inteiras é pioneiro no mundo, uma vez que, à época, a proteção na Europa se dá em setores

¹ Refere-se à revisão das normas de proteção ao patrimônio nacional francês de 1913, ampliando seus domínios espaciais, passando a proteger conjuntos mais vastos. (SOUZA, 2015, p. 10)

² Para Castriota, “enquanto a preservação pressupõe a *limitação da mudança*, a conservação refere-se à *inevitabilidade da mudança* e à sua gestão. Não é de se estranhar, portanto, que essa ideia tenha emergido exatamente quando se consolida a ideia do *patrimônio urbano*, objeto não estático por excelência”. (2010, p.52)

³ Constituição Federal, Art. 216.

da cidade. Para efeito dessa pesquisa, esse fato enseja uma questão de extrema relevância, qual seja, a amplitude do tombamento, com a ausência da delimitação da área sobre a qual recaem os efeitos da proteção. Assim, os mesmos se estendem sobre toda a área urbana.

Nesse contexto, poucas são as iniciativas para se criar legislações para a delimitação e preservação desses núcleos urbanos, estando a ausência de demarcação desses primeiros sítios tombados diretamente atrelada ao entendimento de se tratavam de obras de arte acabadas, passíveis de poucas alterações em termos urbano arquitetônicos. Segundo essa visão, os limites do sítio histórico seriam óbvios, coincidindo com a área urbana consolidada pela presença do casario setecentista. (SOUZA, 2015, p. 3)

Quando se inicia o processo de urbanização das cidades brasileiras, no decorrer do século XX, particularmente em sua segunda metade, o olhar sobre as cidades enquanto “obras de arte acabadas” passa a ser questionado, assim como a eficácia do instituto do tombamento como instrumento capaz de abarcar toda a complexidade do objeto urbano. Especialmente a partir da experiência das seis cidades mineiras, passa a ser urgente a utilização de outras práticas e instrumentos para a proteção do patrimônio urbano. É o entendimento da necessidade de revisão dos instrumentos para a salvaguarda do patrimônio urbano frente à evolução do conceito de patrimônio, particularmente no que diz respeito à prática da delimitação das áreas e à mudança do *status* do instituto do tombamento para ferramenta de planejamento urbano que orienta a pesquisa.

A complexidade da tutela do patrimônio urbano coloca em evidência a discussão acerca da competência da gestão do espaço urbano. Para Rabello (2010), o fato de a cidade ser um objeto comum à atuação dos órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal gera uma enormidade de conflitos.

Até meados da década de 1960, o IPHAN concentra as atividades de tutela do patrimônio cultural brasileiro. A partir desse período, começa a surgir uma política de descentralização das práticas de preservação, com a criação de órgãos estaduais de preservação. Neste contexto, a trajetória de atuação na preservação do patrimônio cultural no estado do Espírito Santo se inicia em 1967, com a criação do Conselho Estadual de Cultura – CEC. O Espírito Santo possui 5 (cinco) sítios históricos urbanos tombados pelo CEC, a saber, Porto de São Mateus (1975), Santa Leopoldina (1983), São Pedro do Itabapoana (1986), Muqui (2012) e Itapina (2013). Quando do tombamento, os três primeiros sítios tombados não apresentam uma

poligonal de delimitação da área a ser preservada. A partir do ano de 2010, entretanto, os processos de tombamento são revistos, e os sítios passam a apresentar uma poligonal de delimitação do conjunto a ser protegido.

No contexto das modificações trazidas pela ampliação do conceito de patrimônio e, particularmente, da consolidação do patrimônio urbano, ou seja, da elevação da cidade a objeto patrimonial, surgem as discussões conceituais e legais a respeito do tema. Consideradas as especificidades do “novo objeto” a ser protegido, dentre as quais o dinamismo inerente às cidades, passa-se a entender as disciplinas da preservação e do planejamento urbano como indissociáveis. Na prática, a delimitação da área tombada transforma o instituto do tombamento em instrumento de planejamento urbano, uma vez que passa a legislar sobre o solo urbano. Com o surgimento da política de descentralização das práticas de preservação, os Estados passam a ter autonomia no que diz respeito às práticas de proteção⁴.

Assim, busca-se entender a trajetória da preservação de áreas urbanas no Estado do Espírito Santo, por meio da atuação do Conselho Estadual de Cultura – CEC. Especificamente, busca-se identificar objetivos, formas e procedimentos de delimitação e entender as mudanças ocorridas na forma de apreensão dos sítios históricos urbanos tombados, na política estadual de preservação.

Tendo em vista o exposto, o primeiro capítulo se dedica ao entendimento do percurso da cidade enquanto objeto patrimonial autônomo, adotando como referências históricas e teóricas centrais as investigações de Choay (2006), Sant’anna (2014) e Souza (2015). Para o entendimento das práticas preservacionistas no Brasil, adota-se particularmente Souza para o entendimento específico da questão da delimitação praticada pelo IPHAN na proteção das cidades mineiras.

O segundo capítulo tem por objetivo a análise dos processos de tombamento dos sítios históricos no Espírito Santo, com a finalidade de entender a metodologia utilizada para a definição dos critérios de delimitação dos cinco sítios tombados. Para tanto, são investigados os processos de tombamento e a base documental disponível na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Cultura, cujo tema é a delimitação dos sítios, ainda que não vinculada ao contexto dos tombamentos.

⁴ O Estado do Espírito Santo não apresenta sítios históricos urbanos tombados em nível federal.

Complementa a documentação da pesquisa entrevistas realizadas com agentes importantes na trajetória de atuação do Conselho, uma vez ter sido identificada a necessidade da ampliação de informações constantes nos processos, bem como do entendimento da trajetória da preservação de áreas urbanas no contexto estadual. No que concerne à seleção dos entrevistados, adota-se como critério a participação direta na elaboração dos estudos e pareceres elaborados para o embasamento dos tombamentos.

A fim de entender a trajetória percorrida pela política estadual de preservação, especificamente no que diz respeito à prática da delimitação para o tratamento das áreas urbanas patrimonializadas, o terceiro capítulo apresenta uma análise das informações, com proposta de periodização. Esta é proposta a partir da observação de alterações de caráter conceitual e instrumental relativas à apreensão do objeto patrimonial e sua proteção, relacionando, quando possível, a um contexto mais amplo das discussões acerca do tema do patrimônio urbano, expostos no primeiro capítulo.

Rabello (2010) orienta sobre a elevada importância da incidência dos efeitos do tombamento, uma vez que “só é possível cumprir uma determinação quando se conhece o seu conteúdo, e os seus limites – estes, necessariamente, relacionados à sua motivação” (RABELLO, 2010, p. 44). Da mesma forma, “a especificação da área tombada, seu entorno, e as restrições básicas que dela decorrem são [...] condição necessária para a efetividade dos efeitos do tombamento, e decorrente lógico do princípio constitucional da publicidade” (RABELLO, 2010, p. 44). Parece razoável, portanto, a necessidade de conhecer os contornos do objeto que se pretende preservar e, de fato, a “poligonal” da área tombada, que representa sua delimitação, surge como uma ferramenta necessária e indissociável do instrumento de proteção.

Uma vez que o instituto do tombamento tem sido o principal instrumento utilizado, tanto para a proteção e salvaguarda do objeto isolado quanto da cidade, ou seja, objetos de naturezas distintas, cabe avaliar em que medida - na hipótese de que ela é o “elemento” que os diferencia - a delimitação comporta a especificidade da cidade enquanto objeto patrimonial.

Diante do exposto, essa pesquisa pretende investigar em que medida, enquanto reconhecida como sítio histórico urbano, a cidade tem sido “pensada como um objeto de conservação por inteiro, e não redutível à soma de seus monumentos”

(CHOAY, 2001, p. 178). Considerando a ideia de que a cidade é um organismo dinâmico; e que, cada vez mais, as mudanças na malha urbana são executadas com extrema rapidez, a fim de atender às demandas cotidianas, especialmente em nível municipal, evidencia-se a relevância de compreender a dialética implícita à ampliação da abrangência do bem patrimonial, ou seja, conhecer a natureza daquilo que se pretende preservar. Sant'Anna (2014, p. 25) destaca que “a preservação do patrimônio é uma prática em constante transformação” e ressalta o fato de a imutabilidade da legislação brasileira ser “revelador das práticas preservacionistas no Brasil”. Da mesma forma, Rabello nos orienta que, para a efetiva proteção do patrimônio, é imprescindível que os instrumentos para sua salvaguarda e proteção sejam lidos e relidos, a fim de que as arestas sejam aparadas com o tempo (RABELLO, 2010, p. 39). É importante salientar, no entanto, que a revisão dos instrumentos deve pautar-se pela cautela, uma vez que possíveis alterações podem, em alguma medida, conter soluções e propostas em benefício do mercado.

1 A CIDADE PATRIMÔNIO

1.1 A GÊNESE DO PATRIMÔNIO URBANO

La ciudad preindustrial es principalmente un instrumento de vida colectiva, un lugar de ritos y de funciones públicas. (PICCINATO, 1983, p. 14)

Desde sua instituição, a ideia de patrimônio não cessa de se reinventar. Palavra “bela e antiga”, para Choay, adquire ao longo dos anos uma ampliação teórico-conceitual que supera sua definição original em diversas categorias. De termo para designação de objetos particulares para preservação à designação de identidade cultural, a palavra “evoluiu para um conceito que abarca toda e qualquer produção humana, inclusive no plano não material” (SANT’ANNA, 2014, p. 42). Entretanto, o interesse está menos na trajetória percorrida pela palavra ao longo dos anos do que na discussão contemporânea acerca das implicações associadas e decorrentes da abordagem da cidade enquanto objeto patrimonial autônomo. Tal abordagem, recente e longe de estar esgotada, além de uma revisão conceitual acerca da disciplina do patrimônio, aponta para uma discussão acerca das consequências das transformações ocorridas no espaço urbano a partir da Revolução Industrial, fato que motiva “a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico” (CHOAY, 2001, p. 179).

A partir desse período, o apito das indústrias e o barulho das máquinas são o som do progresso que embala o crescimento exponencial das cidades. Tendo sido moldada no tempo do corpo do homem, sua estrutura física não mais suporta as necessidades do tempo da engrenagem da máquina. A urgência das transformações traz uma série de questionamentos sobre a cidade que, com o advento da modernidade, recebe a adjetivação de “antiga”. Ela torna-se objeto de discussão. Choay (2001) destaca três personagens importantes nesse processo.

Na segunda metade do século XIX, especialmente sob a figura de Jonh Ruskin (Londres, 1819 – 1900)⁵, a malha e a textura da cidade antiga, elementos morfológicos considerados por ele a essência da cidade, tornam-se objeto de discussão, especialmente a partir das transformações advindas das reformas

⁵ Outros autores do movimento romântico, como Victor Hugo e Walter Scott, também são apontados como precursores da abordagem acerca da defesa das cidades antigas.

urbanas promovidas pelo Barão de Haussmann⁶, em Paris, a partir de 1860 (CHOAY, 2001, p. 180). Nas palavras de Sant'Anna:

Ele se insurge contra a destruição das cidades antigas, chamando a atenção para o desaparecimento do que seria o seu próprio ser: o tecido urbano e sua textura. No momento em que a prática preservacionista se voltava exclusivamente para a proteção de exemplares notáveis da arquitetura da Idade Média, Ruskin enaltece o valor da arquitetura menor que compõe o tecido urbano. Afirma que o interesse pelas belas cidades da Itália e da França não decorre da riqueza de seus palácios, mas “da pitoresca e zelosa decoração das habitações, mesmo as menores”. (SANT'ANNA, 1955, p. 171)

Em síntese, até início do século XX, ainda inexistia um discurso mais sistematizado relativamente à preservação das cidades. “O objetivo de Ruskin, ao defender a continuidade das estruturas urbanas antigas, é, por meio delas, denunciar a brutalização do ser humano, operada pela implantação da sociedade industrial” (SANT'ANNA, 2015, p.46).

Por meio de ideias sintetizadas no conhecido livro *Stadtebau*, de 1889, o arquiteto e historiador vienense Camillo Sitte (1843-1903) “trata dos problemas da cidade presente e futura, em relação à qual a cidade velha possui a dignidade de objeto histórico no pleno sentido do termo” (CHOAY, 2001, p.183). Além do tratamento da cidade como figura histórica, na transição dos séculos XIX e XX, Sitte aborda questões relativas à carência de qualidade estética da cidade, numa tomada de consciência das mudanças no espaço urbano promovidas pelo progresso técnico, especialmente no referente à escala, como destacado por Choay (2001, p.183). Segundo esta estudiosa da cidade, até então, inexistia a preocupação com a preservação das cidades, “no sentido próprio”, mas sim, um combate “pela vida e sobrevivência da cidade ocidental pré-industrial” (CHOAY, 2001, p.182).

É no início do século XX, na figura do italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947), que acontece “a síntese e a superação das duas precedentes”, conforme indica Choay (2001, p.194). A autora destaca o entendimento de Giovannoni ao reconhecer a importância desta nova “disciplina”, cuja denominação, “patrimônio urbano”, é a ele atribuída, “como elemento e parte de uma doutrina original da urbanização”

⁶ Destrói, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris. Mas também aí ele é homem de seu tempo: a maioria daqueles que à época defendem, na França, os monumentos do passado com a maior convicção e energia concordam também sobre a necessidade de uma modernização radical das cidades antigas e de sua malha urbana. (CHOAY, 2001, p. 175)

(CHOAY, 2001, p.195). A partir de 1913, no artigo *Vecchie città e edilizia nuova*⁷, Giovannoni expressa suas teorias acerca das mudanças trazidas pelos novos meios de transporte e de comunicação, e de como o urbanismo passa de uma escala local a uma escala territorial. De forma concisa, o autor critica as soluções propostas para as intervenções urbanas baseadas puramente na geometria e na “mania da retificação”, a exemplo do projeto para a cidade de Nova York (Figura 1), concebido em “duas dimensões apenas” (KÜHL, 2013, p. 102). Dos planos urbanísticos modernos, diz tratar-se de

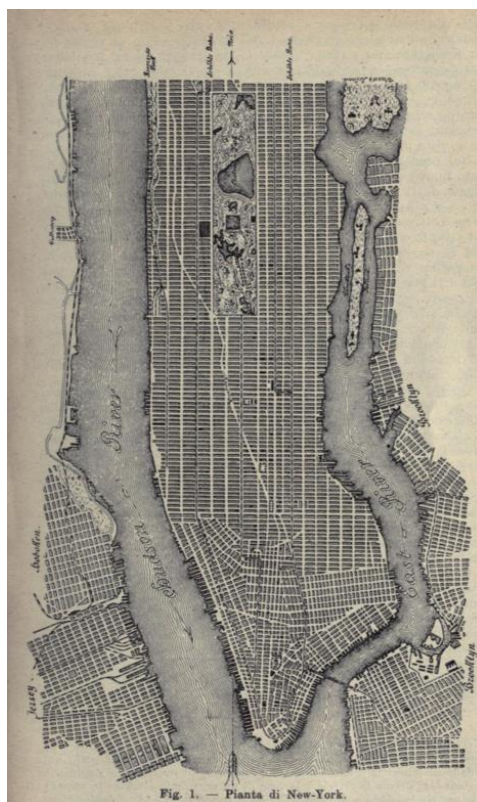
[...] combinações geométricas indicadas em projeções sobre o plano, não imaginada na prática, e formam retas e se agrupam em tabuleiros de xadrez, em polígonos, em estrelas, que, sobre o papel, poderão configurar-se regulares e até elegantes, e que talvez pareçam do alto quando a navegação aérea estiver mais desenvolvida, mas que, na realidade, não têm nenhuma razão orgânica nem de função nem de estética. (KÜHL, 2013, p. 98)

Um retorno aos estudos do arquiteto, sobre a questão da preservação urbana, tem sido feito no intuito de “restituir-lhe o lugar que merece no campo da história” (CHOAY, 2001, p.195). Parte desse resgate é impulsionada pelo interesse na investigação acerca do conceito de “ambiente”, teoria de grande importância para o entendimento e consagração da cidade de forma integral. Giovannoni ressentia-se da possibilidade da perda, por meio de demolições na cidade antiga, da “fisionomia do ambiente”, característica que “os séculos paulatinamente imprimiram a todo um bairro” (KÜHL, 2013, p. 96).

A despeito da discussão da noção de “ambiente” e da imbricação defendida entre as disciplinas do restauro e do planejamento urbano, discutidas e defendidas por Giovannoni, no que diz respeito a uma legislação específica, até meados do século XX, o tratamento de áreas urbanas acontece de forma pontual. Sant’Anna (2014) ressalta o surgimento de leis, na Europa, na década de 1930, tratando a discussão da inserção do patrimônio dentro do urbanismo. Entretanto, segundo a autora, “as legislações de proteção por muito tempo permanecem tratando o objeto patrimonial urbano como decorrência da preservação do monumento histórico” (SANT’ANNA, 2014, p.60). Nesse cenário, uma indicação de mudança começa a surgir na década de 1960.

⁷ Artigo publicado em 1931, em forma de livro.

Figura 1 - Planta de Nova York, 1811



Fonte: KÜHL (2013)

A publicação da Carta de Veneza, em 1964, é considerada um marco na tutela do patrimônio urbano. Um dos motivos reside em indicar, pela primeira vez, a importância do entorno sobre o bem tombado. Embora a discussão seja abordada pela primeira vez neste tipo de documento, a discussão acerca do entorno do bem, isto é, a noção de “conjunto”, é tratada de maneira peculiar por Giovannoni, desde 1913.

Cabral (2015), em artigo intitulado “A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931”, entende ser predominante, historicamente, o destaque sobre a restauração do edifício individual, em detrimento dos aspectos urbanísticos discutidos na reunião, especialmente através da delegação italiana, representada por Gustavo Giovannoni e Giorgio Nicodemi. Ressalta, ainda, o fato de a discussão acerca “da relação entre os campos do restauro e do planejamento urbano” serem discutidas na Itália desde 1930, embora incorporadas num discurso mais amplo somente a partir da década de 1960. Através da investigação das atas das reuniões, Cabral destaca a insatisfação, em especial por parte de Giovannoni, pela pouca atenção dada ao tema. Do texto, a autora ressalta:

Era principalmente voltada às questões urbanísticas que, vendo bem, representam o fundamento de qualquer iniciativa de restauro dos monumentos determinando o ritmo do movimento citadino e do desenvolvimento urbano nas várias zonas e constituindo um sentido lato às condições estéticas do ambiente. (CABRAL, 2015)

Em 1961, na Holanda, é instituído o “1961 Act Monument”, considerada a primeira lei criada para a proteção de áreas urbanas⁸. Entretanto, é a Lei Malraux, de 1962, o documento mais conhecido para o entendimento da introdução do conceito de delimitação de áreas urbanas. A Lei Malraux passa a

[...] dispensar um tratamento legal diferenciado aos conjuntos urbanos considerados monumentais, ao levar suas operações de salvaguarda e conservação para a esfera do planejamento urbano e regional e ao estabelecer em lei a obrigatoriedade do poder público de desenvolver ações que procurassem resolver, no plano urbano e socioeconômico, o problema da preservação dessas áreas. (SANT’ANNA, 2014, p. 24)

Castriota (2010) também ressalta o “caráter inovador” da Lei Malraux, tendo em vista que, no momento de sua publicação, predomina a política de “renovação urbana”. Esta, segundo o autor,

[...] consistia na demolição do tecido construído antigo em benefício de uma reconstrução sem nenhuma relação com a cidade tradicional”. Ao criar a possibilidade de se estabelecer um “*secteur sauvegardé*”, aquela lei visava, então, associar “salvaguarda” e “valorização”, numa abordagem qualitativa do planejamento que, preservando a arquitetura e o ambiente construído, permitisse uma evolução harmoniosa dos bairros antigos. (CASTRIOTA, 2010, p. 62)

No Reino Unido, a utilização do instrumento da “área de conservação” se inicia em 1967, quando é criado por meio do *Civil Amenities Act*. Segundo Castriota, são cerca de 9.300 áreas em todo o país (2010, p. 63). Para o autor, os dois países exemplificam a experiência europeia⁹ das chamadas “políticas de conservação de áreas”, cujas configurações são diversas: *arrondissements historiques*, *secteurs sauvegardés*, *historic districts*, *conservation areas*. (CASTRIOTA, 2010, p. 62).

Trazendo à tona a temática do patrimônio cultural e seu valor econômico, o documento patrimonial Normas de Quito, de 1967, traz o conceito de que “a ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra” (Normas de Quito, 1967, p. 2), destacando o fato de que, em alguns casos, os bens de forma isolada podem não se constituir como bens de valor. Destaca, ainda, a necessidade de conciliação entre os planos de

⁸ Segundo Tiesdell, Oc e Heath (1996).

⁹ Castriota (2010) informa que essa política também emerge nos Estados Unidos.

ordenação urbanística e complexos históricos de interesse ambiental, propondo, para a legislação de proteção dos conjuntos monumentais, a adoção de diferentes níveis de proteção, divididos em zonas (zona de proteção rigorosa, de proteção ou respeito e proteção da paisagem urbana). Para Souza (2015, p. 12), “embora houvesse essa ‘valorização’ da área urbana, os conjuntos continuavam definidos a partir do monumento, sendo o elemento urbano, antes de tudo, o seu contexto”.

Mais tarde, em 1972, a Recomendação de Paris traz duas novidades no que diz respeito às ações de preservação: a necessidade de “delimitar” os diferentes bens, assim como de integrar a proteção do patrimônio nos programas de “planejamento geral”. De forma análoga, a Declaração de Amsterdã, três anos após, corrobora a necessidade de delimitação dos conjuntos arquitetônicos. Além disso, considera ser “condição prévia para uma ação eficaz uma reforma profunda da legislação” (Declaração de Amsterdã, 1975, p. 7).

Em 1976, a Recomendação de Nairóbi salienta a importância dos conjuntos históricos no cotidiano, considerando sua inclusão como elementos fundamentais no planejamento físico-territorial, bem como destaca sua importância no que se refere à identidade humana. Traz o conceito de “ambiência” dos conjuntos históricos como um bem a ser protegido, e a define como sendo “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3). No que concerne às medidas jurídicas e administrativas, salienta que os planos relativos à salvaguarda devem definir, especialmente, as zonas e os elementos protegidos, bem como respectivas restrições.

A Carta de Washington, 1986, indica de forma clara a “forma urbana”, “definida pela trama e suas parcelas”, como um dos elementos a ser preservado. Curiosamente, adiciona os “elementos espirituais” no dicionário de termos para a salvaguarda do patrimônio cultural.

Um ano depois, a Carta de Petrópolis (1987), documento resultante do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, passa a adotar o conceito de sítio histórico urbano, considerado “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (Carta de Petrópolis, 1987, p. 1), salientando seu processo dinâmico de transformação.

Assim, para a preservação, destaca a necessidade de adoção da polifuncionalidade de usos, com especial atenção ao déficit habitacional e à permanência das populações residentes. Salaria, ainda, a preservação dos sítios históricos urbanos como um pressuposto do planejamento urbano, além da necessidade das ações integradas entre as diferentes instâncias (federal, estadual, municipal).

A Declaração de Xi'an, em 2005, apresenta considerações acerca da proteção do entorno, a fim de que seja reconhecida sua contribuição para o significado dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural. Define, assim, o entorno como sendo “o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar” (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005, p. 2), e salienta o fato de seu entendimento avançar para além dos aspectos físicos e visuais, e que

[...] supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica. (Declaração de Xi'an, 2005, p. 2)

Em termos gerais, nesse contexto de entendimento, a declaração salienta a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para sua compreensão, bem como fontes de informação diversificadas. Recomenda, ainda, a importância de o aparato legal “prever a delimitação de uma zona de proteção ou respeito ao seu arredor” (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005, p. 3), de forma que seja um reflexo para a conservação de seu significado e caráter diferenciado”.

Condeso (apud MARCHESAN, 2001, p.109) aponta a existência de lei portuguesa que prevê uma espécie de servidão administrativa, com extensão de 50m, “contados a partir dos limites exteriores do imóvel”, para o que chama de imóveis “classificados”¹⁰. Ressalta, porém, tratar-se de “zona de proteção” com caráter temporário até a definição de portaria, por órgão competente. A autora destaca, ainda, que, na França, após a lei de 1983 (Lei nº 83-8), a tutela do entorno dos bens se dá sob duas modalidades: “sob a proteção pontual de um perímetro de 500m ou

¹⁰ A classificação corresponde, no Direito Português, ao tombamento no Direito Brasileiro. (MARCHESAN, 2010, p. 108)

sob a proteção global das chamadas zonas de proteção do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico (ZPPAUP)” (MARCHESAN, 2010, p.111)¹¹.

A discussão contida nos textos das cartas patrimoniais revela a existência de uma evolução gradativa do entendimento da cidade-patrimônio, com a extensão da escala do objeto. Tal extensão, por sua vez, resulta na inserção, no cerne das discussões, da necessidade da incorporação da preservação do patrimônio em políticas de ordenamento territorial de forma indissociável. Tem-se, dessa forma, o entendimento do patrimônio urbano enquanto elemento de identidade marcada por uma multiplicidade de tempos e valores, os quais devem ser incorporados no cotidiano, superando a ideia de valorização focada no turismo. Entretanto, a despeito da ampliação do conceito e da tipologia do objeto patrimonial, os instrumentos legais permanecem devedores da noção de entorno, ou seja, a ideia de patrimônio urbano ainda não adquire sua autonomia. Neste contexto conceitual e instrumental, termos como sítio, entorno, zonas periféricas, constituem um “novo” vocabulário para definição e identificação do elemento urbano.

1.2 INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO BRASIL

1.2.1 O Patrimônio Urbano e o Decreto-Lei 25/37

A trajetória da tutela do patrimônio urbano no Brasil parece coincidir com a própria história do órgão federal responsável pela tarefa de zelar pelo patrimônio cultural brasileiro. Segundo Sant’Anna, “a preservação dos monumentos históricos passa a ser sistematicamente discutida e requerida já nas primeiras décadas do século XX, quando a febre das reformas urbanas tomou conta de nossas principais cidades” (SANT’ANNA, 2014, p. 23). Juridicamente, o caminho para a criação do órgão federal se inicia, em grande parte, com a Constituição de 1934, quando o interesse coletivo (função social) passa a reger o direito de propriedade, o que permite “progressos em domínios como o da proteção ao patrimônio” (SOUZA, 2015, p. 15).

¹¹ A autora menciona, ainda, a existência de lei de 1913, alterada em 1943 pela Lei nº 43-92, por meio da qual a zona de entorno pode superar o perímetro de 500m, desde que condicionado a um Decreto do Conselho de Estado. Ressalta que o Palácio de *Versailles*, em Paris, possui um raio de proteção de cinco quilômetros.

Fundado em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹², tem no tombamento o instrumento legal para proteção do patrimônio, regulamentado por meio do Decreto-Lei 25/37, e, em 1938, utilizado para efetuar o tombamento de seis cidades de Minas Gerais: Diamantina, Serro, Tiradentes, São João del Rei, Mariana e Ouro Preto (SANT'ANNA, 2014, p. 164).

O olhar sobre a cidade, com vistas à preservação, aparentemente, é anterior à data de criação do Instituto, pois, em 1933, a cidade de Ouro Preto é “o primeiro bem a ser declarado oficialmente Monumento Nacional no Brasil”¹³ (SANT'ANNA, 2014, p. 163). Mas, como observado por Sant'Anna:

A elevação de Ouro Preto a Monumento Nacional, entretanto, não significou muito para a garantia de sua conservação, porque não se previa no ato nenhum instrumento concreto de limitação da ação de particulares ou do poder público, sendo, na realidade, uma mera declaração de intenções. (SANT'ANNA, 2014, p. 163).

Duas questões importantes são destacadas por Sant'Anna sobre os tombamentos das cidades mineiras. A primeira delas é a ideia, segundo conceito modernista, das cidades tombadas serem a representação oficial da síntese de contribuições culturais que, por sua vez, forjam a identidade brasileira. A segunda delas refere-se ao estado de estagnação econômica das cidades à época do tombamento, ou seja, que este, *a priori*, não traz consequências para o desenvolvimento das cidades. O objetivo do tombamento, portanto, “era somente poupar certas configurações urbanas excepcionais como registro de memória e representação de uma tradição que se empenhavam em construir.” (SANT'ANNA, 2014, p. 165).

Instituído por meio do Decreto-Lei 25/37, o tombamento permanece como instrumento central para a proteção de bens de forma isolada ou em conjunto, a despeito de tentativas de promover alterações na lei. Sant'Anna (2014) relata iniciativa datada de 1940 visando abarcar as especificidades do tratamento de áreas urbanas. Para a autora, a desistência de tal tarefa se dá pela própria história recente do instituto e pela dificuldade de gestão, dada a amplitude e complexidade do elemento urbano.

¹² Para esclarecimento das mudanças de nomenclatura e de estrutura sofridas pelo órgão federal, ver SANT'ANNA, 2014, p. 100.

¹³ O Decreto nº 19.398, indicado por Sant'anna, trata, na verdade, da instituição do governo provisório. O Decreto que erigiu a cidade em monumento é o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933.

Desde sua instauração, o Decreto-Lei 25/37 permanece inalterado. Para Araújo et al (2002), apesar do conceito de patrimônio contido no decreto estar defasado, sua atualização se concretiza à luz da concepção das Cartas de Preservação, não obstando sua aplicação, sendo a Constituição de 1988 suficiente para uma concepção de proteção do patrimônio cultural mais ampla. Para Fernandes (2010), o instituto necessita ser revisto.

Segundo Sant'Anna, “o tombamento foi originalmente criado para a proteção de monumentos históricos individualizados” (2014, p. 24) e, por esse motivo, na maioria dos países europeus, a proteção a áreas urbanas se complementa por meio de outros instrumentos legais.

Apesar da ausência de “uma política de proteção específica para cidades-patrimônio”, Sant'Anna nos revela, através de texto de Rodrigo Mello Franco de Andrade que, em 1938, há clara percepção da cidade como objeto patrimonial (SANT'ANNA, 2014, p. 192). O texto é uma resposta a um questionamento “sobre a extensão da competência do Serviço no que diz respeito ao controle de intervenções na cidade” (SANT'ANNA, 2014, p. 189)¹⁴. Em resposta, o diretor do SPHAN define que:

[...] constitui o monumento em questão, pelo seu excepcional valor histórico e artístico, [...] não é nenhum dos edifícios considerados em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável, tanto do ponto de vista puramente histórico, como do histórico-artístico. É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que seja) o objeto do tombamento [...]. (ANDRADE, apud SANT'ANNA, 2014, p. 189-190)

Para Sant'Anna, a importância deste documento está em sua originalidade, uma vez que, como indicado anteriormente, apenas de forma pontual, esse tipo de proteção ocorre em 1930, na França, além da própria instituição ter se encarregado de negar o entendimento da cidade como bem cultural antes dos anos de 1950 (SANT'ANNA, 2014, p. 190).

Se, por um lado, o texto de Andrade destaca seu entendimento sobre a especificidade da proteção do elemento urbano, por outro, o questionamento suscitado pelo representante da instituição em Diamantina revela a fragilidade e a

¹⁴ Trata de questionamento apresentado, em 1941, por Jair Brandão Costa, representante do SPHAN em Diamantina.

dificuldade da gerência dos efeitos causados pelo “novo” tipo de tombamento, inclusive em relação à sua “ação de fiscalização”. De fato, o tratamento das áreas urbanas promove uma perturbação nas competências do instituto federal.

Sant’Anna (2014) revela não ser comum, nos processos dos primeiros tombamentos, a indicação dos “limites da área protegida”, ressaltando a inexistência de maiores especificações, estando a identificação restrita, quase sempre, a “conjunto arquitetônico e urbanístico”¹⁵. Para a autora, isso não equivale a dizer inexistir, por parte do SPHAN, a noção da área de interesse, e ser a precariedade das bases cartográficas um dos motivos da descontinuidade deste tipo de identificação. Ressalta, ainda:

Em outros casos, como em Ouro Preto, por exemplo, não se julgava necessário oficializar a delimitação, uma vez que, de fato, a intenção era tomar toda a cidade. Enfim, o fato de as plantas das áreas tombadas não serem sistematicamente anexadas ou guardadas junto aos processos de tombamento não significa que elas não existissem. (SANT’ANNA, 2014, p. 194)

A primeira delimitação oficial de área tombada, datada de 1947, refere-se à cidade de São João del Rei, em Minas Gerais. Segundo Sant’Anna, tal delimitação é motivada pela insatisfação, por parte da população e proprietários, com as restrições advindas do tombamento. Em 1949, uma delimitação também é proposta para Diamantina, provavelmente pela mesma motivação, porém em conjunto com o município (SANT’ANNA, 2014, p. 195).

Portanto, a partir de conflito gerado pelos efeitos restritivos do ato de tombamento sobre a cidade, surgem as primeiras delimitações, as quais, entretanto, não caracterizam uma política de atuação do órgão federal. A problemática dos efeitos do tombamento de áreas urbanas, por sua vez, remete à uma questão de extrema importância, a mudança de *status* do tombamento como um instrumento de preservação patrimonial para um instrumento de planejamento urbano.

1.2.2 O patrimônio urbano e o planejamento urbano

No Brasil, no referente à ampliação conceitual do patrimônio cultural, a grande mudança ocorre com a Constituição Federal de 1988, especialmente no determinado pelo Art. 216:

¹⁵ As seis cidades mineiras tombadas em 1938 possuem tal denominação, conforme descrição da lista de conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Fernandes (2010) informa ser a evolução do conceito perceptível no tratamento dado ao tema pelas sucessivas constituições federais, ressaltando o alargamento da “noção de patrimônio” na Constituição Federal de 1937 para “monumentos históricos, artísticos e naturais”. A Constituição Federal de 1946, segundo o autor, amplia este entendimento ao elencar “obras, monumentos, documentos de valor histórico e artístico”, bem como “monumentos naturais e paisagens e locais dotados de particular beleza” como elementos sob a proteção do Estado (FERNANDES, 2010, p. 24). A Constituição Federal de 1946 acrescenta, ainda, as “jazidas arqueológicas”.

Quando o conceito de patrimônio avança em direção ao reconhecimento dos “modos de criar, fazer e viver” como elementos de identidade de determinada sociedade e amplia seus limites à escala da cidade, a complexidade da questão “o que preservar” se amplia, bem como os instrumentos de gestão do patrimônio cuja abrangência passa da escala de “bens individuais” a “conjuntos de bens”.

Além da ampliação do conceito, uma das modificações significativas decorrentes da Constituição de 1988 é a previsão explícita da responsabilidade dos Municípios em “promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local” (FERNANDES, 2010, p. 25).

Nesse contexto conceitual redefinido e ampliado, que certamente ainda é objeto de disputas de todo tipo, tem ganhado um grande destaque a discussão sobre a importância do planejamento territorial e da regulação dos processos de uso, ocupação e parcelamento do solo para a plena efetividade das políticas de proteção do patrimônio cultural. (FERNANDES, 2010, p. 26)

Neste sentido, o plano diretor, instrumento legal de planejamento urbano, regulamentado pela Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), e de elaboração obrigatória para municípios com mais de vinte mil habitantes, passa a desempenhar

importante papel na “promoção do patrimônio histórico e cultural”. Ainda, para Fernandes (2001), a lei torna prevalente a noção das “funções sociais da propriedade e da cidade” sobre a noção de propriedade privada individual, condição de extrema relevância tendo em vista ser predominante, a partir dos anos 1980, a preservação de imóveis de propriedade particular.

Vale ressaltar, portanto, a distinção entre bem tombado e bem protegido, já que para a proteção de um determinado bem de valor inexistente a obrigatoriedade de seu tombamento. Mesmo que o tombamento na esfera federal só possa ser instituído por meio do Decreto-Lei 25/37, existem outras formas legais de preservação, conforme aponta Rabello (2010). A existência de “tipologias distintas de proteção do patrimônio” é um dos princípios básicos da ordem jurídica de proteção do patrimônio cultural consolidados pela Constituição Federal de 1988, qual seja, a multiplicidade dos meios de proteção.

Castriota (2010, p. 65) aponta que a conservação de conjuntos urbanos no Brasil passa a ter força renovada nos anos de 1960, momento em que “se avolumam as pressões trazidas pela industrialização e pelo desenvolvimento urbano acelerado”. Isso implica, segundo o autor, não ser mais plausível o entendimento da cidade como “obra de arte”.

Colocadas estas questões, parece inextrincável, a partir desse momento, a relação entre as disciplinas da preservação do patrimônio e do planejamento urbano. Entretanto, isso não equivale a dizer que o tombamento tenha se tornado um instrumento de planejamento urbano, embora possa ser usado como tal, como aponta Rabello (2010, p. 44).

Muito se fala em “política articulada de proteção”, ou seja, pensar a relação entre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural, o instituto jurídico tradicional do tombamento, os direitos de propriedade privada e a ação dos mercados imobiliários (FERNANDES, 2010, p. 26).

De que forma, então, tem se efetivado a proteção do patrimônio urbano brasileiro? Como o mesmo tem sido considerado dentro das políticas de proteção do patrimônio? Para Castriota, a mudança conceitual se desloca “da esfera dos *valores históricos e artísticos* para outra mais ampla, a dos *valores culturais e urbanos*”

(2010, p. 51). Desta perspectiva, também decorre intervir sobre o patrimônio de maneira distinta.

1.2.3 A delimitação de áreas urbanas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Especialmente com apoio em Sant'anna, Souza (2015) apresenta uma periodização a respeito da atuação do IPHAN, a partir dos conceitos, programas e práticas de atuação do órgão federal na preservação dos sítios urbanos. A associação da periodização aos atos de tombamentos e suas respectivas delimitações, pode orientar o entendimento da trajetória da preservação urbana no Brasil, assim como subsidiar a compreensão da trajetória da preservação do patrimônio urbano na esfera estadual. A periodização se configura em cinco períodos, a saber: Cidade-monumento (1937-1967), Cidade-histórica (1968-1979), Cidade-documento (1980-1990), Cidade-atração (1991-2000) e Cidade-instrumento (2001-2012).

Cidade-monumento (1937-1967)

Conforme mencionado, nos primeiros tombamentos, não é comum a apresentação de delimitação da área específica a ser protegida, uma vez que predomina a noção da cidade enquanto “conjunto” representativo de uma cultura brasileira, baseada em critérios estéticos, com o tombamento incidindo sobre toda a área urbana.

As primeiras delimitações surgem em função de questionamentos acerca da real extensão dos perímetros do tombamento, como o de São João del Rei (1947), “limitada a uma listagem de bens isolados e logradouros”, e Diamantina (1949), com a delimitação do conjunto por poligonal (SOUZA, 2015, p. 39). No primeiro período, correspondente aos primeiros trinta anos de atuação do IPHAN, “a estratégia de preservação do patrimônio urbano” não tem na delimitação seu principal instrumento.

Cidade-histórica (1968-1979)

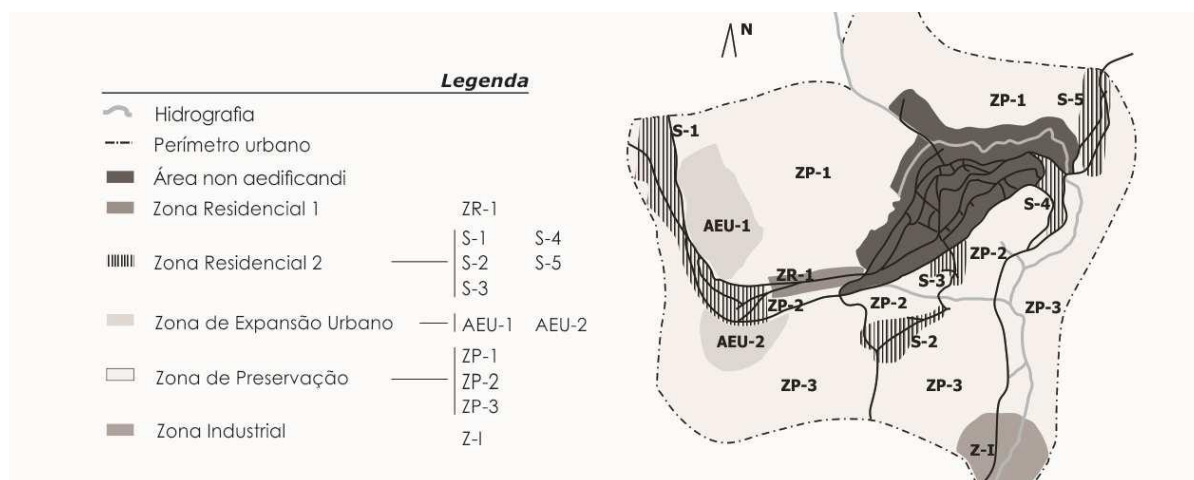
A necessidade da abordagem conjunta das disciplinas do patrimônio e do planejamento urbano é própria desta fase e corresponde à superação do olhar sobre a cidade pautado na ideia de “monumento”, por meio da extensão do reconhecimento de valor a todo o tecido urbano. Em decorrência dessa abordagem, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN pleiteia apoio

técnico visando a “elaboração de planos urbanos para as cidades históricas, tendo como objetivo o desenvolvimento do turismo vinculado ao patrimônio” (SOUZA, 2015, p. 20). Além disso, busca parcerias com os governos estaduais e municipais.

A partir de então, tem início o estudo de medidas dedicadas a colocar em prática uma nova política de defesa desse patrimônio, por meio da reestruturação do sistema estatal de proteção, e com a participação mais efetiva dos estados, materializada nos Encontros de Governadores que ocorrem no período. Do primeiro encontro, em 1970, resultou o documento conhecido por Compromisso de Brasília, que institui os pontos básicos dessa nova política de preservação, que se fundam, sobretudo, na ação integrada da União, estados e municípios. (SOUZA, 2015, p. 21)

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste – PCH tem início em 1973 como parte da nova política. Inicialmente implantando para atendimento das cidades da região Nordeste, e baseado na ideia de exploração econômica do patrimônio por meio do turismo, o programa se estende para o Sudeste em 1977 (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo).

Figura 2 - Zoneamento do sítio tombado de Serro, em 1980



Fonte: Souza (2015) p. 42

Neste período, são propostas as delimitações para os sítios de Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Serro (Figura 2), mas não constituem avanço e “as áreas históricas são apontadas como mais um setor dentro do perímetro urbano. Referenciado em Motta (2012), Souza (2015) aponta que os critérios utilizados para a delimitação se apoiam em conceitos arquitetônicos, desconsiderando “o valor dos vestígios do processo de ocupação e produção do espaço” (SOUZA, 2015, p. 42); destacando, ainda, a dificuldade de implantação dos planos urbanísticos propostos.

Outro aspecto relevante foi a dificuldade observada quanto à sua implantação, que dependia de aprovação pelas municipalidades. A inexistência de aparato legal que tornasse a sua implementação obrigatória e a dependência do fortalecimento técnico das prefeituras para sua concretização, também contribuíram para tornar inócuos esses projetos. (SOUZA, 2015, p. 43)

Cidade-documento (1980-1990)

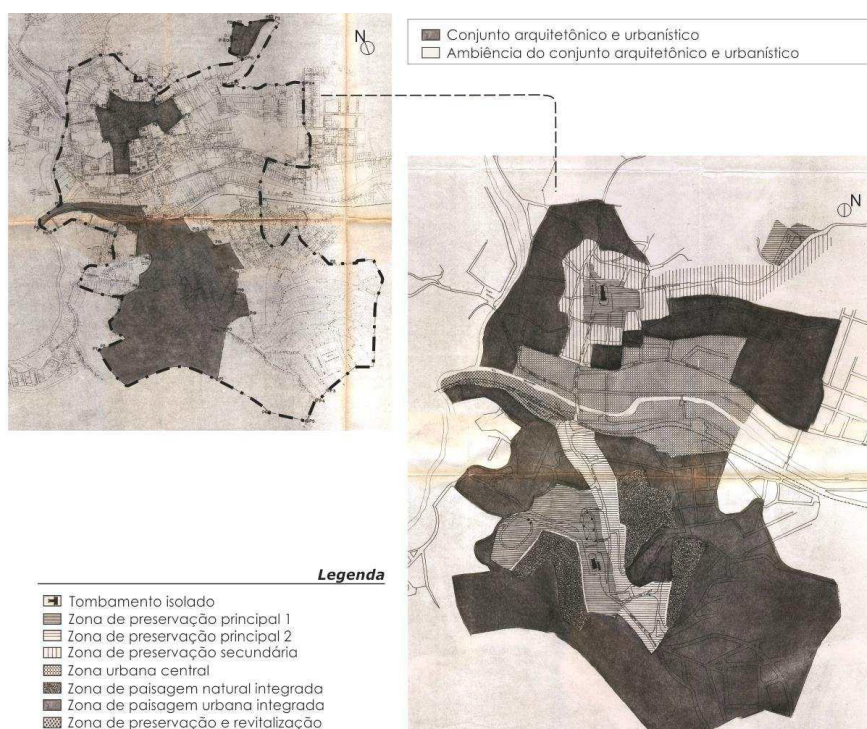
Para Souza (2015), a partir dos anos de 1980, as práticas para a tutela do patrimônio urbano passam a conhecer maior especificidade quanto à natureza do bem, ou seja, da cidade.

Desse modo, tem-se o desenvolvimento de trabalhos a partir dos quais se formulou o conceito de *cidade-documento*, considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre sua história, a partir da leitura da morfologia urbana. (SOUZA, 2015, p. 25)

Neste contexto, em que está consolidado o entendimento da cidade enquanto documento, são realizados estudos para os sítios de São João del Rei, Serro, Paracatu e Congonhas

Figura 3) baseados na demarcação de zonas e fixação de critérios de intervenção (SOUZA, 2015, p. 25).

Figura 3 - Zoneamento do sítio tombado de Congonhas, em 1988



Fonte: Souza (2015)

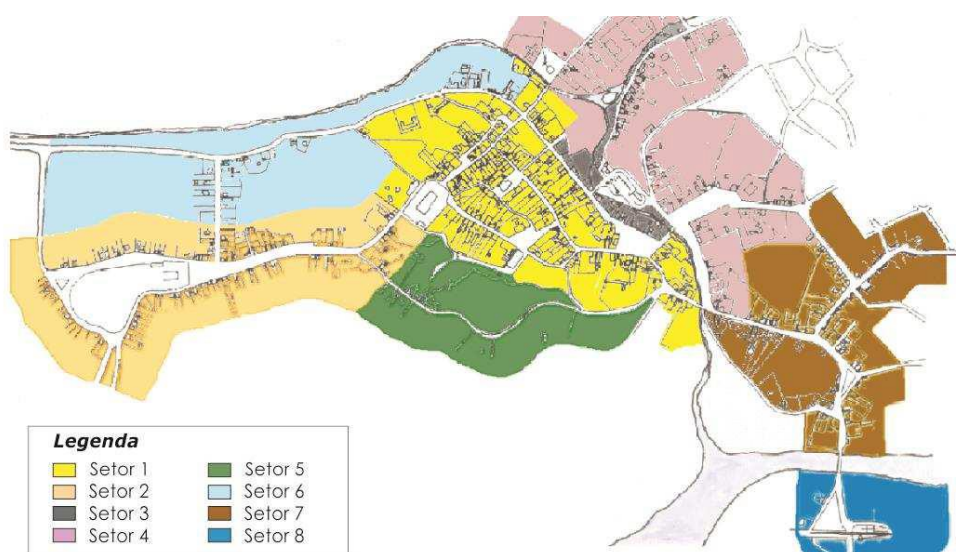
Os três primeiros têm suas propostas orientadas, ainda, “sob a perspectiva arquitetônica”, condição superada apenas nos estudos para Congonhas. Nestes, a

ruptura com a abordagem centrada no edifício se explicita na consideração da dinâmica urbana e da organização dos espaços na análise dos dados.

Souza (2015) considera que, embora as propostas apresentem uma evolução acerca da compreensão dos sítios, especialmente em relação à análise das questões urbanas, ainda têm como premissa a “homogeneidade do sítio tombado” (SOUZA, 2015, p. 46).

Ainda nesse período, é proposto o método INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados), pautado na reunião de informações e por meio do qual um banco de dados seria sistematizado, possibilitando “uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, socioeconômicos e afetivos do sítio como um todo” (SOUZA, 2015, p. 46). Na prática, o método INBI-SU é aplicado de forma pioneira em São Luís e de forma mais sistemática em Minas Gerais, onde é aplicado em diversos sítios. Dentre estes, Tiradentes é selecionado para a conclusão do levantamento, análise dos dados e avaliação do procedimento. O resultado da aplicação do método é a divisão do sítio em oito setores, uma espécie de zoneamento proposto conforme a evolução urbana de cada área. A metodologia INBI-SU não se consolida, tendo sido interrompida em 2004. Porém, para Souza, ela marca “o início de um processo de formulação de uma cultura urbana na salvaguarda das cidades tombadas, superando, assim, a tradição das práticas institucionais desenvolvidas em torno do monumento histórico” (SOUZA, 2015, p. 47).

Figura 4 - Setorização do sítio tombado de Tiradentes



Fonte: Souza (2015)

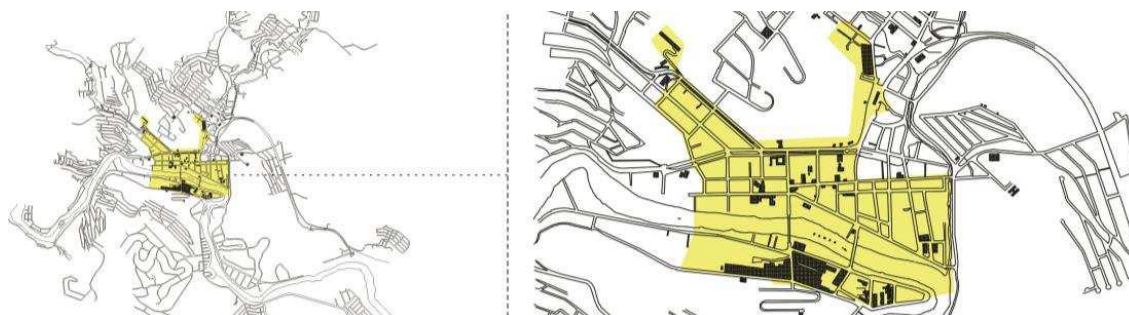
Cidade-atração (1991-2000)

É característico dessa fase o retorno das políticas de preservação conforme estabelecidas na década de 1970, “período em que o patrimônio deixa de ser um fim em si mesmo, passando a ser um caminho para se atingir outros objetivos, vinculados, de modo geral, à dinamização econômica” (SOUZA, 2015, p. 26). Neste contexto, Souza também identifica a ampliação das competências administrativas no tratamento da problemática patrimonial, por meio da incorporação das esferas estaduais e municipais na produção de normativa voltada à preservação. Exemplificam esta política de descentralização o Programa Monumenta (1999) e o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS (2000) que, apesar de indicarem a necessidade de revisão dos “mecanismos de planejamento, proteção e gestão”, não inovam nas práticas de proteção, permanecendo o tombamento como principal instrumento (SOUZA, 2015, p. 28).

Cidade-instrumento (2001-2012)

Conforme anteriormente exposto, Fernandes (2010) entende ser necessária a atualização do instituto do tombamento, em virtude da ampliação do conceito de patrimônio, especialmente a partir da década de 1960. Tal necessidade torna-se urgente e faz parte do cenário desse período, a fim de que o instituto se adeque “às diretrizes da política nacional no tocante à participação social, ao fortalecimento da função social dos bens, à qualificação de seu contexto e à promoção do desenvolvimento local” (PORTA apud SOUZA, 2015, p. 50). Para Souza, a estratégia, baseada no aumento da quantidade de cidades protegidas, está presente em todo o país.

Figura 5 - Perímetro de tombamento de Cataguases



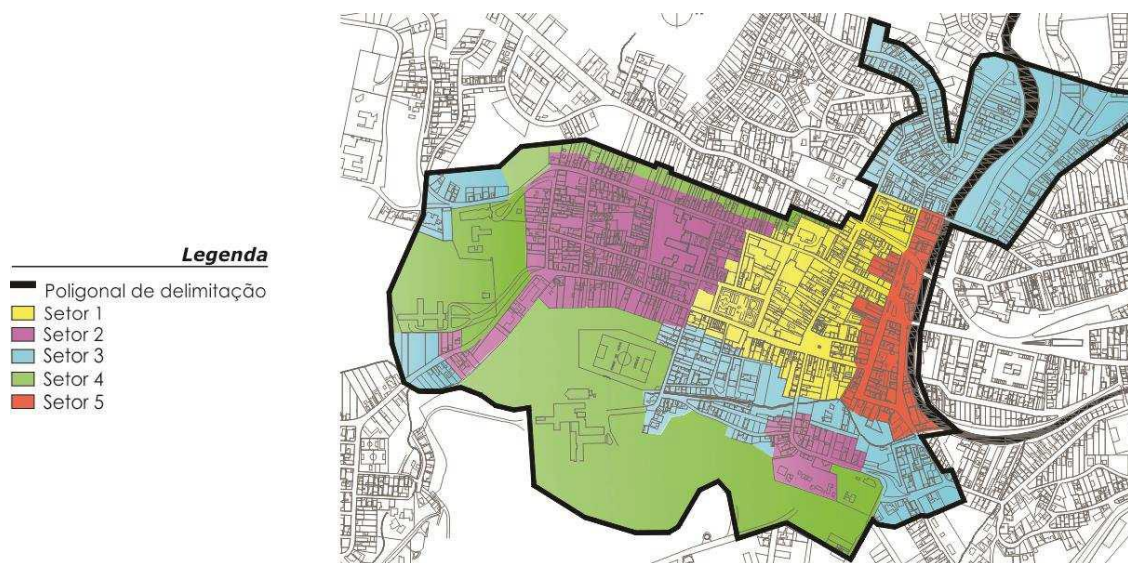
Fonte: Souza (2015)

Como exemplo desta mudança, são apresentados os sítios de Cataguases (Figura 5) e Paracatu, cujos tombamentos apresentam de forma clara a abrangência do limite. Tal delimitação é “pautada na diferenciação de arranjos espaciais tradicionais e contemporâneos, tanto do ponto de vista urbanístico quanto arquitetônico, que considera os processos de transformação e o desenvolvimento urbano locais” (SOUZA, 2015, p. 50).

Neste período, além do tombamento, são revistas as práticas de intervenção nos sítios, renovando antigos instrumentos. Assim, a delimitação é incorporada como a “etapa inicial para a gestão dos sítios tombados, levando à indicação da necessidade de uma definição formal dessas poligonais” (SOUZA, 2015, p. 50).

Nesse escopo, estudos internos e outros contratados pelo Iphan são elaborados, com a finalidade de preservar o sítio tombado, regulamentar a ocupação urbana, bem como regulamentar a avaliação de intervenções nesses conjuntos. (SOUZA, 2015, p.50)

Figura 6 - Poligonal de tombamento do sítio urbano de Mariana



Fonte: Souza (2015)

Como exemplo desta abordagem sobre o sítio, são propostas revisões das delimitações para os sítios de Mariana e Ouro Preto. Para o primeiro, “elementos urbanos primários” são considerados como critério para o estabelecimento da poligonal e, para o segundo, os limites do tombamento demarcam a cidade de forma integral, adotando a ideia do instituto como ferramenta de planejamento urbano (SOUZA, 2015, p. 51).

Esses planos, salvo exceções pontuais, refletem a tendência da gestão das áreas urbanas-patrimônio nos anos 2000, em que se têm, cada vez mais, estudos sistematizados, elaborados para permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, que consideram o caráter dinâmico das cidades e a necessidade de se propor alternativas viáveis de compatibilização entre as políticas patrimoniais e os projetos urbanos. (SOUZA, 2015, p.55)

Ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1960, o conceito de patrimônio passa por importante ampliação, consolidando a cidade como objeto patrimonial e trazendo à tona discussões acerca das políticas e dos instrumentos de preservação específicos para a proteção do patrimônio urbano, ou antes, traz à tona a necessidade de complemento no que diz respeito aos instrumentos de proteção.

A partir deste contexto, e objetivando o entendimento da trajetória das políticas, dos instrumentos e das ações de preservação de áreas urbanas no Espírito Santo, o capítulo seguinte estuda os processos de tombamento dos cinco sítios tombados pelo Conselho Estadual de Cultura.

2 A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO NO ESPÍRITO SANTO

2.1 O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA - CEC

Até meados da década de 1960, o IPHAN concentra as atividades de tutela do patrimônio cultural brasileiro. Neste contexto, e até o final deste período, são criados o Conselho Federal de Cultura (1967)¹⁶, a EMBRAFILME (1969) e o Departamento de Assuntos Culturais – DAC do MEC (1970) (SANT’ANNA, 2014, p. 215)¹⁷. Sant’anna (2014) destaca o fato de terem sido criados órgãos relacionados à execução de atividades culturais, justamente no período que marca o início da ditadura militar, em 1964. Ressalta, ainda, que, apesar de regimes como este serem marcados por uma postura de repressão em relação à cultura, tal engajamento pode ser visto, em contrapartida, como “importante espaço de manipulação ideológica” (SANT’ANNA, 2014, p. 215).

É assim que, ao lado do aparato montado para reprimir e censurar a produção cultural considerada potencialmente desestabilizadora do regime, toda uma reformulação no aparelho estatal foi empreendida para a implantação de uma política nacional de cultura. (SANT’ANNA, 2014, p. 215)

Nesse contexto de “reformulação”, são realizados os Encontros de Governadores, promovidos pelo MEC, nos estados de Brasília, em 1970, e de Salvador, em 1971. No primeiro encontro, elabora-se o documento conhecido como *Compromisso de Brasília*,

[...] no qual são estabelecidas as linhas gerais da nova política de preservação, que se fundaria, basicamente, na ação integrada da União, estados e municípios, sob a orientação e coordenação da então DPHAN e com a ação supletiva de órgãos estaduais e municipais que seriam criados para esse fim. (SANT’ANNA, 2014, p. 216)

O *Compromisso de Salvador*, por sua vez, documento resultante do segundo encontro, ratifica o antecessor e acrescenta-lhe novas diretrizes, de caráter operacional, dos quais Sant’Anna destaca:

[...] a complementação da legislação de proteção para melhor adequá-la às novas tarefas, as formas de financiamento das operações de conservação e a integração de agências governamentais das áreas de meio ambiente, habitação e turismo no sistema de preservação. (SANT’ANNA, 2014, p. 216)

¹⁶ Decreto-Lei Federal nº 74, de 21 de novembro de 1966.

¹⁷ Posteriormente, são criados o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH (1973), a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE e o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, ambos em 1975. (SANT’ANNA, 2014, p. 215)

A participação do Espírito Santo no *II Encontro de Governadores*, em Salvador, se faz por intermédio da Professora Euzi Rodrigues Moraes. O RELATÓRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, apresentado no documento *Anais do II Encontro de Governadores*, não apresenta questões pertinentes às ações de preservação, restringindo o assunto às “coisas da cultura”, à construção do Edifício das Fundações e à contratação de uma museóloga para o setor de Museus. Sobre a política cultural do Espírito Santo, menciona tratar-se de momento em que “as forças culturais esparsas do Estado estão sendo convocadas para, integradas na FCES, promover o desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural” (IPHAN, 1973), e ressalta a estratégia de atuação da Fundação Cultural.

Uma das ênfases da FCES é a importância de sua integração com outras instituições de cunho cultural, pois acredita que o trabalho executado por grupos isolados pode apurar-se se os recursos de cada grupo, em geral precários, se somarem uns aos outros em cumprimento a um planejamento sério, em função dos objetivos comuns às entidades. É por isso que estamos propondo à UFES um convênio que virá possibilitar a realização de projetos que dificilmente se materializariam se fossem conduzidos isoladamente. (IPHAN, 1973)

A partir da década de 1970, no Brasil, inicia-se o surgimento de uma política de descentralização das práticas de preservação, com a criação de órgãos estaduais de preservação. Segundo Sant’Anna, a maioria destes órgãos é criada em função do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), instituído em 1973, numa tentativa de “estadualizar” as ações de preservação. A autora, entretanto, ressalta ter sido a criação de órgãos estaduais um dos desdobramentos da visita de Michel Parent, em 1966, exemplificando o processo com os casos dos estados da Bahia (Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural – FPAC) e de São Paulo (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT), ambos criados em 1967.

No Espírito Santo, o campo cultural passa a ter importância no cenário político com a criação do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Cultural do Espírito Santo, ambos em 1967, no governo de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1970). Tal mandato tem início após a crise que leva à erradicação de 220 milhões de pés de café (1966-1968), período considerado por Oliveira (2008) como fase inauguradora de “nova vida do Estado”, e refletida na modernização de sua máquina administrativa. No contexto geral, no período

[...] foi ministrado tratamento especial, no sentido de incentivar a atualização dos processos de cultura, de promover o cooperativismo, a inseminação

artificial dos rebanhos, a mecanização agrícola, a preparação da carta de solos, a intensificação da política creditícia, o uso de sementes selecionadas, reflorestamento e emprego de adubos. (OLIVEIRA, 2008, p. 483)

O Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo – CEC é criado por meio da Lei Delegada nº 06, de 09/11/1967. À época de sua criação, integra a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura – SEDU e, entre suas principais competências, está formular a política cultural do Estado, assegurar a coordenação e a execução dos programas e planos, por meio da articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, e promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico estadual (ESPÍRITO SANTO, LD nº 06, 1967, art. 1º). Em sua primeira estrutura (Apêndice A), é constituído por dez membros, “personalidades eminentes da cultura estadual e de reconhecida idoneidade”, representantes das “artes, letras e ciências”, e um representante da Academia Espírito-santense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo e da Fundação Cultural, nomeados pelo Governador do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1967, art. 4º)¹⁸. Além disto, dispõe sobre a criação de câmaras e comissões, mas de forma opcional¹⁹.

A Fundação Cultural do Espírito Santo, por sua vez, é instituída pela Lei nº 2.307/67, de 17/11/67, destinada ao incentivo da cultura. Com personalidade jurídica de direito privado²⁰, é constituída por (I) Conselho Deliberativo, (II) Presidência, (III) Conselho Fiscal e (IV) Diretoria Executiva (Apêndice B). Conforme disposto em seu Art. 2º, tem por objetivo:

- a) – propugnar pelo desenvolvimento da cultura, em todas as suas modalidades, congregando, para isso, as associações com igual destinação que a ela queiram se incorporar;
- b) – colaborar com o Poder Público no preparo, execução e fiscalização de programas artísticos, científicos e culturais a se realizarem no Espírito Santo;
- c) – criar e estimular centros artísticos, científicos e culturais, como teatros, coros, bailados, orquestras, bem como bibliotecas, museus, emissoras de rádio e televisão e publicações de toda a natureza;

¹⁸ Nessa estrutura, não dispõe que o Presidente seja o Secretário da pasta a que o Conselho é submetido, mas que seja escolhido conforme seu Regimento Interno (ESPÍRITO SANTO, LD nº 06, 1967, art. 4º).

¹⁹ A lei muito se assemelha ao Decreto-Lei Federal nº 74/66, que cria o Conselho Federal de Cultura. Determina, inclusive, que o Conselho deve exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo referido órgão. (ESPÍRITO SANTO, LD nº 06, 1967, art. 1º)

²⁰ São pessoas jurídicas de direito privado: as associações (I), as sociedades (II), as fundações (III), as organizações religiosas (IV), os partidos políticos (V) e as empresas individuais de responsabilidade limitada (VI). (Lei Nº 10.406, Art. 44).

- d) – promover e ampliar a realização de festivais, seminários, temporadas e programas de intercâmbio cultural, artístico e científico;
- e) – incrementar o turismo em cooperação com os órgãos oficiais incumbidos de seu desenvolvimento;
- f) – estimular, por todos os meios e modos, a revelação de vocações artísticas e científicas, através de exames psicológicos e alto nível, cursos de aperfeiçoamento e concessões de bolsas de estudo e outros auxílios;
- g) – concorrer para maior divulgação, em âmbito nacional e internacional, das realizações espírito-santenses nas artes e nas ciências, inclusive mantendo publicações especiais para este fim. (ESPÍRITO SANTO, Lei Nº 2.307, 1967)

Em 1969, as leis que criam o Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Cultural são revogadas pela Lei nº 2468/69, de 24/11/69, que passa a fixar as competências do CEC e atribuir à FCES a função de órgão executor da política cultural estadual. Em seu Art. 1º, a lei define:

Art. 1º - A política cultural do Estado, formulada pelo Conselho Estadual de Cultura, será executada através da Fundação Cultural do Espírito Santo. (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 2468, 1969)

Assim, as competências de caráter executivo, como a formalização de convênios, promoção e realização de campanhas visando ao desenvolvimento da cultura, além de atividades relacionadas à aplicação de recursos, passam a ser atribuições da Fundação Cultural. No que diz respeito à constituição do CEC, são extintos os representantes da Universidade Federal do Espírito Santo e da Fundação Cultural, e se estabelece sua presidência pelo Secretário de Educação e Cultura (Apêndice C).

No que concerne à Fundação Cultural, portanto, as principais alterações se dão em função da “nova” atribuição. Na proposta, o órgão passa a ser constituído por Conselho de Administração (I), Conselho Fiscal (II) e Diretoria Executiva (III), suprimindo, portanto, a figura da Presidência. O Conselho de Administração, por sua vez, passa a ser constituído pelo vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, na qualidade de Presidente, e de quatro membros do CEC (dois eleitos pelo CEC e dois escolhidos pelo Governador do Estado) (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 2468, 1969, art. 13.)

No que concerne aos seus objetivos, há uma ampliação de seu escopo, qual seja,

- g) executar os planos a que se refere a letra “d” do art. 2º;
- h) submeter ao Conselho Estadual de Cultura programas especiais a serem executados mediante convênio com instituições culturais, oficiais ou particulares, com recursos financeiros obtidos junto ao Conselho Federal de Cultura ou através de dotações do orçamento estadual;

- i) promover sindicâncias sobre a correta aplicação dos recursos destinados às instituições culturais;
- j) firmar convênios com instituições governamentais ou particulares visando a execução de programas ou planos de interesse cultural. (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 2468, 1969, art. 10)

Neste tema, há supressão, ainda, da alínea “e” do art. 2º, cuja descrição é “incrementar o turismo em cooperação com os órgãos oficiais incumbidos de seu desenvolvimento” (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 2468, 1969)²¹. Na nova lei, portanto, a FCES passa a ter papel fundamental no que diz respeito às ações de preservação.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa, particularmente com a professora Cecília Jahel Nascif, fica evidente a participação direta da Fundação Cultural na execução de ações de preservação do patrimônio capixaba, especialmente no que diz respeito ao sítio histórico de São Mateus. Assim, na tentativa de elucidar questões e preencher lacunas relativas aos princípios da política de preservação de áreas urbanas no estado, amplia-se a pesquisa, para além dos documentos dos processos de tombamento, com a investigação de documentos do extinto Departamento Estadual de Cultura²².

Em 1988, o Conselho Estadual de Cultura passa por reformulações, “refletindo a democratização do país e a promulgação da nova Constituição, através de Câmaras dos diversos setores representativos da sociedade organizada”, com a Lei nº 4152/88. No que concerne às suas atribuições, não ocorrem grandes alterações, mas é eliminada a submissão dos atos e resoluções à homologação do Secretário de Educação e Cultura. Quando trata do escopo de bens que deve proteger, há a substituição da redação “patrimônio histórico e artístico do Estado, bem como dos arquivos históricos, públicos ou particulares” por “bens culturais e naturais”, o que indica uma mudança que caminha para a ampliação, em convergência com o que preconiza a Constituição de 1988.

²¹ As alterações mais substanciais no texto da lei são em decorrência da mudança nos órgãos que constituem a Fundação Cultural, com a substituição do Conselho Deliberativo pelo Conselho de Administração, e a extinção da Presidência. Além disso, o Museu do Colono passa a integrar o patrimônio da Fundação (Art. 11, Parágrafo único); a Direção Executiva passa a ser designada exclusivamente pelo Governador do Estado, além do aumento de suas competências (Art. 18) e extingue a Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (Art. 29).

²² As caixas que contêm os documentos estão dispostas na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Cultura. Embora numeradas e separadas por sítios, não apresentam uma organização sequencial dos documentos, o que acarreta dificuldade no entendimento da documentação em um contexto mais amplo. Também é informado o desaparecimento de muita documentação, ao longo do tempo.

Em relação à estrutura, o Conselho passa a contar com 8 (oito) Câmaras Permanentes, Plenário e comissões de caráter temporário, além de Secretaria Executiva (Apêndice D). A composição do Plenário, por sua vez, passa a integrar, além dos representantes das Câmaras, representantes das Regiões Norte, Sul e Central e o DEC passa a ser o órgão executor da Política Cultural do Estado, além de oferecer suporte técnico e administrativo ao CEC, em substituição à Fundação Cultural²³.

Após longo período sem atividades, entre os anos de 2000 e 2006, o Conselho passa por outra reestruturação, em 2006, por meio da Lei Complementar nº 375, de 13/09/2006, ao ser integrado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura – Secult: mantém a composição anterior, havendo aumento do número de Câmaras para 9 (nove), com a exclusão da Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural e da Câmara de Patrimônio Natural (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 375, 2006). (Apêndice E)

Tal exclusão se deve à criação do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CEPAC (Lei Complementar nº 374/06). Claramente inspirado no Art. 216 da Constituição de 1988, define como uma de suas competências:

Planejar e formular, em parceria com a SECULT, as políticas públicas para a área do Patrimônio Cultural, que abrange os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos de criar, fazer e viver;
- c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (ESPÍRITO SANTO, Lei nº 374, 2006, art. 3º)

A estrutura do CEPAC é semelhante ao CEC, composta por (I) Plenário, (II) Presidência, (III) Secretaria Executiva e (IV) Câmaras, e Presidente de Honra representado pelo Secretário de Estado da Cultura (Apêndice F). No que concerne à representatividade no Plenário, há a inserção de um representante do Instituto do

²³ A lei institui, ainda, o Fundo Estadual de Promoção Cultural – FEART cuja finalidade é apoiar financeiramente e tecnicamente estudos, projetos e programas voltados para o desenvolvimento cultural do Estado, tendo em vistas as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Conselho Estadual de Cultura. (Art. 22)

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Na prática, a criação do Conselho não se concretiza, e, em dezembro de 2007, a lei que cria o CEPAC é revogada.

A atual estrutura do CEC é estabelecida pela Lei Complementar nº 421, de 03/12/2007, que reorganiza o Conselho, com a fusão das câmaras propostas nas leis de 2006, totalizando 8 (oito). No que concerne ao plenário, há uma ampliação da “representatividade das regiões do Estado e das Secretarias de Estado afins”. (Apêndice G)

De forma análoga a outros estados brasileiros, o Conselho reflete a política de preservação nacional, bem como seu ordenamento jurídico, adotados no âmbito federal, ou seja, o instituto do tombamento se mantém como instrumento de proteção dos bens. No que concerne à atuação específica, para a proteção do patrimônio, inicia sua atuação com a Lei nº 2947/74, que define:

Art. 1º - Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Espírito Santo o acervo de bens móveis e imóveis existentes em seu território e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da História, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou científico. (ESPÍRITO SANTO, 1974)

O texto da lei se assemelha ao do Decreto-Lei 25/37 e, desde sua criação, não sofre alterações²⁴. Regulamentado pelo Decreto 626-N, de 28/02/75, o tombamento tem sido, desde sua criação, o principal instrumento para a promoção da defesa do patrimônio cultural capixaba.

Atualmente, o Espírito Santo possui cinco sítios históricos tombados pelo Conselho Estadual de Cultura, a saber, Porto de São Mateus (Resolução CEC nº 01/76 e Resolução CEC nº 001/2010), Santa Leopoldina (Resolução CEC nº 05/83 e Resolução CEC nº 003/2010), São Pedro do Itabapoana (Resolução CEC nº 02/87 e Resolução CEC nº 002/2010), Muqui (Resolução CEC nº 002/2012) e Itapina (Resolução CEC nº 003/2013) (Figura 7).

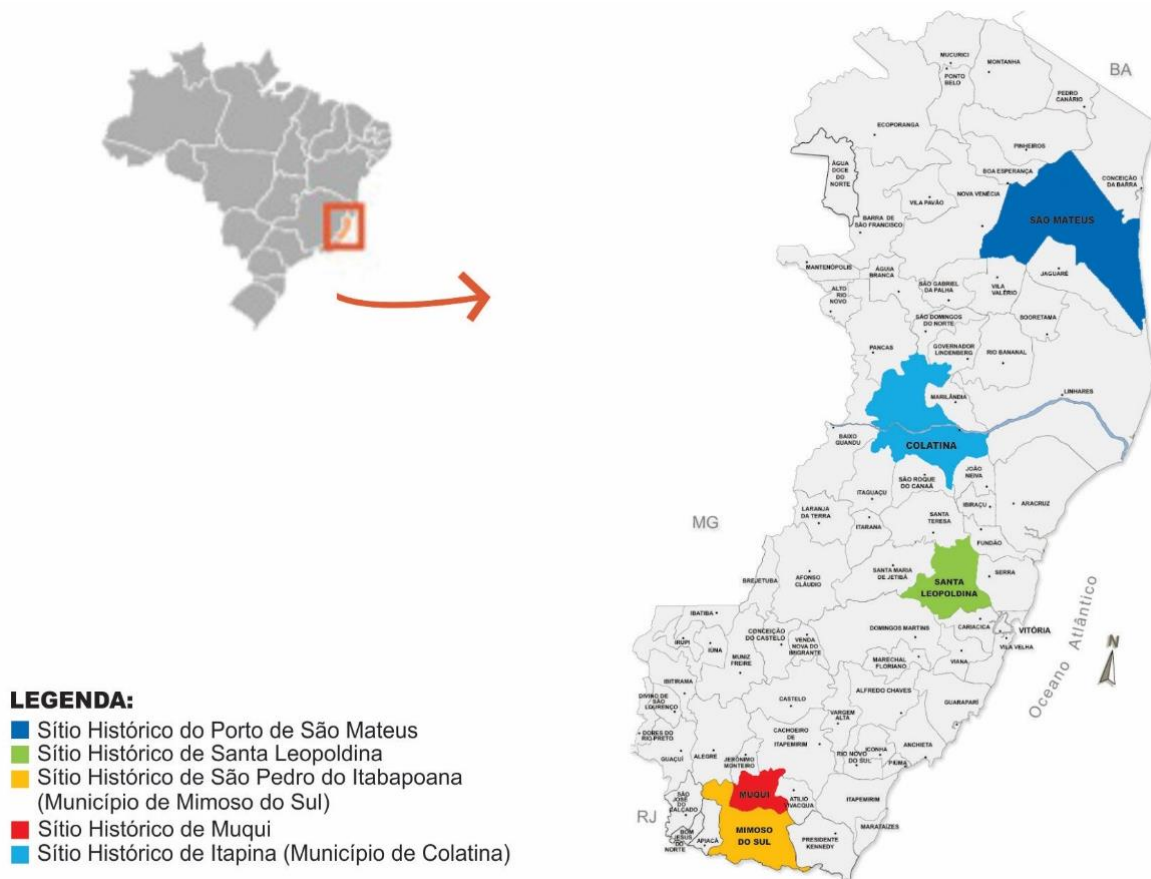
²⁴ Exceto pelo acréscimo de parágrafos ao Art. 17 por meio da Lei nº 4625/92:

§ 3º - Ficam condicionados à aprovação da Assembléia Legislativa os atos que visem à revogação do tombamento de bens do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental do Estado do Espírito Santo.

§ 4º - Ao processo revogatório deverão ser anexados cópias de todos os documentos relativos à coisa tombada, incluindo o parecer conclusivo expedido pela Câmara de Artes e Patrimônio Histórico, nos termos do art. 2º, II, do Decreto nº 226-N de 1975.

Em seguida, faz-se uma análise particular das áreas urbanas protegidas, por meio da leitura dos processos de tombamento, bem como de documentos disponibilizados no arquivo da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Cultura.

Figura 7 - Municípios onde se localizam os sítios históricos tombados no Espírito Santo.



Fonte: Adaptado de Mapas do Brasil (2017)

2.2 AS ÁREAS URBANAS PRESERVADAS

2.2.1 Sítio Histórico do Porto de São Mateus

O processo de tombamento do Porto de São Mateus tem início em agosto de 1975, por meio de ofício enviado pelo Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Professor José de Souza Silva, ao Secretário de Educação e Cultura. Nele, informa sobre relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho presidido pela Professora Cecília Jahel Nasciff, com o objetivo de dimensionar as “medidas preliminares para a recuperação do acervo histórico representado pelo Porto de São Mateus” (Processo 43669590, fl. 01). Em meio a elogios sobre o trabalho desenvolvido, menciona que o mesmo pode servir de

[...] base para o início de um projeto específico, dentro do qual se possa encontrar as determinantes técnicas, históricas e artísticas que sustentarão, tanto em níveis de investimentos estaduais, quanto em nível de investimentos ou financiamentos federais e internacionais, a completa recuperação daquele acervo, patrimônio que dignifica as tradições culturais do nosso Estado. (Processo 43669590, fl. 01)

Figura 8 – Sítio Histórico do Porto de São Mateus, Largo do Chafariz



Fonte: <http://hotelbosio.com.br>

O ofício orienta que sejam adotadas providências, “visando a contratação de uma equipe técnica, preferencialmente capixaba, sob a coordenação da Professora Cecília Jahel Nasciff, para elaboração de um projeto de recuperação do acervo histórico do Porto de São Mateus”, a fim de obter “condições financeiras para o exercício físico da recuperação pretendida”, por meio de “organismos de

financiamento interno e externo”²⁵. O ofício não menciona de forma explícita e específica que o objetivo do estudo é o tombamento da área, mas, em entrevista, a Professora Maria Cecília Nascif afirma que a iniciativa tem como finalidade o tombamento. Cabe ressaltar, o início do processo de tombamento acontece apenas seis meses após a promulgação do Decreto 626-N, que regulamenta o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Espírito Santo (Lei nº 2.947/74). Assim, pode-se supor que, por tratar-se de “conceito” recente na esfera estadual e ser o tombamento o instrumento mais importante, naquele momento, no que concerne à proteção do patrimônio nas políticas públicas de preservação, as expressões “recuperação” e “tombamento” tenham a mesma conotação. Dito de outra maneira, no contexto inicial da política de preservação, o tombamento é premissa para as ações de “recuperação”, em especial se se considera o ato do tombamento uma exigência para a captação de recursos por meio de convênios firmados com o governo federal. Neste sentido, cabe parênteses, para análise da iniciativa que culmina no estudo efetuado pelo GT.

Em entrevista, a Professora Maria Cecília Nascif apresenta um ofício (Ofício nº 988) direcionado à Euzi Rodrigues Moraes, Diretora Executiva da Fundação Cultural. Datado de 23/04/1974, ou seja, anterior à lei que institui o tombamento estadual, o ofício é uma resposta do diretor do IPHAN, Renato Soeiro, a um ofício enviado à instituição federal (Ofício nº 148/74)²⁶, onde a Fundação Cultural informa sobre a elaboração de “projeto de levantamento dos monumentos históricos e artísticos existentes nesse Estado com vistas à sua eventual restauração” (Ofício nº 988). O diretor congratula o órgão estadual pela iniciativa, além de responder de forma positiva à solicitação da Fundação para que o arquiteto Christiano W. Fraga, representante do IPHAN no Estado do Espírito Santo, atue no grupo de trabalho.

Na Conclusão do Levantamento do Grupo de Trabalho, consta a indicação de 46 prédios de “interesse histórico”, encontrando-se quase todos em “estado precário”, sugerindo, por esse fato, o escoramento imediato de tais edificações. Por fim, indica que o “Setor Turístico e Cultural do Espírito Santo deverá desenvolver um estudo integrado com a Prefeitura de São Mateus, para melhor aproveitamento da área e de

²⁵ Como exemplo de operações bem-sucedidas, semelhantes a esse tipo de solução, cita o Pelourinho (Salvador), Parati (Rio de Janeiro) e Alcântara (Maranhão), segundo o qual, seria o “caminho mais curto e mais objetivo”. (Processo 43669590, fl. 02)

²⁶ O ofício não é localizado.

seu potencial turístico”. Integra o Relatório a lista com o nome das ruas e dos proprietários dos imóveis identificados (Processo 43669590, fl. 11-16).

Figura 9 - Casario em ruínas da Rua do Comércio, no início da década de 1980



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2008a)

Em parecer, datado de outubro de 1976, da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico, “os integrantes manifestam-se favoráveis ao tombamento dos imóveis situados na referida área”, recomendando a inscrição dos mesmos no Livro de Tombo das Belas Artes. A recomendação tem como embasamento “o levantamento e relatório constantes do Processo”, e o “valor histórico da área do Porto de São Mateus” (Processo 43669590, fl. 30). No entanto, apesar de referendar o levantamento do Grupo de Trabalho, a resolução de tombamento contém apenas 32 dos 46 imóveis indicados no relatório. Conquanto não ser possível identificar, para efeito deste trabalho, quais são os imóveis e sua exata localização, o endereço das ruas, indicado no relatório, aponta serem edificações um pouco mais afastadas do “núcleo” do conjunto arquitetônico que contorna o largo do Chafariz, na área da Cidade Alta²⁷. No processo de tombamento não é possível identificar a motivação desta exclusão.

Sobre a abrangência do tombamento, o mapa elaborado não apresenta delimitação. Responsável pela elaboração da lista dos imóveis a serem tombados, Maria Cecília relata que, na sua concepção, “o porto inteiro tinha que ser tombado” (2016).

²⁷ Rua Barão dos Aimorés, Praça São Benedito, Rua Cunha Junior e Rua Dr. Moscoso. (Processo 43669590, fl. 13)

Porque você não podia tombar uma casa e não tombar a outra, porque mesmo que tivessem sido feitas “essa é mais recente do que a outra”, você percebe. Mas era uma tentativa do proprietário que tinha mais condição de fazer diferente [...]. Então, eu disse o seguinte, eu aqui tô fazendo um levantamento de uma área que tem que ser totalmente preservada. Não tinha como você eliminar uma casinha ali, mas aquela casinha ela faz parte de um contexto, sabe. Eu não tava ali como uma especialista em patrimônio histórico artístico nacional. Não. (NASCIF, 2016)

Os estudos elaborados para o tombamento do Porto de São Mateus não apresentam análise da estrutura urbana. Na ocasião do levantamento do GT, é elaborado um mapa da área de estudo pelo desenhista João Rissi Filho, indicando sucintamente a localização de algumas edificações. O mapa, no entanto, não faz parte da documentação entregue ao Conselho e, portanto, não integra o processo de tombamento a identificação da área tombada.

Figura 10 – Casario em ruínas da Rua do Comércio, no início da década de 1980



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2008a)

Apenas o documento intitulado *Obras/Projetos de Restauração*, datado de 1989, estudo elaborado pela Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento Estadual de Cultura - DEC, traz um croqui, cujo objetivo é apenas a localização dos imóveis (Processo 43669590, fl. 71). A Resolução nº 01/76 (Processo 43669590, fl.

31-32) aprova somente o tombamento dos imóveis, e se restringe à listagem dos mesmos e seus respectivos endereços e proprietários.

Para Valdir Castiglioni (2016), o tombamento do Porto de São Mateus é um marco bastante significativo para o Estado, não exatamente por ter sido o primeiro, mas por ter trazido para o Espírito Santo as discussões referentes à proteção do patrimônio. Menciona, ainda, ser o tombamento uma prerrogativa de funcionar como uma ação de “socorro” para o sítio, decorrente da situação de “calamidade” em que a área se encontra, à época.

Figura 11 - Sítio Histórico do Porto de São Mateus, Largo do Chafariz com Rio Cricaré ao fundo



Fonte: <http://www.folhavitoria.com.br>

A primeira delimitação

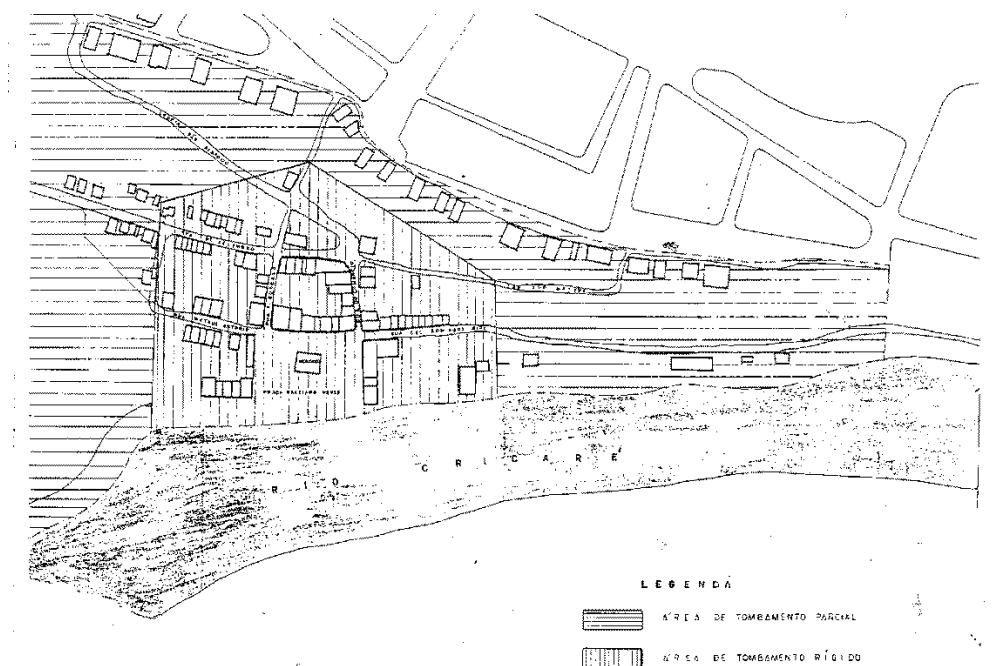
Aprovada pela Câmara de Vereadores em 1982, a Lei nº 129/82 tem por objetivo regulamentar obras de arquitetura e demais aspectos do uso da área do Porto de São Mateus. A lei define um zonemamento para uso do solo e das edificações da área compreendida pelo *Perímetro do Tombamento Paisagístico do Porto de São Mateus*, subdivido em *Área do Tombamento Rígido*, *Área de Tombamento Parcial* e *Área de Camping*, para as quais define usos diferenciados, bem como tipos de intervenção nas edificações, gabarito das novas construções (Figura 12)

O anteprojeto de lei é elaborado pelo arquiteto Reinaldo Guedes Machado, contratado como consultor pela Fundação Cultural, no contexto de execução do *Projeto de Reabilitação do Porto de São Mateus*, elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves. No *Relatório Preliminar para discussão*²⁸, o arquiteto ressalta que a recuperação da área deve ter como foco a realização de atividades que transformem o local em um “bem social”, relegando as atividades turísticas e culturais a um segundo plano, a fim de “evitar a ocupação da área por contingente humano sem vinculação à cidade” (MACHADO, 1979). Sobre o enfoque na realização de atividades culturais, ressalta ainda que

[...] sendo a revitalização de áreas históricas uma ação planejada, e portanto artificial, por vezes tem-se esquecido que a cultura se manifesta não só nas artes e artesanato mas também em todos os momentos de convívio social, inclusive a organização do trabalho e a tecnologia produtiva adotada em uma dada região. (MACHADO, 1979)

O anteprojeto de lei é aprovado pela Câmara Municipal de forma integral, sem alterações, com exceção da substituição, na redação, da Fundação Cultural pelo Departamento Estadual de Cultura, como o órgão estadual responsável pela ação conjunta com o Município.

Figura 12 - Mapa de Zoneamento da Área do Porto de São Mateus, 1982



Fonte: SÃO MATEUS (1982)

²⁸ O documento não apresenta data. O ofício enviado pelo arquiteto à Fundação Cultural, quando do encerramento das suas atividades, data de 24/09/79.

É importante ressaltar que a lei não é incorporada à resolução do tombamento e se restringe à competência municipal. Entretanto, estabelece, para a aprovação de projetos na área de tombamento rígido, a “ação conjunta” entre o município e o DEC. A elaboração da lei é de extrema relevância, se se considera o contexto da época, em que inexistem os planos diretores, os códigos de obras e de posturas municipais.

A delimitação estadual

Com o objetivo de estabelecer diretrizes para intervenções nos sítios tombados, em 2006, tem início a elaboração de estudos destinados a subsidiar a revisão dos processos de tombamento e a análise do estado de conservação dos edifícios tombados. Estes estudos são elaborados pelos arquitetos Rodrigo Zotelli Queiroz e Fernando Betarello, à época servidores da Secult. Em entrevista, Queiroz informa que, além desses objetivos, há a intenção de desenvolver uma terceira etapa, que consiste em

[...] elaborar um plano de gestão, um planejamento estratégico para os sítios, pra conduzir, pra orientar a condução dos processos, os projetos que a Secretaria tinha imaginado para os sítios. Essa terceira etapa a gente não conseguiu avançar. (QUEIROZ, 2016)²⁹

Conforme o arquiteto, a retomada de estudo dos sítios coincide com a retomada do Conselho, uma vez tendo ficado um período sem atuação, período que também coincide com a reformulação da estrutura ocorrida no ano de 2007 (QUEIROZ, 2016). Como parte da metodologia adotada para os estudos, são feitas visitas aos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de conhecer suas estruturas e avaliar a possibilidade de replicar algumas experiências. Assim, surge a adoção do conceito de APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural, especialmente por influência do município do Rio de Janeiro.

O município carioca adota o instrumento desde 1992, quando o Plano Diretor Decenal (Lei Complementar 16/1992) estabelece “os alicerces para uma política pública clara e efetiva de proteção do patrimônio cultural”, adotando a APAC para a proteção do ambiente construído (RIO DE JANEIRO, 2016).

²⁹ Segundo o arquiteto, o avanço nessa etapa não é possível em parte devido às mudanças de gestão ocorridas posteriormente, acarretando um novo direcionamento. Informa, ainda, a existência da intenção de retomada dessa etapa.

A sigla APAC - que o uso constante em discussões e notícias na mídia já transformou, na prática, em substantivo - significa que o olhar do Patrimônio Cultural não está focado apenas nos prédios e monumentos notáveis de nossa história [...], mas também na preservação de conjuntos urbanos representativos das diversas fases de ocupação de nossa cidade. (RIO DE JANEIRO, 2016)

Tendo como proposta preservar o ambiente, a paisagem e a fisionomia que tornam cada bairro único e caracterizam a identidade cultural urbana, visa aproximar “o Patrimônio do cotidiano da cidade e da vida de seus habitantes” (RIO DE JANEIRO, 2016). Além disso, acredita que

[...] a parceria do poder público com a comunidade - que em diversas ocasiões inicia o processo de discussão e reivindica proteção da memória edificada de seu bairro - para a manutenção da qualidade de vida e à participação no planejamento da cidade. (RIO DE JANEIRO, 2016)

Como metodologia, adota a classificação dos bens em *tombados* (bens de valor excepcional), *preservados* (caracterizadores do conjunto) e *tutelados* (demais situados no entorno dos bens preservados ou tombados)³⁰. Cabe ressaltar que, no caso do Rio de Janeiro, a APAC é de competência municipal.

Para Betarello (2016), no contexto dos estudos elaborados a partir de 2007, é urgente a necessidade de legislação definidora de diretrizes para os sítios tombados,

[...] E a gente começava a ver que o patrimônio tava se deteriorando. E as pessoas sem muita orientação, dentro do sítio histórico, ou até com os imóveis isolados, sem orientação técnica para a Secretaria de Cultura poder dar o seu parecer, poder auxiliar o Conselho de Cultura, no caso de alguma denúncia. Aí a gente resolveu fazer as APAC's. Resolvemos fazer uma legislação específica de cada sítio. (BETARELLO, 2016)

Neste contexto, também destaca a falta de corpo técnico dentro da Secretaria de Cultura, capaz de abarcar a complexidade e abrangência do patrimônio.

Eu fui pra lá pra gente criar a Subsecretaria de Patrimônio. A secretaria não tinha. Ela tinha a responsabilidade técnica que o Conselho passava pra ela, pra analisar a questão do patrimônio, mas ela não tinha uma subsecretaria. (BETARELLO, 2016)

³⁰ Atualmente, a Subsecretaria de Patrimônio detém a tutela de 36 áreas urbanas protegidas, entre APACs e áreas de proteção de entorno de bens tombados, localizadas nas Zonas Norte, Sul, Oeste e Central da Cidade e que incluem cerca de 30 mil imóveis, entre bens tombados, preservados e tutelados. (RIO DE JANEIRO, 2016)

APAC de São Mateus

Assim, são elaborados estudos a fim de avaliar o estado de preservação dos imóveis tombados³¹, passando a analisar o “conjunto” sob a perspectiva de “sítio”. Para a análise dos estudos, busca-se “não apenas o conjunto tombado isoladamente, mas a estrutura urbana onde está inserido, a evolução do espaço, as relações sociais, a cultura e a economia”. A metodologia é proposta a partir de dois eixos: diagnóstico da situação dos imóveis tombados e do entorno e proposta de normatização (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 6).

Estes estudos, focados não apenas no conjunto tombado isoladamente, mas em toda a estrutura que envolve a paisagem urbana, permitiram o entendimento dos problemas e das medidas necessárias para a sua valorização enquanto patrimônio cultural da cidade, sua preservação, para o entendimento dos valores que lhe são atribuídos pela sociedade e o que representa como identidade do Município, além de permitir o direcionamento das ações de preservação e sua integração na vida atual. (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 6)

O estudo informa que, a partir da década de 1980, ocorre de forma mais efetiva a ocupação dos terrenos vizinhos ao Porto de São Mateus, em virtude de parcelamentos e loteamentos, “provocados pela expectativa de criação de empregos a partir da vinda dos grandes conglomerados econômicos estruturados em torno da Aracruz Celulose, Vale e PETROBRAS” (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 27). Os terrenos vizinhos ao Porto de São Mateus passam a ser ocupados a partir desta década de forma mais efetiva.

Formado por terrenos de várzea a ocupação se viabiliza por interferência política e pela proximidade do centro da cidade. Além do bairro Porto formam-se também os bairros Maruim e Cacique que são em sua maioria ocupados por população de baixa renda e cujos bairros necessitam de obras de urbanização (redes de drenagem pluvial, esgoto, pavimentação, iluminação pública, entre outras). (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 27)

O levantamento constata que predomina o uso residencial, com pequeno número de imóveis com uso comercial e institucional, em sua maioria construídos junto ao alinhamento frontal dos lotes, com as edificações com afastamento frontal sendo raras (Figura 13). É grande o número de lotes vazios. (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 28). O estudo constata que as grandes construções implantadas na encosta entre o Sítio Histórico e a cidade são a maior interferência, pois se sobressaem “ao conjunto

³¹ O estudo aponta que 40% dos 32 imóveis tombados em 1976 já estão em ruínas ou ruíram, não restando mais nenhum testemunho. (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 46)

tombado pelo porte e estilo arquitetônico completamente diferente das construções do Porto” (ESPÍRITO SANTO, 2008a, p. 28).

Figura 13 - Mapa do Uso do solo e gabarito.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2008a)

Figura 14 - Localização dos imóveis que sobressaem aos imóveis tombados.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2008a)

2.2.2 Sítio Histórico de Santa Leopoldina

Fundada em 1856 e com uma área de 567 Km², Santa Leopoldina é um dos primeiros núcleos urbanos do Espírito Santo a se estabelecer em terras não costeiras, instalando-se às margens do rio Santa Maria, cujo nome é a ele atribuído. Mais que o primeiro nome, o rio Santa Maria é condição primeira e fundamental para a formação da cidade, por se tratar de meio de escoamento da produção agrícola da região Central do Espírito Santo, a partir do qual inicia-se o transporte fluvial por cerca de 60Km até a capital.

Denominado de Porto do Cachoeiro, estão ali localizadas as hospedagens dos tropeiros e os armazéns de cargas e de comércio. Este povoado, em 1867, torna-se oficialmente a sede da colônia, com a denominação de Cachoeiro de Santa Leopoldina. A cidade passa a ser um centro conhecido, transformando-se em um importante centro de distribuição de mercadorias. (QUEIROZ, 2013, p. 22)

Segundo Queiroz (2013), o processo de arruinamento econômico da cidade é uma decorrência da conclusão da construção da Ponte Florentino Avidos (1928), com a conseqüente continuidade do sistema rodoviário estadual até Afonso Cláudio, Itaguaçu e Colatina, reduzindo em grande medida o tráfego fluvial e afetando drasticamente a estrutura econômica e financeira de Santa Leopoldina.

Figura 17 - Sítio Histórico de Santa Leopoldina



Fonte: <http://www.temqueir.com.br/2016/03/passeio-de-um-dia-saindo-de-vitoria.html>

Tombamento

O processo de tombamento se inicia por meio de ofício da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina³², em abril de 1980, em que solicita a viabilidade do tombamento, dado o fato de ser “uma das cidades mais antigas do Estado e o maior empório comercial do Espírito Santo no auge de sua história” (Processo 44131895, fl. 01)³³. O primeiro parecer técnico do processo, elaborado pelo arquiteto Jaime Henrique Emery Brandão³⁴, destaca que “no que diz respeito aos imóveis situados na rua principal”, o “problema” deve ser analisado sob dois aspectos: o conjunto arquitetônico global e cada imóvel separadamente”, e conclui que “pelo primeiro ângulo, o conjunto agrada a vista, possuindo valor artístico e histórico para nosso Estado, e vale o esforço para o seu tombamento” (Processo 44131895, fl. 10). O parecer finaliza ressaltando a rapidez com que a paisagem do local está sendo transformada³⁵. Na mesma data, e conforme reunião do CEC, os conselheiros³⁶ “embasados nos documentos apresentados pelo DEC e pelo Instituto Jones dos Santos Neves, bem como nos pareceres dos presentes, aprovam o tombamento dos referidos imóveis”³⁷.

O estudo elaborado pelo DEC/ DPHC apresenta breve histórico acerca da formação da vila, realizada por imigrantes de diversos países, cuja distribuição se dá em sítios nos fundos dos vales.

A paisagem urbana apresenta riqueza inestimável pelos sobrados e casarões que lhe margeiam as ruas, conservando ainda o traçado primitivo. A arquitetura de fins do século passado e início deste continua presente (nos sobrados e casarões), alguns constituindo-se nos mais belos conjuntos do Estado como por exemplo, o conjunto dos quatro sobrados, entre eles o que pertence a família Holzmeister, hoje Museu do Colono. (Processo 44131895, fl. 33)

³² Prefeito Municipal Argêo João Uliana.

³³ Endossa o pedido um ofício da Rede Gazeta, datado de 17 de julho de 1980, solicitando o tombamento da rua principal de Santa Leopoldina. O ofício informa serem encaminhadas à emissora várias sugestões e solicitações nesse sentido. (Processo 44131895, fl. 2)

³⁴ No despacho não há menção acerca do cargo do arquiteto. (Processo 44131895, fl. 2)

³⁵ O despacho não informa a data em que o parecer é elaborado.

³⁶ Assinam o Parecer nº 01/82 Maria Beatriz Figueiredo Abaurre, Fernando Antônio Achiamé, Stela Denardi Nogueira, Kleber Galveas e Orlando Bonfim Netto.

³⁷ Os documentos apresentados pelo IJSN não se encontram dentro do processo de tombamento. Apresenta tão somente despacho do arquiteto André Abe informando concordar com o primeiro parecer (Processo 44131895, verso fl. 10). Apesar da aprovação, o despacho informa que “muito embora para realizar-se o tombamento seja necessária a maioria absoluta de seus membros, de acordo com o art. 6º do Regimento Interno, o que se torna impraticável devido ao esvaziamento do Conselho que de dez membros está reduzido apenas a quatro”. (Processo 44131895, fl. 11)

Segundo o estudo, “o fator de maior importância na preservação do núcleo de Santa Leopoldina deve-se ao significado histórico que se revestem suas construções, a maior parte de fins do século passado e início deste” (Processo 44131895, fl. 34). O estudo indica que “o núcleo urbano de Santa Leopoldina conserva o traçado e a volumetria do início do século XX” (Processo 44131895, fl. 37). Sobre a preservação do “acervo”, destaca que, além da “preservação do casario [...] de interesse histórico e arquitetônico”, outros elementos também são necessários como “o espaço urbano em que se insere, com arruamentos, escadarias, passarelas, pontes, luminárias, recursos hídricos, a topografia e a cobertura vegetal existente” (Processo 44131895, fl. 36). Por fim, apresenta lista de *Edificações a Serem Tombadas* (Processo 44131895, fl. 39-40), além de espaços e equipamentos urbanos (pontes e passarela de pedestres com os guarda-corpos de cimento existentes, luminárias, largos e escadaria, Parque da Independência, árvores existentes no espaço urbano, cobertura vegetal das encostas que circundam a cidade) (Processo 44131895, fl. 41).

Figura 18 – Sítio Histórico de Santa Leopoldina



Fonte: <http://www.vitorianews.com.br/vitoriashow/noticia/2016/04/saraus-e-shows-em-santa-leopoldina-neste-final-de-semana-84954.html>

O relatório apresenta, ainda, *Sugestões para intervenção no espaço* e *Sugestões de intervenção no espaço edificado*. Integram a parte final do estudo as fichas individuais de avaliação dos imóveis (Processo 44131895, fl. 46-172).

Em 30 de julho de 1983 é realizado o Tombamento dos Bens Imóveis, integrantes do conjunto arquitetônico de Santa Leopoldina por meio da Resolução CEC nº 05/83 (Processo 44131895, fl. 180)³⁸. Em que pese a menção à estrutura urbana do sítio, a resolução de tombamento se restringe à listagem dos imóveis³⁹, porém incorpora ao texto a definição de “conjunto arquitetônico”.

O processo de tombamento e a resolução de tombamento não apresentam mapa da área protegida. O estudo elaborado pelo DEC informa a existência de mapas que integram o levantamento, com o objetivo de apresentar o espaço urbano, além de sugestões de intervenção; porém, os documentos não se encontram dentro do processo de tombamento (Processo 44131895, fl. 38). Para o suporte de identificação do sítio são apresentadas fotografias, todas em preto e branco.

Leis Municipais

Em 1981 é realizado estudo no município de Santa Leopoldina por meio do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM⁴⁰, com patrocínio da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios - SAREM, e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O estudo, apresentado em 02 (dois) volumes, *Santa Leopoldina Experiência de Campo* e *Volume 2*, é realizado em 03 (três) etapas (observação, julgamento/avaliação e proposições/implementação), com a realização de atividades junto à comunidade e o levantamento de dados acerca do município, como aspectos históricos e sócio-econômicos, culturais, físicos e sociais⁴¹. Conforme o *marco conceitual* que orienta o trabalho, tem como objetivo “apresentar propostas alternativas aspirando ao desenvolvimento da coletividade”, cuja proposta

³⁸ Os espaços e equipamentos urbanos indicados no relatório não integram a lista dos bens tombados.

³⁹ São tombados 41 imóveis, sendo 32 localizados na sede do Município e 9 em área rural.

⁴⁰ Associação civil sem fins lucrativos, criada em 1º de outubro de 1952, com sede no Rio de Janeiro. Sua fundação recebeu o apoio das associações municipais e dos movimentos relacionados ao municipalismo brasileiro. Em 1968, conforme a Lei nº 208, de 15 de outubro de 1968, o Município de Santa Leopoldina é filiado ao órgão. A lei também autoriza a abertura de Crédito Especial no valor de 300,00 (trezentos cruzeiros novos) para atendimento da contribuição do município ao IBAM.

⁴¹ Equipe: Alexandre Santos (Arquiteto) – Coordenador, Adalmir Sá Barbosa de Deus (Engenheiro Civil), Celina Borges Lemos (Arquiteta), Luiz Gonzaga R. de Figueiredo (Arquiteto), Regina Almeida Rocha (Socióloga) e Silvana da Mota Rocha (Arquiteta).

final resulta na elaboração de minutas de projetos de lei que compõem o Plano de Ordenamento do Uso do Solo Urbano (POUSU) para encaminhamento à Câmara de Vereadores do município, detalhadas no Volume 2⁴².

Para efeito de justificativa, as propostas elaboradas consideram

[...] a função institucional atual e principalmente o papel que Santa Leopoldina desempenhou historicamente na região, espelhado em seu conjunto arquitetônico homogêneo, e ainda relativamente preservado;

[...] o desejo da sua população de ver revitalizada sua economia de forma a lhe propiciar um novo papel de destaque em relação à região e até mesmo ao Estado;

[...] a riqueza de paisagens naturais e a presença de pontos com potencialidades para o lazer – seus rios, cachoeiras, e suas áreas de vegetação ainda preservadas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1981, v. 2)

O texto menciona, ainda, a possibilidade de revitalização da vida urbana de Santa Leopoldina, com um projeto de aproveitamento econômico das suas potencialidades, além da proximidade com o município de Vitória se mostrar como uma alternativa ao “turismo de fim-de-semana”, com uma proposta de utilização turística “calcada fundamentalmente na preservação do seu conjunto histórico-arquitetônico, bem como no aproveitamento racional do potencial paisagístico natural do seu entorno” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1981, v. 2). Assim, são elaboradas as minutas de (I) Lei de Perímetro Urbano, que delimita as áreas urbanas e de expansão urbana nos núcleos de Santa Leopoldina e Santa Maria do Jetibá; (II) Lei de Ordenamento do Uso do Solo Urbano, que fixa os objetivos e as diretrizes básicas do desenvolvimento das áreas urbanas municipais, estabelece a organização do território e o zoneamento, definindo as modalidades, a intensidade e a qualidade de uso do solo; (III) Lei de Parcelamento do Solo, que regula os loteamentos, desmembramentos nas áreas urbanas do Município; (IV) Instrumentação legal complementar, a saber: Código de Obras (que regulamenta as construções visando a sua segurança e higiene); Código de Posturas (para a manutenção da higiene dos logradouros, habitações, dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços de alimentação, assim como a segurança e a ordem pública); (V) Plano de Sistema Viário para o Núcleo Urbano de Santa Maria de Jetibá, que reformula e regulariza o sistema viário existente,

⁴² O estudo desenvolvido e as propostas apresentadas abrangem a localidade de Santa Maria de Jetibá, uma vez que ainda era incorporada ao Município de Santa Leopoldina, tendo ocorrido o desmembramento no ano de 1988.

como também cria mecanismos físico-urbanísticos, capazes de orientar e disciplinar os novos traçados. Em dezembro de 1981, as minutas são transformadas em (I) Lei nº 490/81, (II) Lei nº 491/81, (III) Lei nº 492/81, (IV) Lei nº 493/81 (Código de Obras) e Lei nº 495/81 (Polícia Administrativa) e (V) Lei 496/81, com a manutenção dos textos originais de forma integral⁴³. Para efeito da pesquisa, a Lei nº 491/81 é de especial interesse.

A Lei de Ordenamento do Uso do Solo Urbano – LOUSU, como é chamada, tem como principal objetivo

Criar mecanismos físicos-urbanísticos capazes de resguardar os recursos naturais, preservar o conjunto histórico-arquitetônico existente, bem como disciplinar a expansão urbana, e assegurar condições adequadas ao seu desenvolvimento sócio-econômico, especialmente o Turismo. (SANTA LEOPOLDINA, 1981, art. 3º)

Propõe a divisão do município em 03 (três) áreas: (I) Urbana, (II) Rural e (III) Eixo destinado à ocupação de Turismo, Recreação e Lazer. A área urbana, delimitada conforme a lei que define os perímetros urbanos, é dividida em (I) ACOU - Áreas comprometidas com a Urbanização e (II) AEU – Áreas de expansão urbana. A ACOU, por sua vez, apresenta divisão em 07 (sete) zonas⁴⁴, apresentando a delimitação da Zona de Interesse Histórico – ZIH (

Figura 19), que “corresponde à parte mais antiga da cidade, seu núcleo inicial, onde localiza-se o conjunto arquitetônico consolidado” (SANTA LEOPOLDINA, 1981, art. 15).

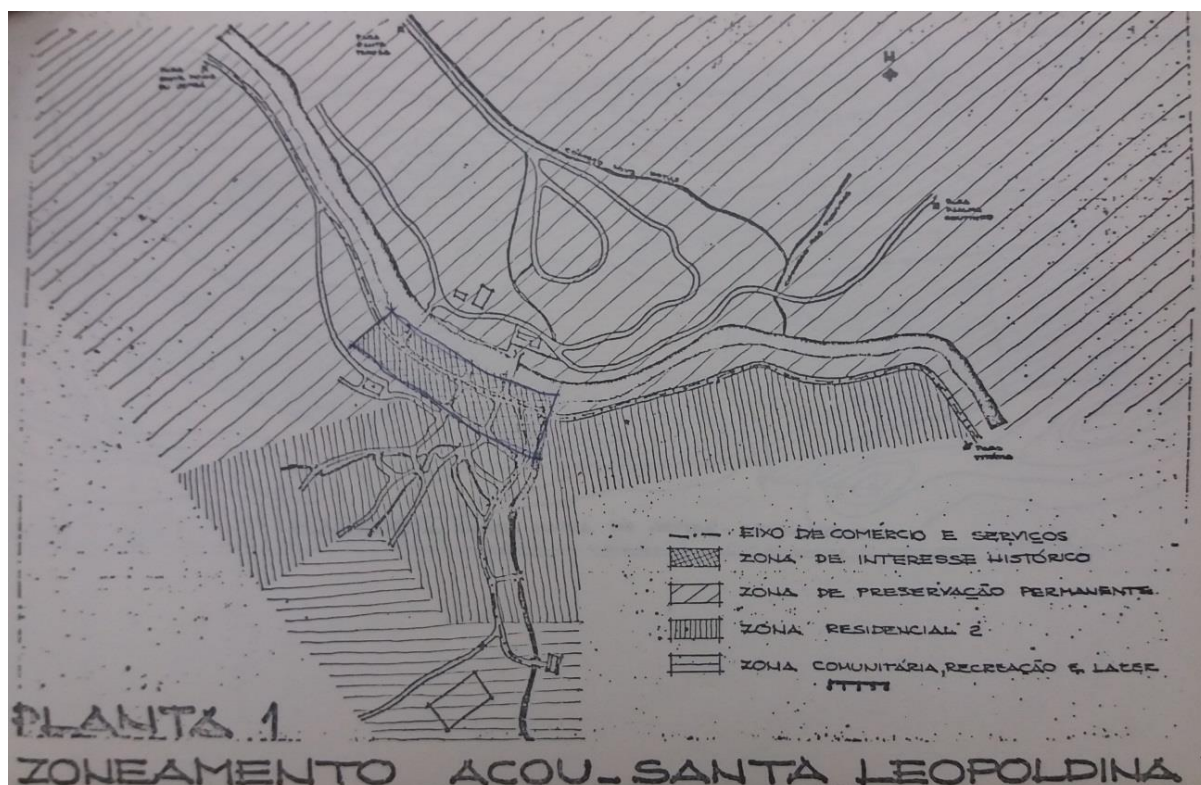
Para a referida zona, determina que qualquer tipo de alterações nas edificações sejam autorizadas somente se executadas “tendo em vista a conservação ou reprodução exata do aspecto original dos mesmos”, com a substituição dos

⁴³ Apenas a Lei nº 493/81 foi desmembrada, com a publicação do Anexo por meio da Lei nº 494/81, que trata das definições técnicas (glossário). As versões digitais das leis, disponibilizadas no site da Câmara Municipal, não apresentam os mapas das minutas de leis.

⁴⁴ I – Zona Central (ZCe), II – Zona Comunitária de Recreação e Lazer (ZCo), III – Zona de Interesse Histórico (ZIH), IV – Zona de Preservação Permanente (ZPP), V – Zona de Serviços e Apoio ao Turismo (ZT), VI – Zona Residencial, VII – Eixo de Comércio, Serviços e Pequena Indústria (EC). (Art. 12)

elementos por outros com qualidade e aparência idênticas, assim como a necessidade de aprovação da Prefeitura Municipal e do DEC.

Figura 19 - Zoneamento com a proposta da Zona de Interesse Histórico – ZIH, 1981



Fonte: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (1981)

Dispõe, de forma mais específica, sobre a construção de elementos nas edificações (marquises, mostruários, venezianas), alinhamento e altura da cumeeira nas construções novas. No que concerne aos usos, são permitidos o residencial, comercial, industrial e especiais⁴⁵. Para a ZIH, estabelece o número de pavimentos (2), taxa de ocupação (60%), lote mínimo (360m²), testada mínima (12m) e afastamento de fundos (5m).

Apesar da delimitação, a lei especifica que as exigências estabelecidas para a ZIH “devem ser consideradas para as construções isoladas que igualmente se constituem em edificações de interesse histórico” (SANTA LEOPOLDINA, 1981, art. 40). A lei não apresenta nenhuma listagem das edificações, mas informa que são

⁴⁵ A Lei classifica os usos e atividades em ADEQUADAS (A), TOLERÁVEL (T) e PROIBIDOS (P) conforme as Zonas (QUADRO 1). Para a ZIH não classifica nenhuma atividade como “PROIBIDO”.

identificadas pelo Departamento Estadual de Cultura. Embora a participação do órgão não seja citada de forma oficial na apresentação do trabalho desenvolvido pelo IBAM, no volume *Santa Leopoldina Experiência de Campo* é mencionada, de forma breve, a retomada dos trabalhos do DEC para cadastramento das edificações. Nesse contexto, destaca que

[...] uma numerosa equipe de técnicos dos órgãos estaduais que se fez presentes no painel, confirmaram de público sua firme decisão de incorporarem a política de ação dos seus respectivos órgãos, as reivindicações e sugestões então levantadas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 1981, v. 1)⁴⁶

No que concerne ao espaço urbano, a lei define que “as escadarias e espaços públicos da zona de interesse histórico não deverão sofrer quaisquer alterações, sejam de caráter estrutural, sejam relativas a revestimentos, materiais, etc..” (SANTA LEOPOLDINA, 1981, art. 39). Apesar da aprovação da lei pelo município, não é possível avaliar em que medida ela é colocada em prática. Especialmente por sua abrangência, supõe-se que, à época, o município não apresenta condições administrativas para sua efetiva aplicação. De qualquer modo, no que concerne tanto à criação de uma legislação quanto à proposta de delimitação, a lei apresenta-se como a referência legal mais “antiga” no tocante à proteção do sítio histórico de Santa Leopoldina.

Em outubro de 1982, é aprovada, pelo município, a Lei nº 516/82 que regulamenta obras de arquitetura e demais aspectos do solo na Zona de Interesse Histórico - ZIH de Santa Leopoldina. Segundo Queiroz (2013, p. 64), a minuta de lei é encaminhada pelo DEC ao município, em 1981, porém, nos arquivos consultados não foram encontrados os documentos originais. A lei, estabelece os usos, gabarito, alinhamento e características tipológicas das construções e determina, assim como a anterior, a ação conjunta entre o município e o DEC para aprovação dos projetos (SANTA LEOPOLDINA, 1982). O mapa com a delimitação da zona não consta no site da Câmara Municipal.

Queiroz (2013, p. 64) observa que, nessa data, não há imóvel tombado em Santa Leopoldina, mas apenas processo de iniciativa particular propondo o tombamento de bens imóveis, do ano de 1980. Segundo o autor,

⁴⁶ Apenas o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN é citado como órgão de “apoio”.

Apesar de aprovada há três décadas, a lei municipal nº 516/82 não é empregada de maneira eficiente pelo município, para fiscalização ou análise de projetos e intervenções em imóveis tombados, tendo sido constantemente descumprida, haja vista as mudanças ocorridas nos imóveis tombados e na área de vizinhança. (QUEIROZ, 2013, p. 64)⁴⁷

No Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 1223/2007, a ZIH de 1982 é ampliada e passa a pertencer à Zona Especial de Interesse Histórico-Cultural – ZEIHC, definida no Art. 12 como

[...] áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, que necessitam de políticas específicas para efetiva proteção, recuperação e manutenção deste patrimônio. (SANTA LEOPOLDINA, 2007, art. 12)

Além disso, o Capítulo V, que trata Da Política de Proteção ao Patrimônio Histórico Cultural, traz como uma de suas diretrizes “adequar o cumprimento da Lei Municipal 516/82”. Assim como a lei anterior, determina a necessidade de consulta ao Conselho Estadual de Cultura, para a execução de obras “nas vizinhanças do imóvel tombado, de acordo com o perímetro de abrangência” (Art. 34). A lei não apresenta o mapa da área e respectivo perímetro, mas delimita a zona por meio da descrição dos pontos.

A delimitação estadual

Em março de 2010, é regulamentada a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina, por meio da Resolução CEC nº 003/2010 (Figura 20). Considera, para efeito da resolução, “a necessidade de preservação dos bens tombados [...] e de seus respectivos entornos”, bem como “pela sua visibilidade e ambiência”. Assim, o perímetro proposto

[...] tem como epicentro o casario urbano Tombado, abrange a área vizinha caracterizada pela margem do rio, encostas que cercam o Conjunto Histórico e tem o papel de proteção paisagística do casario, as ruas de acesso ao Conjunto Histórico e suas edificações. (ESPÍRITO SANTO, 2008b, p. 94)

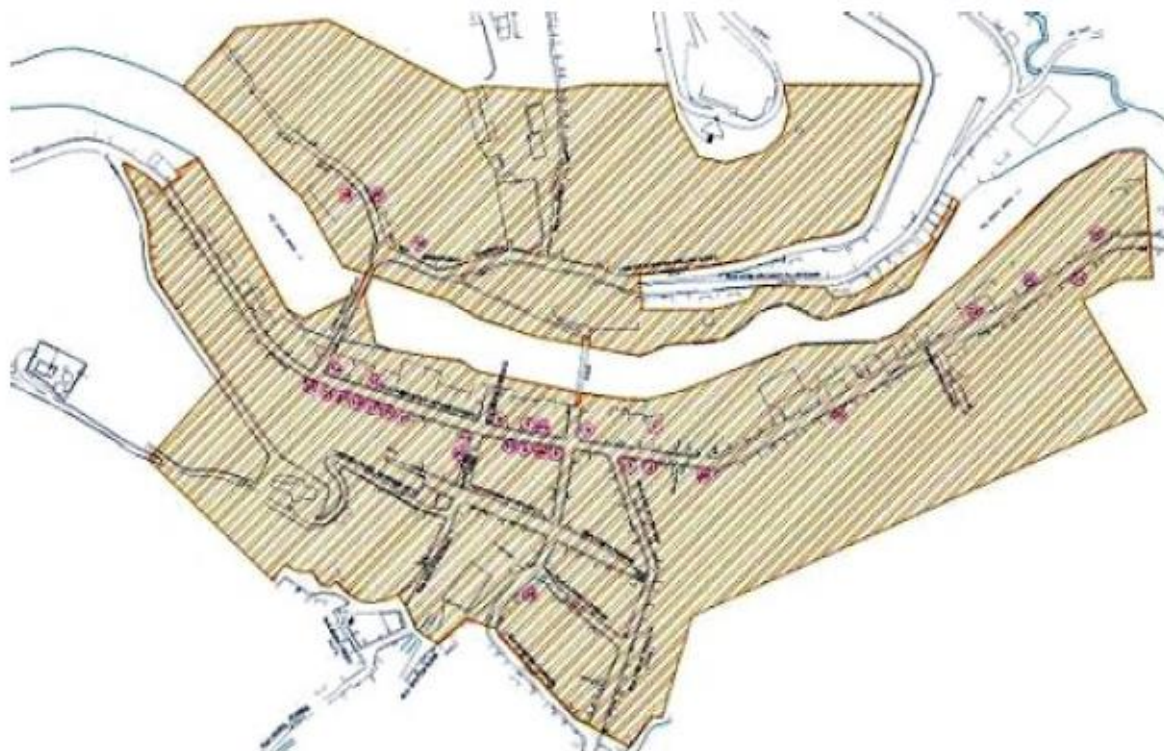
A APAC é subdividida em *Área de Tombamento* e *Área de Vizinhança do Tombamento*, cujo critério de definição é em função das edificações tombadas para

⁴⁷ A lei é mencionada na Ata da 3ª Reunião Ordinária do CEC, quando trata de intervenção realizada no imóvel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Leopoldina, situado ao lado de um imóvel tombado. Consta no documento que a Câmara foi favorável ao prosseguimento da obra em função “das modificações efetuadas no projeto original, passando a respeitar a Lei Municipal nº 516/82, artigo 10, que prevê construções com apenas dois pavimentos.”

a primeira, e construções recentes e áreas para a expansão urbana para a segunda (Figura 21).

A resolução apresenta, ainda, “Área de Preservação Ambiental”, que designa as áreas de preservação e/ou conservação dos recursos naturais, dos equipamentos ambientais e da paisagem.

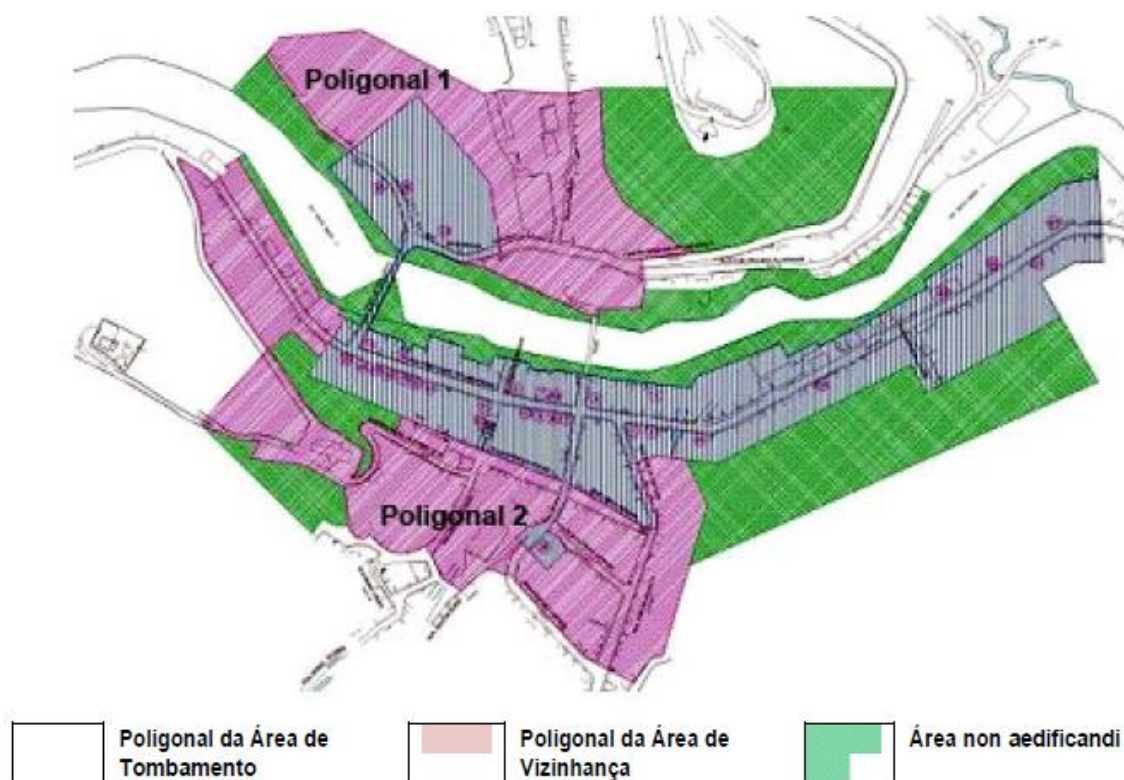
Figura 20 - Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina, 2010



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010)

Além da definição dos perímetros e de considerações acerca da Proteção, infrações e penalidades, a resolução regulamenta o uso do solo, taxa de ocupação, gabarito e altura da edificação, afastamentos. Além disso, informa que obras de infraestrutura e de paisagismo e urbanização, de demolição, em imóveis tombados, em edificações não tombadas na Área de Tombamento devem ter anuência prévia da Secult. Dispõe, ainda, sobre os critérios para construção em lotes vagos, dispondo sobre a fachada, o telhado e a volumetria das novas edificações, com o objetivo de “preservar a ambiência urbana.” (ESPÍRITO SANTO, 2010). Projetos de reformas e restauros em imóveis localizados dentro do perímetro da APAC também devem ser apresentados ao órgão estadual.

Figura 21 - Poligonais da Área de Tombamento, de Vizinhança e Área *non aedificandi* da APAC de Santa Leopoldina, 2010



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010)

2.2.3 Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana

O processo visando ao tombamento de São Pedro do Itabapoana inicia-se através de abaixo-assinado dos moradores da região após Reunião Plenária do CEC realizada no sítio em 14/06/86. O documento, composto de 172 assinaturas, solicita o “TOMBAMENTO do Núcleo Histórico de nosso Distrito, pertencente ao Município de Mimoso do Sul, a fim de que possa ser preservado como Monumento Histórico e Artístico do Espírito Santo” (Processo 07669046, fl. 01)⁴⁸.

Em parecer da Câmara de Artes e Patrimônio, de 23/9/86, o conselheiro Elmo Elton Santos Zamprogno indica para tombamento 41 imóveis residenciais, o prédio da antiga cadeia, a igreja e o calçamento central (Processo 07669046, fl. 103-104).

⁴⁸ Apesar de a reunião ter incitado a solicitação do tombamento, o objetivo da reunião não é especificamente a respeito do tombamento, mas de caráter mais amplo, sobre a “Preservação do Patrimônio Cultural de São Pedro de Itabapoana e Mimoso do Sul”, além da produção artística e cultural, como indica a pauta proposta para a reunião (Processo 07669046, fl. 06).

Figura 22 - Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana



Fonte: secult.es.gov.br

Consta dos despachos que tal parecer é julgado incompleto, tendo sido solicitado pelo conselheiro Fernando Betarello com a finalidade de complementá-lo sendo, em 07/10/86, apresentado novo parecer. Nele, o conselheiro indica a importância da análise do sítio a partir “do que se conhece como Patrimônio Ambiental Urbano, isto é, um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano” (Processo 07669046, fl. 107). Destaca a importância de se perceber as “relações espaciais” com “enfoque preservador” em detrimento do “elemento urbano isolado”. Cita brevemente o histórico da formação do “aglomerado urbano”, cuja função é dar suporte à atividade rural.

Construções se dispuseram em função das curvas de níveis, onde, organicamente se adaptaram às asperezas do perfil topográfico. Ali os caminhos eram tão somente para pedestres, subindo e descendo ladeiras íngremes. (Processo 07669046, fl. 108)

Além de menção ao traçado urbano, o parecer destaca a importância de entender “as relações espaciais ali mantidas”, ressaltando o fato de serem essas relações “prioritárias na definição daquilo a ser preservado, pois aí pode estar configurada uma identidade cultural.”

A preservação do conjunto urbano de São Pedro de Itabapoana é de suma importância, porque antes de tudo, nos revelam, nas relações espaciais, as intenções plásticas vigentes na virada do século; nos revelam soluções de

uma arquitetura às vezes uniforme e decorrente de uma mesma técnica construtiva, interessando ao campo da arquitetura, da engenharia, da antropologia, da sociologia. Os espaços abertos, a proximidade do ribeirão, a implantação sobre um platô, as montanhas próximas, o vale do rio, tudo isso isoladamente ou em conjunto, são também pontos referenciais relacionados com a inteligibilidade do espaço urbano, a leitura da cidade. (Processo 07669046, fl. 109)

Por fim, ressalta ser “fundamental para o planejamento do futuro o entendimento do nosso passado” (Processo 07669046, fl. 109). O parecer da Comissão de Legislação e Normas de 07/10/86 é favorável à aprovação do

[...] tombamento de São Pedro como núcleo histórico declarando as quarenta e quatro edificações como patrimônio espírito-santense inscrevendo-as no livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo das Belas Artes, assim como os logradouros da vila, especialmente a Ladeira Principal e a rua Jerônimo Monteiro. (Processo 07669046, fl. 143)

Na mesma data, após reunião plenária do CEC, o tombamento de São Pedro do Itabapoana como Núcleo Histórico é aprovado (Processo 07669046, fl. 142).

No estudo realizado para o tombamento consta a indicação de sugestão, por parte do conselheiro Fernando Betarello, de uma poligonal da área urbana, com representação em croqui (Processo 07669046, fl. 138-139) (Figura 23). No entanto, a proposta de delimitação para o sítio não é incorporada à Resolução Nº 02/87, cujo conteúdo é a lista dos imóveis integrantes do Conjunto Arquitetônico de São Pedro de Itabapoana, de fevereiro de 1987.

Betarello (2016) ressalta que São Pedro “era um conjunto muito uniforme”,

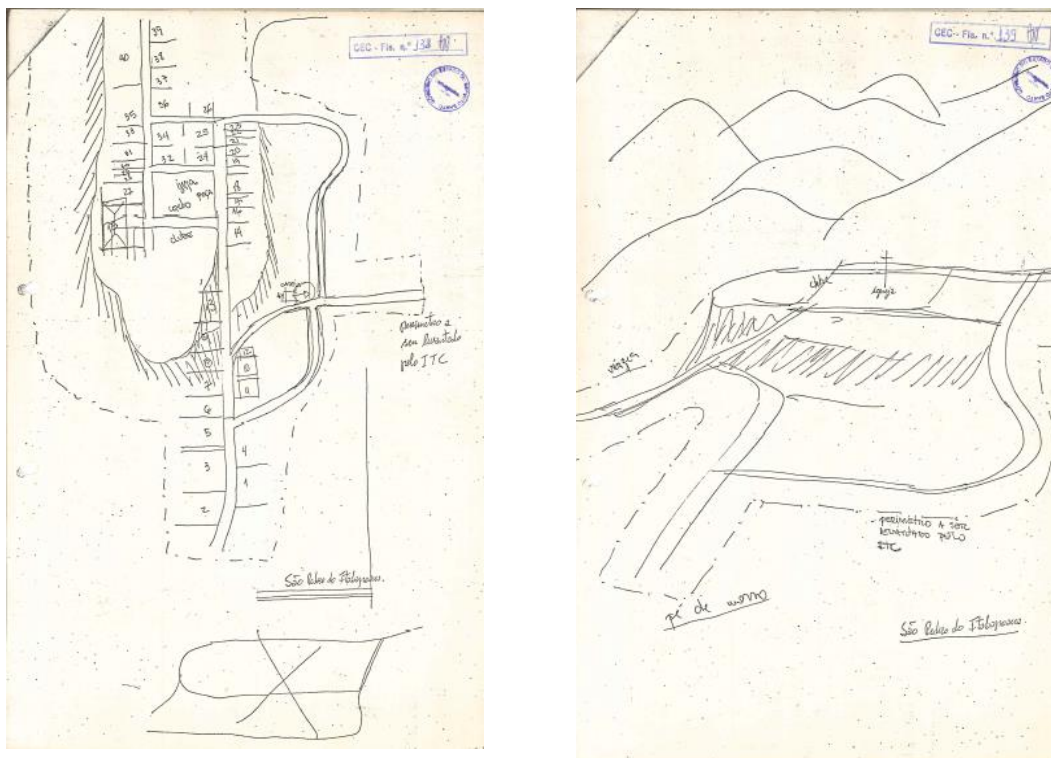
[...] aquela arquitetura bem colonial, e era um conjunto, aquilo era um conjunto [...] tava bem abandonado quando a gente foi fazer a primeira visita e conversar com alguns moradores [...]. E a gente achava aquilo tinha toda a característica de tomar, pela história, pelo conjunto. (BETARELLO, 2016)

Destaca, ainda, a ausência de legislação no período, referente ao final da década de 1980, em que se “fazia os tombamentos, tentava preservar, escrevia no Livro do Tombo, mas sem muita legislação.” (BETARELLO, 2016).

Em março de 1987, no contexto do tombamento, o CEC solicita ao IJSN que seja elaborada uma legislação urbanística para a área, “tendo em vista o recente tombamento do Núcleo Histórico de São Pedro do Itabapoana [...] e a necessidade de uma proteção legal que disciplina harmoniosamente o desenvolvimento urbano da vila tombada” (Processo 07669046, fl. 211). Tal solicitação diz respeito a uma das medidas sugeridas no parecer da Comissão de Legislação e Normas, a serem

tomadas após o tombamento (Processo 07669046, fl. 142). Segundo Betarello (2016), a lei não é elaborada.

Figura 23 - Proposta de delimitação para o sítio de São Pedro do Itabapoana, 1987



Fonte: Processo nº 07669046

A única documentação relativa à estrutura urbana do sítio se refere ao croqui com a sugestão da delimitação, onde consta, inclusive, a anotação “perímetro a ser levantado pelo ITC”. Em setembro de 1987, o CEC envia os respectivos croquis ao Instituto de Terras e Cartografias - ITC solicitando a confecção de um “redesenho planialtimétrico amarrado nas coordenadas de praxe de toda a citada vila e seu perímetro como indicado nos tais croquis” (Processo 07669046, fl. 125), além da indicação dos terrenos e construções, conforme a relação dos bens imóveis a serem tombados. Consta no processo, ainda, a solicitação de fotos e plantas ao Instituto Jones dos Santos Neves, para a instrução do processo de tombamento. Em resposta, o IJSN informa que não possui tais plantas (Processo 07669046, fl. 106). Em julho de 1986, o CEC também solicita ao ITC “orçamento para o redesenho planialtimétrico da área urbana com localização dos imóveis e traçado das ruas” (Processo 07669046, fl. 124)⁴⁹.

⁴⁹ Consta no processo de tombamento de São Mateus uma planta intitulada *Planta Geral do Núcleo de São Pedro do Itabapoana*, que integra parte dos estudos elaborados pelo DPHC para os dois

Figura 24 - Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana



Fonte: secult.es.gov.br

A APAC de São Pedro do Itabapoana

Em 2008, no contexto da revisão dos processos de tombamento, é proposta a regulamentação da Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Pedro do Itabapoana, por meio da Resolução CEC nº 002/2010 (Figura 25). Segundo o estudo, “o olhar do Patrimônio Cultural não está focado apenas no conjunto Tombado do Distrito de São Pedro do Itabapoana, mas também na preservação do conjunto urbano que o envolve” (ESPÍRITO SANTO, 2008c, fl. 88); e o objetivo da APAC é a proteção dos imóveis tombados, estendendo-se também às encostas que cercam o sítio histórico, as ruas de acesso e suas edificações. O perímetro proposto, portanto, tem como epicentro o casario tombado. A APAC apresenta subdivisão em *Área de Tombamento*, que corresponde às edificações tombadas e três vazios urbanos bastante arborizados e a delimitação “visa garantir a integridade e a ambiência do sítio histórico de forma que construções na vizinhança não lhe retirem a visibilidade” (ESPÍRITO SANTO, 2008c, fl. 90); e *Área de Vizinhança do Tombamento*, correspondente basicamente à área urbana constituída por construções recentes e as áreas para expansão urbana (ESPÍRITO SANTO, 2008c,

sítios. A planta, entretanto, tem como objetivo a indicação da localização da Casa Paroquial, para a qual é proposto projeto de restauração para implantação de uma pousada (Processo 43669590, fl. 72)

p. 91) (Figura 26). Apresenta, ainda, proposta de delimitação para *áreas non aedificandi*, equivalente aos vazios urbanos.

[...] constituídos pela encosta localizada ao sul da área urbana, pelo vazio entre a Avenida Ana Marques e a Avenida principal e pelo vazio na ladeira da Rua Coronel Clarindo Lino devem ser preservados da ocupação urbana, para que no futuro, não sejam descaracterizados e venham a impedir a visão e preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de São Pedro do Itabapoana. (ESPÍRITO SANTO, 2008c, p. 92)

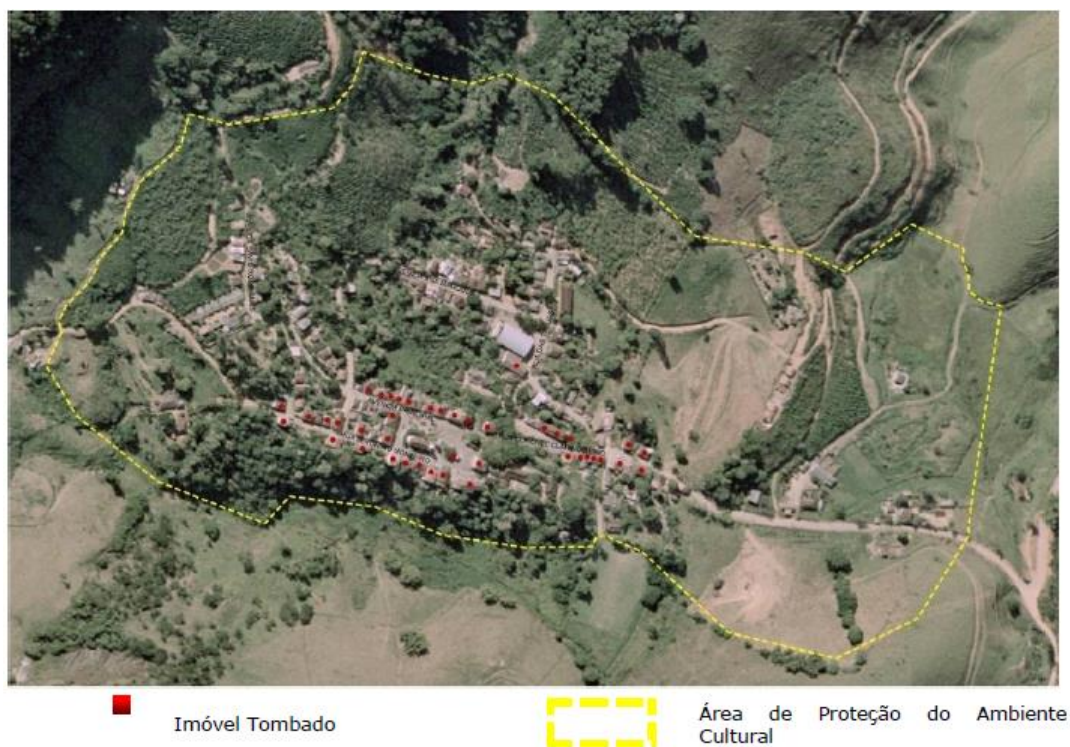
Na definição da resolução, a APAC constitui-se pela soma da “Área de Tombamento” e da “Área de Vizinhança do Tombamento”, definidas pelo Art. 1 como:

I - “Área de Tombamento” constitui uma fração da área urbana do núcleo histórico de São Pedro do Itabapoana onde estão localizados os imóveis tombados pelo CEC (Resoluções nº 02/1987 e nº 01/2007) e onde as demais edificações estão protegidas contra descaracterizações nas suas características volumétricas e formais, nestas últimas incluindo-se os vãos de janelas e portas, ornatos, apliques, coberturas e seus materiais constitutivos. Nesta área considera-se também a necessidade de se preservar o traçado urbano existente, o arruamento e suas características de pavimentação, as áreas verdes, incluindo nestas últimas, parques e praças públicas, as encostas e os remanescentes de mata nativa, a vegetação arbustiva e arbórea das ruas e de áreas privadas, incluindo-se nesta preservação a relação que as edificações estabeleceram com o entorno ambiental, paisagístico e cultural da cidade.

II - “Área de Vizinhança do Tombamento” constitui a área vizinha e contígua à Área de Tombamento, onde as construções são mais recentes e, portanto sujeitas a demolições e alterações e onde existem vazios destinados à expansão urbana, assim como áreas verdes protegidas, fundamentais à manutenção das relações enunciadas no parágrafo anterior. (ESPÍRITO SANTO, 2010)

Além da definição dos perímetros e de considerações acerca da Proteção, infrações e penalidades, a resolução regulamenta sobre uso e ocupação do solo, determinando quais atividades são permitidas, conforme localização (Área de Tombamento ou Área de Vizinhança do Tombamento), taxa de ocupação, gabarito e altura da edificação, afastamentos.

Figura 25 - Demarcação da APAC de São Pedro do Itabapoana, 2010



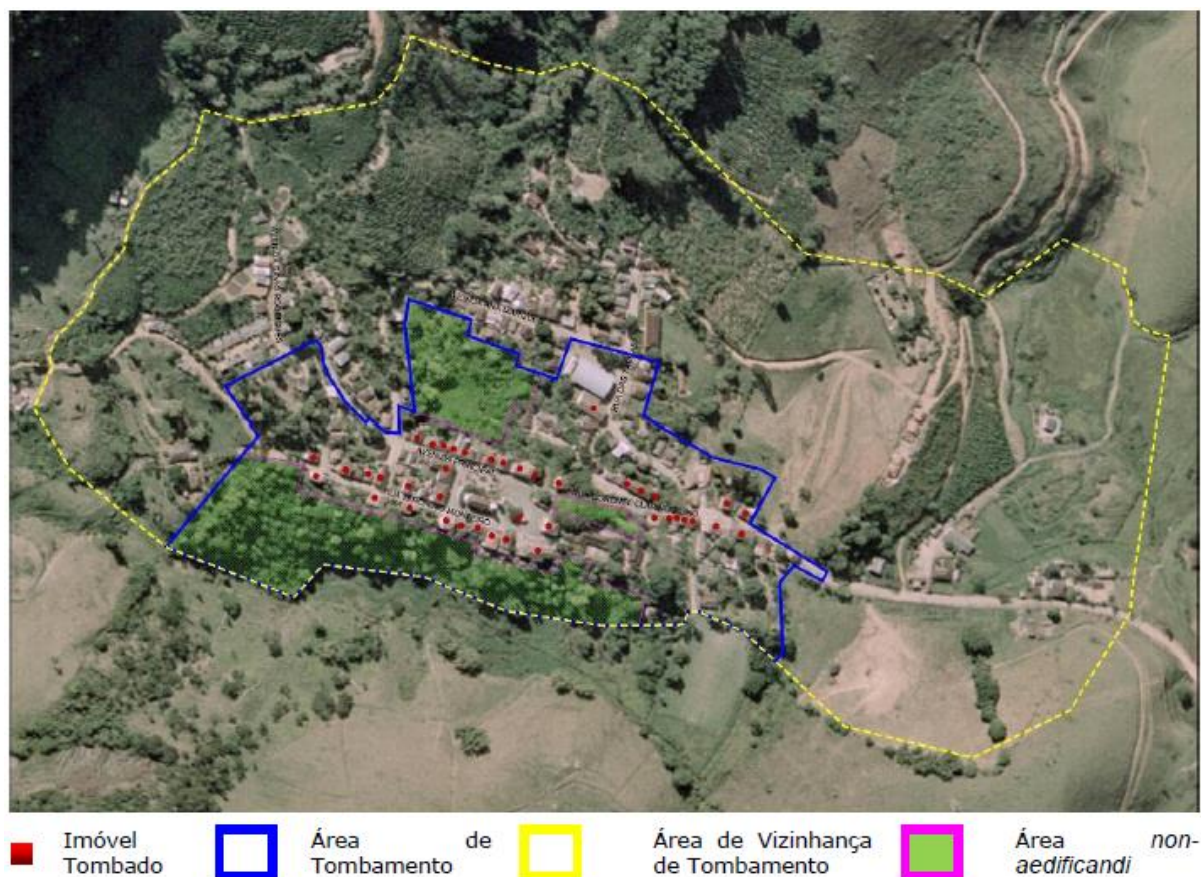
Fonte: Espírito Santo (2010)

Figura 26 - Demarcação das Áreas de Tombamento e de Vizinhança de Tombamento, 2010



Fonte: Espírito Santo (2010)

Figura 27 - Demarcação de Áreas *non-aedificandi* no sítio de São Pedro do Itabapoana



Fonte: Espírito Santo (2010)

2.2.4 Sítio Histórico de Muqui

O processo visando ao tombamento estadual do sítio histórico de Muqui inicia-se no ano de 1987. Os documentos que compõem os três volumes do processo contêm, além de cópia do processo original nº 02/87, relatórios produzidos pelo município, trechos de livros, monografias e reportagens cuja abordagem é o município de Muqui. O Processo nº 43086730⁵⁰ inicia com ofício da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Muqui encaminhando tal documentação ao Conselho Estadual de Cultura, em setembro de 2008, cujo objetivo é a instrução do processo de tombamento. Um dos primeiros documentos que integram o processo é o abaixo-assinado de 55 assinaturas dos munícipes solicitando “as providências cabíveis” para que possam ser resguardadas suas “memórias culturais” (Processo 43806730, fls. 05-06).

⁵⁰ A partir de 2008, os processos iniciam nova numeração em virtude de adequação ao Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP).

O primeiro documento técnico, com a finalidade de instruir o processo, data de janeiro de 1990, elaborado pelo conselheiro Clério José Borges de Sant'Anna, onde informa que “a cidade possui inúmeras casas de importância histórica e cultural”, e identifica 61 imóveis (Processo 43086730, fls. 13-15). Informa, ainda, que Prefeitura e comunidade “desejam a preservação dos imóveis culturais da cidade”. No parecer⁵¹ em que se manifesta favorável ao tombamento, após breve histórico sobre a criação do município, o conselheiro ressalta a necessidade do tombamento como forma de “se resguardar as memórias Culturais da cidade e do Estado” (Processo 43086730, fl. 29). O Conselho, porém, informa ao Município a necessidade de que o processo seja instruído devidamente, com a descrição dos 61 imóveis cadastrados. É recorrente, no processo de tombamento, a solicitação do Conselho Estadual de Cultura ao município, para que forneça estudos que possam embasar o tombamento.

Figura 28 - Sítio Histórico de Muqui



Fonte: www.mpes.mp.br

⁵¹ Sem identificação de numeração e da Câmara a que pertence. Datado de 18/01/1990.

Assim, o processo apresenta intervalos de tempo sem qualquer tipo de manifestação que, quando se apresentam, em 1993, 1999 e 2000, caracterizam-se por destacar a falta de fundamentação dos estudos realizados, a solicitação de providências para a realização de estudos e, ainda, relatórios que sugerem um “plano de tombamento”, com a listagem das atribuições de cada órgão envolvido para que se alcance tal objetivo. De forma geral, as análises se limitam ao quantitativo de imóveis e seu respectivo estado de preservação, com abordagem do acervo arquitetônico de forma isolada.

O tombamento municipal

Nesse contexto, de forma paralela ao processo de tombamento estadual, o Município toma algumas iniciativas para a proteção e promoção do patrimônio em nível municipal. Consta do processo os Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal de Muqui, em setembro de 1999, visando à criação do Conselho Municipal de Turismo - CONTUR, do Conselho Municipal de Cultura – CMC⁵², do Fundo Municipal do Desenvolvimento do Turismo – FUNDETUR, além da lei e normatização do tombamento do Patrimônio Cultural⁵³. A existência de tais documentos dentro do processo de tombamento pode indicar uma tentativa do município em agilizar a efetivação do tombamento estadual.

Elaborado pelo município, em dezembro de 1999, sob a coordenação técnica do arquiteto Genildo Coelho Hautequestt Filho, o *Inventário do Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Muqui* constitui-se em primeiro estudo inserido no processo capaz de instruir o processo de tombamento. Constitui-se de (1) Apresentação, (2) Histórico, (3) Descrição e análise do sítio histórico, (4) Delimitação do perímetro tombado, (5) Delimitação do entorno do tombamento, (6) Por que preservar Muqui, (7) Bibliografia. O estudo apresenta a divisão dos imóveis em 06 (seis) tipologias com análise da implantação/localização, planta, sistema construtivo, fachada, esquadria, cobertura, piso e forro.

O estudo é o primeiro documento que apresenta proposta de delimitação para o sítio, cujo objetivo é a preservação da “imagem urbana da cidade de Muqui”, que

⁵² Lei Municipal nº 067/99, de 06 de outubro de 1999: Cria o Conselho Municipal de Cultura.

⁵³ Lei Municipal N 070/99 de 06 de outubro de 1999: Dispõe sobre o tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui. Decreto N 040/99 de 03 de novembro de 2000: Regulamenta a Lei N 070/99.

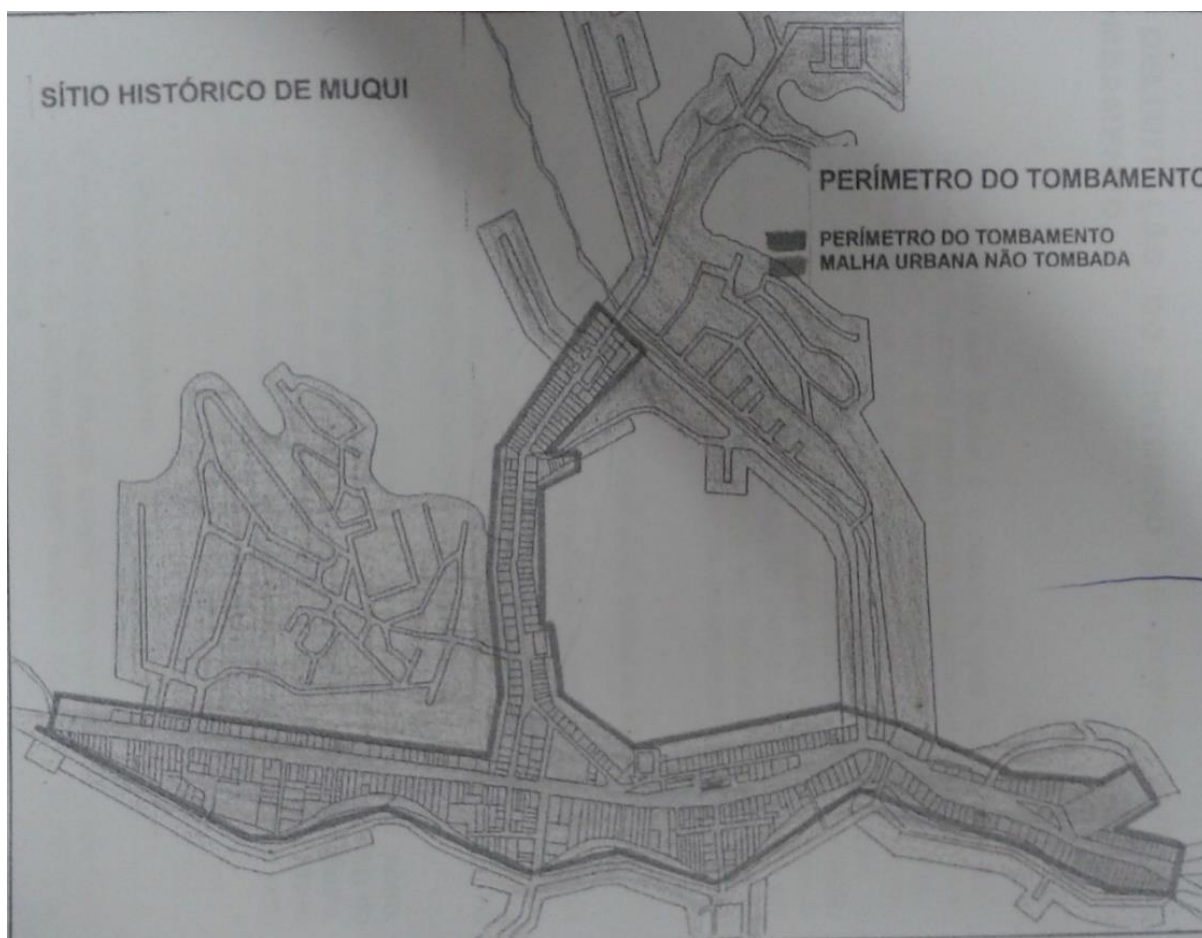
compreende “alguns locais da cidade que já sofreram grandes descaracterizações” (Figura 29). Assim,

[...] o perímetro do tombamento abrange os três principais eixos estruturadores da malha urbana: o eixo do Rio Muqui, o eixo da Ferrovia e o eixo da Boa Esperança.

No que concerne à delimitação do entorno, o estudo justifica que

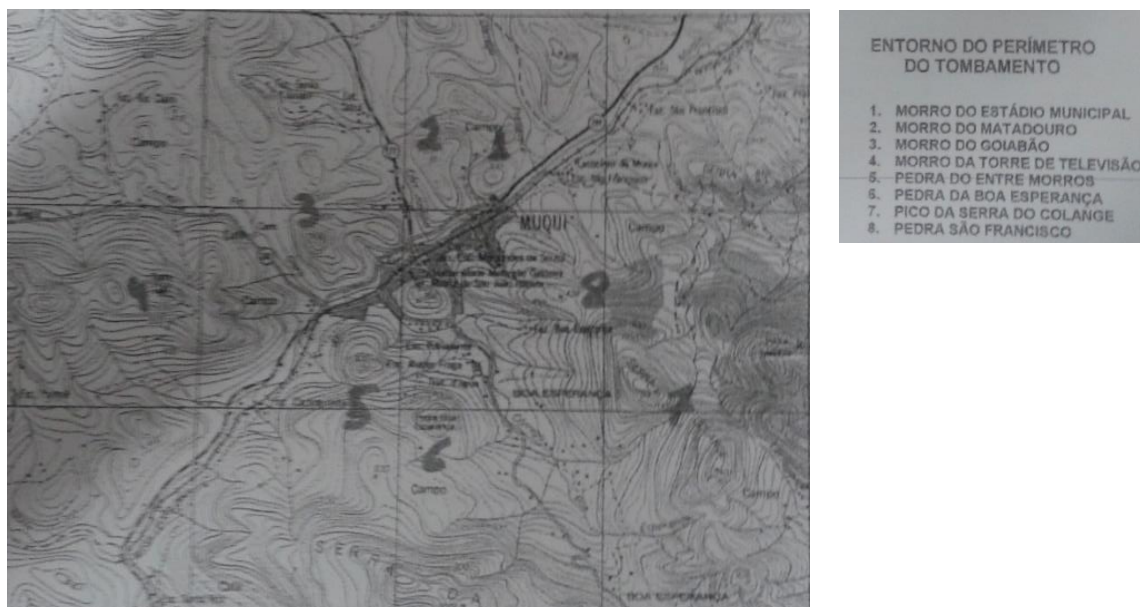
Considerando que Muqui é o maior e mais significativo sítio histórico do Estado do Espírito Santo, considerando o crescimento desordenado que a cidade vem tendo nos últimos anos, considerando as ocupações irregulares de áreas de encostas muito íngremes, que apresentam grande [de] risco para a população, considerando também a necessidade da preservação da paisagem no meio da qual a cidade está inserida, definimos que o entorno a ser preservado, no interior do qual deverá ser aplicada legislação específica, a ser elaborada posteriormente pelo Conselho Municipal de Cultura, os seguintes limites: (1) Morro do Estádio Municipal João Vieira da Fraga; (2) Morro do Matadouro; (3) Morro do Goiabão, (4) Morro da Torre de Televisão; (5) Pedra do Entre Morros, (6) Pedra da Boa Esperança; (7) Pico da Serra do Colange, (8) Pedra São Francisco.

Figura 29 - Perímetro do Tombamento proposto no tombamento municipal, 1999



Fonte: Processo nº 43806730

Figura 30 – Entorno do Perímetro de Tombamento proposto pelo Município, 1999



Fonte Processo nº 43806730

Em agosto de 2000, o Conselho Municipal de Cultura, por meio da Resolução CMC/03/2000, tomba o “Centro Histórico da Cidade de Muqui”. São definidas 3 categorias de imóveis, divididos em 5 níveis distintos de tombamento. Na cidade, são tombadas 561 edificações e, na zona rural do município, aproximadamente 50 edificações.⁵⁴

Em janeiro de 2009, o processo de tombamento estadual volta a ser analisado, por meio de relatório técnico da Gerência de Memória e Patrimônio⁵⁵, cujo objetivo é verificar a qualidade das informações prestadas pelo Município (Processo 43806730, fl. 773-775). Após descrição da documentação existente no processo, recomenda que o Conselho se posicione quanto ao Tombamento Estadual, manifestando-se sobre a necessidade de complementação das informações, caso seja favorável. Não consta no processo posicionamento do Conselho, entretanto em setembro de 2009

⁵⁴ Apesar da iniciativa estadual, em 13 de novembro de 2001, o arquiteto Genildo C. Hautequestt Filho envia ofício ao CEC, no qual informa a existência de “um grande número de obras irregulares” no eixo principal da cidade e solicita que sejam tomadas providências cabíveis, ainda que o núcleo ainda não seja efetivamente tombado, encontrando-se “sob a proteção do tombamento provisório”. Informa, ainda, que “desde a concretização da 1ª etapa do tombamento, em 2000, nada mais é realizado pela administração pública municipal, embora existam leis municipais que subsidiem a regulamentação e a fiscalização das obras na cidade”.

⁵⁵ Relatório Técnico GMP n 003/2009.

solicita cópia do inventário realizado pelo IPHAN. Trata-se do Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico do Sítio Histórico de Muqui, realizado em 2008⁵⁶.

O perímetro proposto pelo estudo para o “Sítio Histórico Urbano” abrange 16 (dezesseis) quarteirões, totalizando 346 (trezentos e quarenta e seis) imóveis e 5 (cinco) lotes vazios. A Área de Entorno, denominada Diretrizes Especiais, é formada por 9 (nove) quarteirões e totaliza 200 (duzentos) imóveis. Para o perímetro do sítio histórico são propostas a subdivisão em 3 setores, caracterizados segundo a quantidade de imóveis indicados para tombamento. Além dessas áreas, são propostas ainda a Zona de Impacto Visual e Zona de Amortecimento (Figura 31). O estudo indica, ainda, que a delimitação considera o *caráter complexo* do sítio, conforme define o programa Monumenta, segundo o qual “está presente a noção de sítios urbanos históricos com atributos como complementaridade, ou seja, grande variedade de funções, o que garante sua diversidade de usos.” (Processo 43806730, fl. 923).

Figura 31 - Proposta de delimitação do Sítio Histórico de Muqui, 2008



Fonte: Processo nº 43806730

⁵⁶ Memorando nº115/2009/DIVTEC/IPHAN-ES.

No Parecer PABMA 007/2009, da Câmara de Patrimônio, datado de 04/11/09, os conselheiros são favoráveis ao “tombamento do Sítio Histórico de Muqui, dentro do perímetro estabelecido e suas áreas de entorno” (Processo 43806730, fl. 990). O parecer ressalta, ainda, a necessidade da elaboração do Código Municipal de Edificações e Plano Diretor Urbano Municipal. Em novo parecer da Câmara de Patrimônio (PABMA 007/2010, de 05/04/10), em complemento ao anterior, informa que “foram identificados 171 imóveis merecedores de TOMBAMENTO estadual imediato”, após estudo realizado pela SECULT, ressaltando a urgência do ato. Entretanto, apesar de constarem no processo os Termos de Notificação enviados aos proprietários dos imóveis, o tombamento não é efetivado⁵⁷.

Figura 32 - Sítio Histórico de Muqui



Fonte: <http://www.elimarcortes.com.br/2016/07/ministerio-publico-cumpre-sua-missao-na.html>

A mudança de metodologia

O documento que define o tombamento de Muqui trata da JUSTIFICATIVA DE MUDANÇA DE METODOLOGIA DO TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE MUQUI, elaborado pela arquiteta Tatiana Caniçali Casado, da Gerência de Patrimônio (Secult). O documento inicia-se com a *Contextualização na Política Preservacionista Nacional*, destacando que o *tombamento de conjuntos* passa a ser

⁵⁷ Processo 43806730, fl. 1014-1454.

uma prática somente a partir de 1970, prevalecendo o tombamento do bem arquitetônico isolado.

Nesse sentido, pode-se dizer que foi lançado um novo olhar sobre o conceito de patrimônio, do monumento estritamente relacionado aos valores arquitetônicos e estéticos para o monumento entendido não só como o edifício, mas como conjunto formado pelas edificações de diferentes tempos e a relação deste com a paisagem que o envolve. Este novo olhar sobre o patrimônio modificou os critérios e a metodologia utilizada de análise de cidades históricas indicadas para o tombamento na medida em que a inscrição nos Livros do Tombo deixa de ser dos imóveis isolados e passa a compreender um determinado “Conjunto”, delimitado por um Perímetro de Tombamento, dentro do qual gozam da mesma proteção, todos os elementos morfológicos, cones visuais e a paisagem que o integra. O conceito de patrimônio associado ao valor monumental dá lugar ao conceito de patrimônio associado ao valor histórico-cultural. Nessa perspectiva, ao longo da trajetória do Iphan o tombamento de bens imóveis isolados passou a ser substituído pelo tombamento de conjuntos e, já no final do século XX e começo do século XXI, há uma forte tendência internacional apontando para mais uma mudança, ou, no mínimo, mais uma categoria, a da paisagem cultural. (Processo 43806730, fl. 1498)

Especificamente sobre o processo de tombamento de Muqui, afirma que “os estudos que nortearam os processos de tombamento direcionaram suas análises para o tombamento individual de imóveis”, em ambos os níveis (municipal e estadual). Informa que os estudos desenvolvidos pela empresa Seguir Consultoria, que propõem a delimitação de dois perímetros a serem preservados, conforme exposto anteriormente, são apresentados como “objeto-exemplo” na *1ª Oficina de Normatização de Áreas Tombadas*, realizado em Brasília. Após análise, considera que, para que o tombamento seja efetuado na perspectiva de “conjunto urbano e paisagístico”, alguns critérios e diretrizes precisam passar por uma reformulação, a fim de que o tombamento tenha como valores atribuídos as “características do conjunto urbano e da paisagem” (Processo 43806730, fl. 1500). Para tanto, a nova metodologia baseia-se no *Manual de Normatização de Cidades Históricas - Iphan*⁵⁸, cuja proposta é a elaboração de normas de preservação a partir da definição e subdivisão do sítio em setores, definidos em função de vários condicionantes (históricos, geográficos, urbanos, arquitetônicos, culturais, de desenvolvimento, entre outros). Apresenta a nova proposta de delimitação do sítio e, por fim, justifica a mudança de metodologia devido à “atualização do conceito de patrimônio” (Processo 43806730, fl. 1501). O documento não apresenta maiores detalhes

⁵⁸ Material elaborado pelo Iphan para a 1ª Oficina de Normatização de Áreas Tombadas realizada em novembro de 2010 em Brasília. (Processo 43806730, fl. 1501)

acerca dos critérios adotados para o estabelecimento dos setores, nem há no processo outro estudo capaz de orientar nesse sentido.

Em entrevista, a arquiteta Tatiana Caniçali Casado menciona a necessidade de revisão do inventário, a respeito do tratamento dado à área, e sobre a ausência de visualização de um conjunto e de ser mantida “uma certa ambiência”.

Como é um centro muito dinâmico, há uma movimentação muito grande no centro comercial, aquela área comercial, que é o centro ali, necessariamente se concentra uma parte dos imóveis havia muitos questionamentos em relação ao tratamento igual entre os edifícios. E essa dinâmica da própria cidade, ela era recorrente assim, a necessidade de aprovação de projetos, que eram novas edificações, ou que eram reformas em imóveis que não tinham interesse, mas que estavam na poligonal mais protegida e como lidar com esses imóveis. (CASADO, 2016)

Sobre a necessidade de entendimento da ambiência, a arquiteta menciona ter sido realizado um trabalho específico no sítio, onde atua o arquiteto João Melo, servidor da Secult, na formulação de estudos a fim de orientar a aprovação dos projetos na área. São feitas simulações gráficas a partir dos projetos apresentados, a fim de se obter uma “ideia materializada sobre o que seria possível, mas sempre uma visão do conjunto” (CASADO, 2016). Para a arquiteta, esse tipo de iniciativa, com a tentativa de incorporar um escritório local, caracteriza-se como um período de experiência e tentativas, e que as simulações ajudam no “poder de convencimento” para as intervenções, já que a lei, muitas vezes “causava uma repulsa”. De forma resumida, a ideia de revisão do inventário se pauta na ideia de conceber a área como conjunto.

Não só o conjunto edificado, mas o conjunto paisagem natural e paisagem construída [...]. Essa relação entre área construída e área natural, se ela era contraditória ou se não, até que ponto a altura de gabarito interferiu e, obviamente, tendo como principal os edifícios históricos mais significativos. (CASADO, 2016)

Sobre a proposta de setorização (Figura 33), Casado observa que é uma tentativa de sair do imóvel individualizado, e as simulações servem como um respaldo técnico “porque às vezes o que a gente imaginava que seria bom pra um imóvel, pro conjunto não era uma opção tão bem aceita” (CASADO, 2016).

A arquiteta menciona, também, a aproximação com o Iphan, em especial porque o Instituto, à época, considera a ideia de tombamento federal do sítio, mas também pela necessidade de compreender a “nova gestão nesse entendimento mais ampliado” (CASADO, 2016).

Não necessariamente em função da terminologia porque conjuntos já eram tombados há bastante tempo, mas a parte da gestão mesmo, dos

instrumentos. Como conciliar às vezes com uma cobrança que tava sendo cada vez mais forte e conciliar com os planos diretores. E às vezes quando não existia o plano diretor o tombamento era um motivo a mais, mesmo se a população fosse abaixo do exigido pelo Estatuto das Cidades, de que se elaborasse. Reunir forças. Então foi uma época de novidades mesmo. (CASADO, 2016)

Figura 33 - Proposta de Setorização, após aplicação do Manual de Normatização de Cidades Históricas



Fonte: Processo nº 43806730

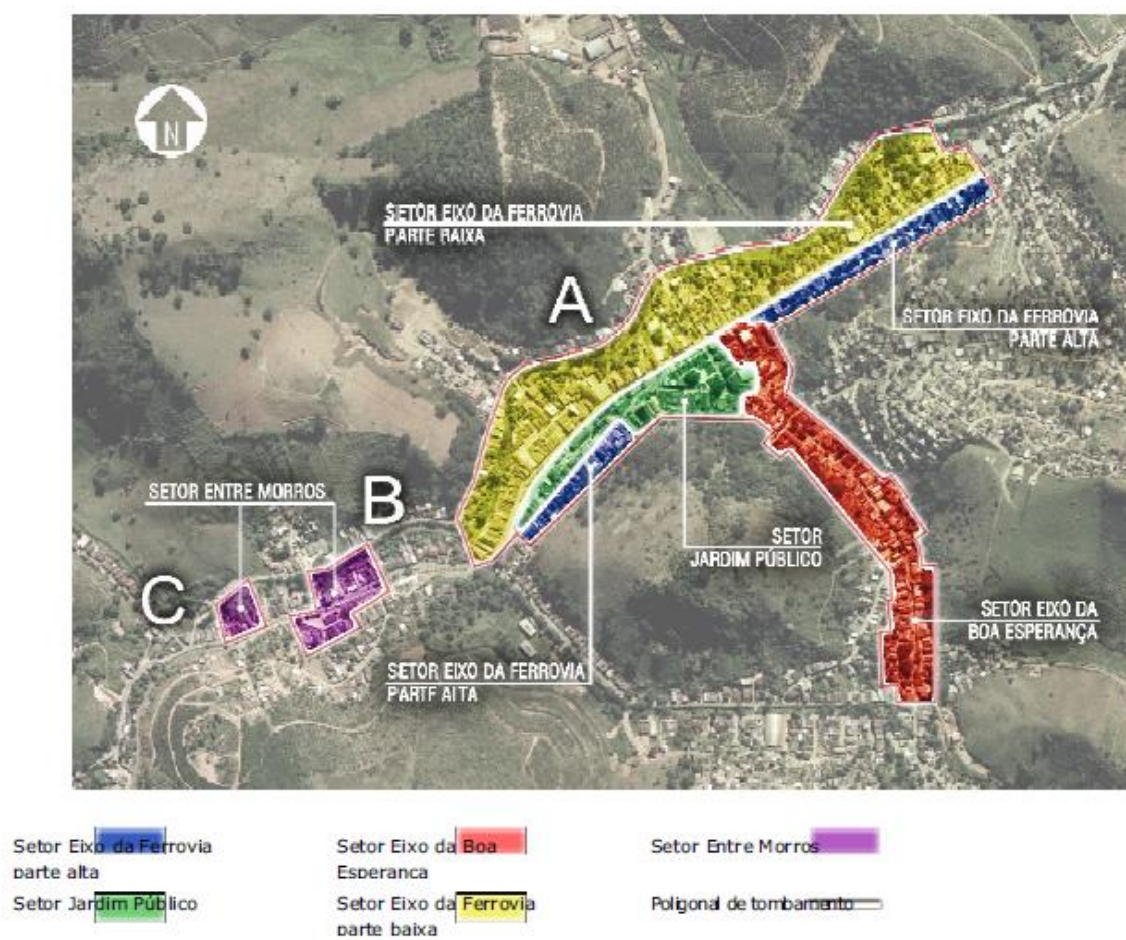
O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Muqui é instituído por meio da Resolução CEC nº 002/2012, de 15/02/12, adotando a divisão do sítio em setores (Figura 35).

Figura 34 - Área de Proteção do Ambiente Cultural de Muqui



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2012)

Figura 35 - Setorização da APAC de Muqui



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2012)

2.2.5 Sítio Histórico de Itapina

O processo de tombamento do Sítio Histórico de Itapina tem início em outubro de 2010⁵⁹. Após breve histórico, o ofício que abre o processo informa que o “desafio que se mostra na preservação do patrimônio cultural ambiental urbano de Itapina é a requalificação de seus espaços, assim como de sua economia e vida social”. Os estudos, cujo objetivo é a análise do estado de conservação e a definição de parâmetros para a proteção legal do sítio, têm como resultado a proposta da Área de Proteção do Ambiente Cultural. O ofício encaminha o processo solicitando o tombamento, “para dar continuidade às ações de proteção e preservação do Sítio Histórico de Itapina”, considerando a importância histórica para a memória do Estado do Espírito Santo (Processo 50890247, fl. 01). O inventário é elaborado pela empresa Seguir Consultoria e Projetos LTDA, em parceria com o Instituto SINCADES – Instituto de Ação Social e Cultural, do Programa de Preservação de Sítios Históricos do Espírito Santo, do Governo do Estado.

No que concerne aos estudos da morfologia urbana, é citada a metodologia de Lamas (2004), com a análise dos elementos morfológicos, solo (topografia, pavimentação do solo, passeios e calçadas), edifícios (tipologia), lote (implantação do edifício), fachadas, traçado, praça, vegetação e mobiliário urbano. Após a análise, o estudo conclui que o local “ainda guarda remanescentes da sua paisagem urbana original” (traçados, lotes, quadras, implantação dos edifícios), ainda que tenha passado por muitas modificações (Processo 50890247, fl. 19), e que as principais alterações se deram nos imóveis.

Em item intitulado *A PAISAGEM CULTURAL DE ITAPINA*, o estudo aborda o conceito de paisagem cultural de Ribeiro (2007), e aponta que

[...] a característica fundamental da paisagem cultural é a ocorrência em uma porção territorial, do convívio singular entre natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente. Assim, a paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e ou humanos.” (Processo 50890247, fl. 20)

⁵⁹ Processo nº 50890247.

Figura 36 - Sítio Histórico de Itapina



Fonte: <http://www.terracapixaba.com/2013/02/sitio-historico-de-itapina-parte-1-de-2.html>

Assim, define que a paisagem cultural de Itapina “é marcada pela forte presença da paisagem natural, representada pela montanha e pelo rio, junto com o casario histórico.” (Processo 50890247, fl. 20). Sobre a presença da paisagem natural, destaca que a partir do interior do “sítio histórico” pode ser vista por diferentes ângulos, devendo ser considerado para a preservação da cidade, no que diz respeito aos cones visuais (Processo 50890247, fl. 21).

Com base nos aspectos morfológicos, são delimitadas as áreas de proteção, cujo objetivo é “não só [...] a salvaguarda do casario, mas também, do acervo urbanístico, paisagístico e ambiental”, considerando os aspectos: (1) Históricos e geográficos, (2) Da morfologia urbana do Sítio Histórico, (3) Da arquitetura de valor histórico e estético, (4) Paisagísticos e ambientais, (5) Aspectos legais de usos e ocupação do solo de Colatina, (6) Critérios da política cultural nacional, (7) Aspectos teóricos da Preservação de Conjuntos Históricos (Processo 50890247, fl. 27). O estudo apresenta Mapas de uso do solo e gabaritos, e propõe a Área de Tombamento do Sítio Histórico de Itapina (Figura 37), definida como uma “fração da área urbana do núcleo histórico onde estão localizados os imóveis *Tombados e identificados como de interesse de preservação* pelo CEC”.

Figura 37 - Área de Tombamento proposta pelo estudo, subdividida em Área de Proteção Rigorosa e Área de Diretrizes Especiais, 2010



Fonte: Processo nº 50890247

Assim, define Área de Proteção Rigorosa (APR), Áreas de Diretrizes Especiais (ADE's), além de Áreas de Preservação Ambiental e Paisagística, cuja soma define a Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina – APAC (Figura 38).

Figura 38 - Proposta da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Itapina, 2010



Fonte: Processo nº 50890247

O estudo não apresenta os critérios de regulamentação para as áreas propostas. No que concerne à definição das poligonais, faz a distinção por meio da porcentagem de imóveis tombados e identificados como de interesse de preservação, em cada quarteirão (maior/menor que 50%). Devedora, portanto, da ideia de preservação do conjunto arquitetônico.

Em parecer⁶⁰ da Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos, de 04/11/10, destaca que a trajetória de Itapina “está registrada na paisagem do núcleo urbano, onde o esquema de traçado das vias e o conjunto edificado registram na arquitetura e no urbanismo o tempo de auge de sua história” e ainda, “a importância do sítio consiste na manutenção de conjunto arquitetônico coeso, composto por arquitetura modesta que reflete a realidade de vários núcleos capixabas daquele período” (Processo 50890247, fl. 313). O documento recomenda o tombamento do núcleo urbano, “observado o casario e o traçado urbanístico que o abriga, contribuindo para a valorização e manutenção da autenticidade do lugar” (Processo 50890247, fl. 313). Entretanto, faz algumas considerações.

Sobre os limites da área de proteção, ressalva que devem “incluir a Igrejinha de Santo Antonio”, além de ter seu “valor reconhecido pelo tombamento individual e não somente apenas a área envoltória”. Além disso, a “mancha de proteção” deve se estender “até as construções localizadas na bifurcação da estrada para acesso a Itaguaçu, resguardando a configuração do sítio como um todo” (Processo 50890247, fl. 313). Sugere, ainda, “o tombamento explicitado da ponte inacabada”⁶¹, por tratar-se de “elemento de inegável valor que registra o desinteresse das autoridades em relação ao lugar, marca simbólica e paradoxal de auge e decadência do núcleo de Itapina” (Processo 50890247, fl. 313).

Após a apresentação do parecer, em novembro de 2010, o processo de tombamento volta a ser discutido somente em abril de 2012, por meio de justificativa acerca da *MUDANÇA DE METODOLOGIA DO TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE ITAPINA*. Apresenta as mesmas considerações acerca da *Política Preservacionista Nacional* apontadas na justificativa do sítio de Muqui, bem como a incorporação da metodologia baseada no *Manual de Normatização de Cidades Históricas* do órgão

⁶⁰ Parecer Técnico nº 001/2010, assinado por Viviane Lima Pimentel, André Luiz de Souza e André Malverdes.

⁶¹ A construção da ponte sobre o Rio Doce, que ligaria o Distrito a BR-259, foi paralisada por volta de 1956, fato que contribuiu para a paralisação do desenvolvimento local.

federal. Por fim, apresenta a nova proposta de delimitação do sítio, baseada na metodologia e nos apontamentos do Parecer nº 001/2010, passando a contemplar

[...] a cumeada dos morros circundantes ao Sítio e a totalidade da pedra que deu nome à Itapina, localizada na porção oeste em relação à sede do distrito, por integrarem a paisagem visível a partir do sítio. Outra inclusão diz respeito ao conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico existente na bifurcação da estrada de acesso à Itaguaçu e a ponte inacabada, no entendimento de que estes elementos fortalecem a memória coletiva atrelada à história da ocupação e desenvolvimento de Itapina, quer seja em seu momento próspero, quer seja em declínio. (Processo 50890247, fl. 323)

Em parecer de 14/09/12⁶², a Câmara de Patrimônio aprova a mudança da metodologia e a consequente proposta da poligonal de tombamento, uma vez que “prevê a atualização técnica dos procedimentos anteriormente adotados”. Destaca, ainda, que o resultado de tal mudança é

[...] a consideração de uma gama mais ampla de aspectos a serem observados no processo de valorização do Sítio Histórico, onde o conceito de Paisagem prevê a inserção de elementos naturais e edificações que, embora não tenham interesse direto para o tombamento individual, compõem a ambiência do sítio e conferem valor ao conjunto de bens. (Processo 50890247, fl. 331)

Por fim, considerando que a indicação das 03 (três) poligonais “evidenciam a preocupação com a proteção efetiva do Sítio Histórico de Itapina”, são favoráveis à aprovação da proposta (Processo 50890247, fl. 331).

O texto acerca da mudança da metodologia não apresenta maiores considerações acerca dos critérios utilizados para a delimitação, conforme apresentado na APAC (Figura 40). Assim, em 08/02/13, a Resolução CEC nº 003/2013 aprova o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina.

⁶² Parecer PABMA 023/2012, assinado por André Luiz de Souza e Viviane Lima Pimentel (Processo 50890247, fl. 331)

Figura 39 - Sítio Histórico de Itapina



Fonte: <https://secult.es.gov.br/sitio-historico-de-itapina-recebe-evento-cult>

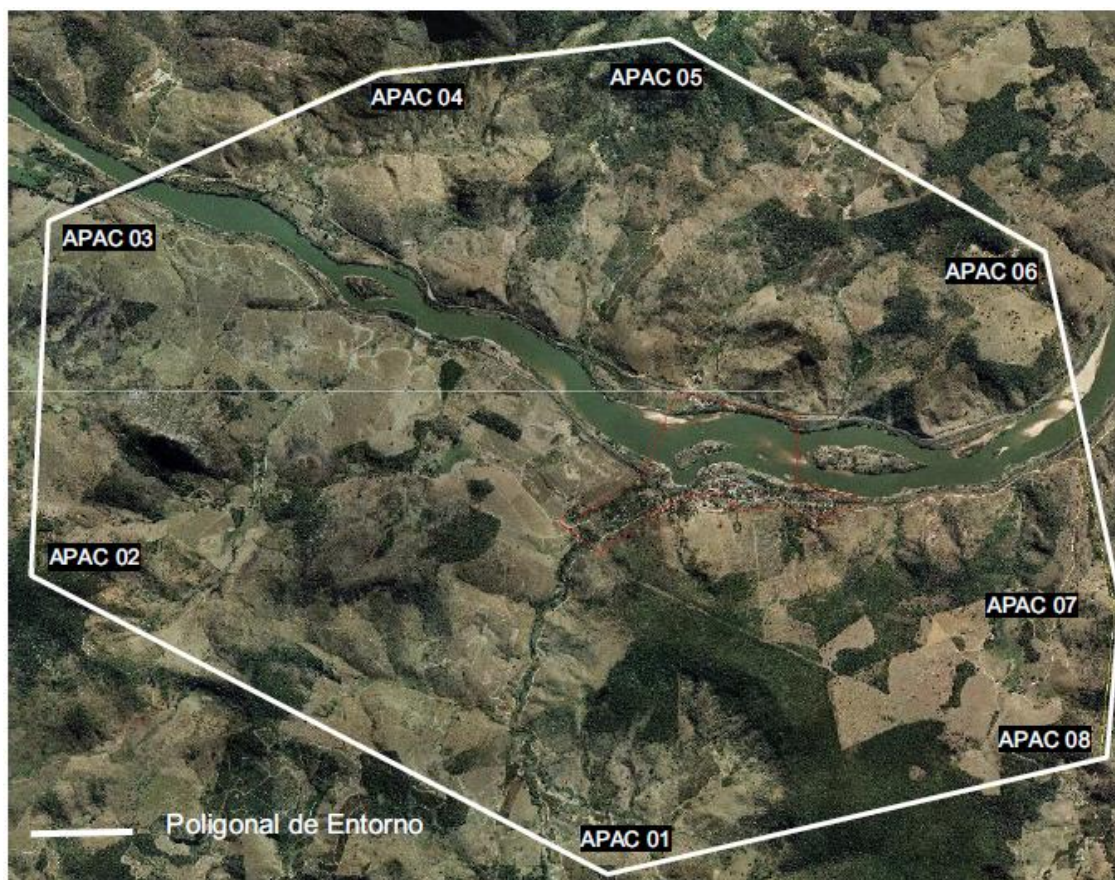
A APAC de Itapina

A resolução que regulamenta e estabelece os critérios para intervenção na APAC, a define como a “somatória da poligonal de tombamento com a poligonal de entorno, constituindo a totalidade da área.” Define assim:

II - Poligonal de Tombamento – PT - constitui uma fração da área urbana do Sítio Histórico de Itapina que concentra os imóveis de interesse de preservação e guarda aspectos morfológicos e ambientais associados ao período histórico compreendido entre a ocupação, auge e o início da decadência econômica do distrito. Nesta área, todas as edificações de interesse de preservação estão protegidas contra descaracterizações nas suas características volumétricas e formais, nestas últimas incluindo-se os vãos de janelas e portas, ornatos, apliques, coberturas e seus materiais constitutivos. Considera-se também a necessidade de se preservar o traçado urbano existente, o arruamento e suas características da pavimentação, as áreas verdes, incluindo nestas últimas, parques e praças públicas, as encostas e os remanescentes de mata nativa, a vegetação arbustiva e arbórea das ruas e de áreas privadas, incluindo nesta preservação a relação que as edificações estabeleceram com o entorno ambiental, paisagístico e cultural da cidade.

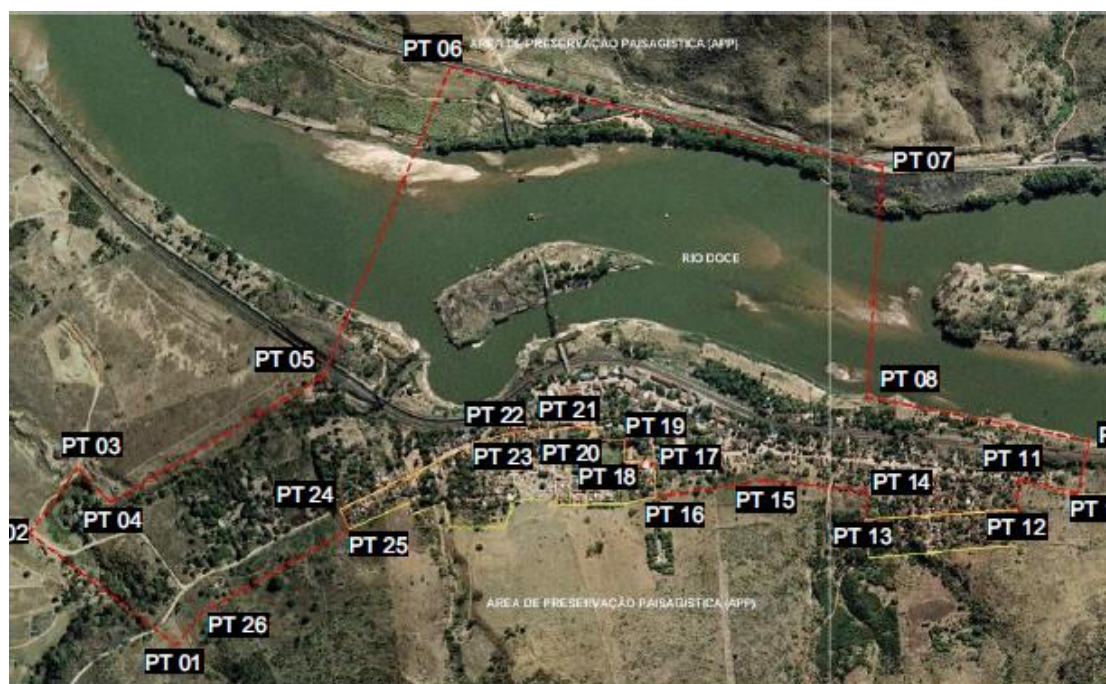
III - Poligonal de Entorno – PE - constitui a fração da área urbana contígua e vizinha à Poligonal de tombamento e tem como objetivo funcionar como uma área de amortecimento para preservação paisagística e ambiental do entorno do Sítio Histórico. (ESPÍRITO SANTO, 2013)

Figura 40 - Demarcação da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de Itapina



Fonte: Espírito Santo (2013)

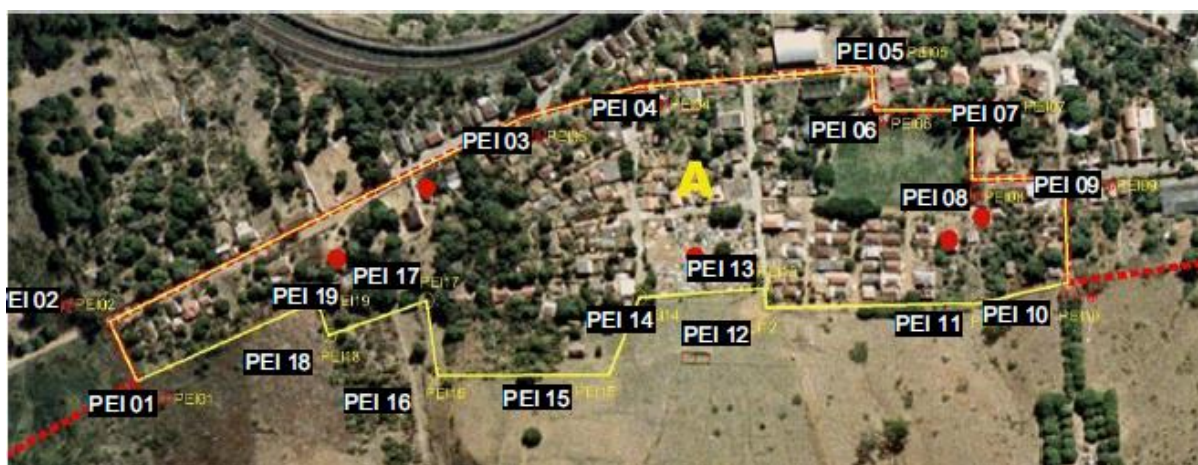
Figura 41 - Demarcação da Poligonal de Tombamento do Sítio Histórico de Itapina



Fonte: Espírito Santo (2013)

A Poligonal de Entorno subdivide-se em PEI A (Figura 42) e PEI B (Figura 43). Para a setorização do sítio histórico (Figura 44), que corresponde à poligonal de tombamento, foram propostas seis zonas: I - Zona Central Histórica (ZCH), II - Zona de Ocupação Controlada I (ZOC I), III - Zona de Ocupação Controlada II (ZOC II), IV - Zona de Expansão Urbana (ZEU), V - Zona de Diretrizes Especiais (ZOR) e VI - Zona de Proteção Paisagística (ZPP).

Figura 42 - Demarcação da Poligonal de Entorno Imediato (PEI) A, Sítio Histórico de Itapina



Fonte: Espírito Santo (2013)

Figura 43 - Demarcação da Poligonal de Entorno Imediato (PEI) B, Sítio Histórico de Itapina



Fonte: Espírito Santo (2013)

3 A DELIMITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS NA POLÍTICA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO – CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

Para o entendimento da trajetória de atuação do órgão estadual na preservação das áreas urbanas, apresenta-se a análise realizada tendo como fonte documental os processos de tombamento, particularmente os documentos que abordam o tema da delimitação, observando mudanças de caráter conceitual e de instrumentos de proteção, com interesse específico na incorporação da prática da delimitação.

3.1 1975-1987: A GÊNESE DA DELIMITAÇÃO

Os primeiros tombamentos

Os estudos elaborados para o tombamento do Porto de São Mateus não apresentam análise da estrutura urbana. A resolução aprova tão somente o tombamento de imóveis e se restringe à uma listagem dos mesmos e seus respectivos endereços e proprietários. O parecer da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico, favorável ao tombamento, tem como justificativa, ainda, “o valor histórico da área do Porto de São Mateus” (Processo 43669590, fl. 30). Ainda, nos documentos, é possível observar a aposta no desenvolvimento e na recuperação da área por meio do turismo e a ausência de corpo técnico com formação na área de arquitetura, prevalecendo a Arte como principal orientação disciplinar.

Os estudos para o tombamento de Santa Leopoldina incorporam, ainda que de forma restrita, a ideia de “conjunto”, para a compreensão e a análise do sítio. Em que pese a menção à estrutura urbana, no estudo realizado, a resolução de tombamento também se restringe à listagem dos imóveis. Porém, incorpora ao texto a definição de “conjunto arquitetônico”.

Para São Pedro do Itabapoana, os estudos incorporam o conceito de “Patrimônio Ambiental Urbano”, com uma leitura do local a partir da ideia de “sistema”, ou seja, entendem a cidade a partir de suas relações espaciais, as quais representam sua “identidade cultural”, foco da preservação.

Numa síntese, pode-se afirmar, os estudos e relatórios produzidos com a finalidade de embasar os processos de tombamento não apresentam homogeneidade no referente aos critérios adotados para a análise de cada um dos sítios. Cada estudo / relatório apresenta a visão particular de cada conselheiro / técnico. Como

consequência, as leituras de cada sítio refletem, de forma mais significativa, a área de formação técnica dos profissionais envolvidos. Assim, a documentação revela, para o Porto de São Mateus, uma leitura conduzida por fundamentação analítica e interpretativa própria da História e História da Arte; para Santa Leopoldina, uma leitura conduzida, prevalentemente, fundamentação analítica e interpretativa própria da Arquitetura e da Cidade, com ênfase na qualificação do ambiente paisagístico; e para São Pedro do Itabapoana, uma leitura conduzida por fundamentação analítica e interpretativa própria do Urbanismo e da História da cidade, com ênfase no espaço urbano. Neste contexto, os documentos integrantes dos processos de tombamento permitem identificar uma mudança significativa no que diz respeito à forma de apreensão do objeto patrimonial ao longo dos anos, por meio das nomenclaturas utilizadas para as definições das áreas patrimonializadas (Apêndice H).

Para o Porto de São Mateus, no contexto do tombamento, prevalece a referência histórica do local, sendo predominante a utilização de termos com essa caracterização, como *patrimônio*, sem nenhuma adjetivação e, portanto, num sentido mais amplo, e/ou *acervo histórico*. Pode-se associar esta nomenclatura à área de formação dos profissionais envolvidos no processo de análise, mas também ao fato de o tombamento do Porto de São Mateus representar a inauguração da ideia de preservação no Espírito Santo, num contexto em que predomina o entendimento do tema como um resgate da história. Ainda com relação à menção ao sítio do Porto de São Mateus, o termo *porto* é utilizado de forma quase constante nas citações, o que determina, inclusive, a nomenclatura utilizada na resolução do tombamento. Para Santa Leopoldina, a nomenclatura adotada na referência ao objeto da preservação - *imóveis* e *casario* - revela um destaque para a Arquitetura. Distintamente, para São Pedro do Itabapoana, há uma predominância da utilização do termo *núcleo*, destacando, aparentemente, dois momentos distintos, mas associados: primeiramente, ao termo *histórico*, e, por fim, ao termo *urbano*.

Em perspectiva histórica, a adoção do termo *sítio histórico* é verificada pela primeira vez no ano de 1989, na documentação analisada. Refletindo um quadro nacional, sua utilização se torna recorrente a partir deste momento, ainda que apenas em 2010 a expressão *sítio histórico urbano* é adotada para categorizar o Sítio histórico de Itapina.

No concernente ao suporte de representação dos sítios históricos, é notória sua precariedade no mapeamento das áreas tombadas. Essa condição, avalia-se, pode indicar a falta de recursos e/ou suporte técnico do órgão naquele contexto. Especialmente em São Pedro do Itabapoana, é recorrente a solicitação de ajuda técnica a outros órgãos para o fornecimento e a elaboração de bases cartográficas do sítio. Os (poucos) mapas integrantes dos processos têm como finalidade a localização dos imóveis de forma individualizada. No entanto, cabe observar, a ausência de mapas nos processos de tombamento não necessariamente indica que não tenham sido elaborados, mesmo que com a finalidade de localizar imóveis objeto de tombamento. No referente à delimitação da área a ser protegida propriamente dita, reconhece-se uma tentativa incipiente na documentação de São Pedro do Itabapoana. A proposta de delimitação, no entanto, não se efetiva em normativa legal.

Nos primeiros tombamentos, portanto, as questões relativas ao patrimônio urbano são discutidas de forma particularizada e em graus distintos para cada um dos sítios protegidos pelo CEC. Ademais, em detrimento de abordagens mais amplas acerca das áreas, os tombamentos são efetivados em razão dos imóveis individualmente, objetivando a proteção do objeto arquitetônico. Elementos de tipologia urbana, quando indicados para o tombamento, permanecem excluídos das resoluções. Nessa fase, apesar do entendimento conceitual acerca da cidade-patrimônio, há a carência de instrumentos específicos para sua proteção no que concerne à esfera estadual, limitando-se ao instrumento do tombamento de forma exclusiva.

A gênese da delimitação

As primeiras delimitações propostas para os sítios de São Mateus e Santa Leopoldina constituem-se de leis no âmbito municipal. A Zona de Interesse Histórico – ZIH proposta para Santa Leopoldina é, inclusive, anterior ao tombamento estadual. Ambas têm como premissa a manutenção de certa “ambiência” dos sítios, por meio do estabelecimento de diretrizes que determinam a tipologia das novas construções. Nesse contexto, entende-se, as propostas de delimitação trazem, como principal fundamento, a ideia de manutenção do conjunto arquitetônico, relegando o espaço urbano a um plano coadjuvante, restringindo sua importância ao contexto histórico, ou seja, ainda não há, nessa fase, a intenção de torná-lo um objeto patrimonial.

Supõe-se que, por isso, as delimitações circunscrevam um todo único, não apresentando subdivisões no interior dos perímetros propostos.

Nesse período, o CEC não incorpora as leis como instrumento de proteção, mas participa de forma direta, já que a lei determina a participação do DEC para aprovação de projetos e execução de obras nas referidas áreas. Na prática, considerando a escassa fiscalização municipal, as leis não são levadas a cabo e a atuação do Estado, no que diz respeito às ações de preservação (aplicação de recursos, projetos e fiscalização), dá-se sobre o objeto de forma isolada, ou seja, sobre cada um dos edifícios tombados. É possível identificar a participação direta da Fundação Cultural no contexto inicial das questões preservacionistas no Estado, atuando como órgão executor e intermediador das ações de preservação, especialmente no que diz respeito ao Porto de São Mateus. Para o sítio de Santa Leopoldina, no entanto, não é possível avaliar em que medida acontece a interação entre o órgão estadual e o IBAM, órgão contratado para a elaboração dos projetos de lei. A elaboração das propostas de delimitação parece indicar muito mais a intenção de fornecer aos municípios instrumentos capazes de auxiliar na gestão dos sítios, do que precisamente de assumir a gestão das áreas patrimonializadas.

No que concerne ao sítio de São Pedro de Itabapoana, é oportuno observar que, embora seja o único sítio cuja proposta de delimitação e respectiva elaboração de legislação tenha sido discutida durante o processo de tombamento, trata-se do sítio que apresenta escassa documentação referente à discussão do tema. Na prática, a proposta de elaboração de um projeto de lei não se concretiza e a proteção se dá em função da lei estadual do tombamento. Neste íterim, não é possível afirmar se tal legislação seria incorporada pelo órgão estadual, ou se a proposta tem como objetivo auxiliar a legislação municipal.

Segundo Fernando Achiamé (2016), na década de 1980, são propostas delimitações para a definição da poligonal de entorno nos tombamentos de sítios naturais. Ele ressalta que, nesse período, início da década de 1980, tem início “no país todo e também aqui as questões envolvidas à preservação do meio ambiente e do patrimônio paisagístico” (ACHIAMÉ, 2016), e cita os casos da Pedra do Elefante (Resolução 04/84), Pico do Itabira (Resolução 07/86), Monte Aghá (Resolução

06/85), O frade e a freira (Resolução 07/86), Ilha do Gambá, Ilha do Meio, Ilha dos Cabritos e Reserva de Jacarenema (Resolução 12/86)⁶³.

Betarello (2016) também destaca o papel do CECó no que se refere ao patrimônio natural, uma vez que nesse período inexistia, no Estado, órgão específico para o tratamento das áreas naturais, e destaca o caráter amplo da atuação do conselho. Cita o tombamento das dunas de Itaúnas (Resolução 08/86), do qual participa.

Se, por um lado, considera-se as leis elaboradas para os sítios de São Mateus e Santa Leopoldina, e ainda, a proposta de delimitação para São Pedro do Itabapoana, pode-se concluir que a delimitação de áreas urbanas é um tema recorrente já na década de 1980, uma vez que, nesse período, a integralidade dos sítios apresenta, para dizer o mínimo, discussões acerca do assunto. Por outro lado, o fato de a proposta de delimitação para o sítio de São Pedro não ter se concretizado em lei, revela a ausência de uma política consistente de preservação de áreas urbanas, no que diz respeito à prática da delimitação. Nesse contexto, entende-se que existe a clareza, por parte do órgão estadual, da necessidade de legislação definidora de diretrizes para o alcance da preservação das áreas, ou seja, do imbricamento das disciplinas do planejamento e da preservação, mas não há, ainda, a iniciativa do órgão para assumir a tarefa. Pode-se atribuir tal fato a um processo mais amplo, como as mudanças de gestão ocorridas durante a atuação do CEC, o que sempre acarreta rupturas na implantação de políticas nos órgãos da administração; e, ainda, pode-se entender que o órgão, considerando a existência da legislação municipal, tenha feito a opção centrada na ideia de uma gestão compartilhada, ou seja, a legislação municipal atribuindo algumas competências, como a aprovação de projetos na área, por exemplo, à esfera estadual.

3.2 1988-2006: HIATO

Período marcado pela ausência de tombamento de áreas urbanas, bem como pelo declínio das atividades do CEC, cujo extremo se dá entre os anos de 2002 e 2006, intervalo em que as nomeações dos conselheiros não são efetivadas. Curiosamente, o período tem início no ano em que é feita a primeira reformulação do órgão, no âmbito da abertura política, além de mudanças significativas no que diz respeito às

⁶³ Devido à baixa qualidade dos mapas que integram as resoluções (REDESENHO PLANIALTIMÉTRICO), não é possível identificar de forma clara as delimitações.

definições culturais, especialmente por meio da promulgação da Constituição de 1988. Se a proposta de reformulação do conceito avança nesse sentido, na prática, a incorporação das mudanças, principalmente no que diz respeito às ações de preservação de áreas urbanas, só se concretiza anos depois.

Para Valdir Castiglioni (2016), o momento é resultado de um contexto político mais amplo pelo qual passa o Espírito Santo, cuja abordagem acerca da cultura tem reflexos diretos no CEC.

Porque quem assume cultura no Brasil, quem assume fazer trabalho de cultura ainda é militante. Não adianta que não é um trabalho estabelecido. Mas por que que não é? E mesmo em outros governos também não é? Porque a cultura faz isso. A cultura é um reflexo de como as pessoas estão vivendo. Então o governo não quer. No máximo exerce um papel de mecenas. É revolucionário, sim. Isso tá relacionado à vida das pessoas. (CASTIGLIONI, 2016)

Nesse contexto, o processo de tombamento de Muqui, único em andamento no período, parece refletir o momento de inatividade do conselho. Fica claro, dentro do processo, a falta de iniciativa para a elaboração de inventário com a finalidade de embasar o processo de tombamento, delegando ao município a responsabilidade de o fazer. No que concerne à documentação que consta no processo, não constam estudos elaborados pelo Estado com a finalidade de embasar o tombamento. Se, por um lado, pode-se supor que a recusa tenha se efetivado pela falta de corpo técnico para a elaboração dos estudos, por outro, tal ausência se dá pelo fato de tratar-se de sítio estilisticamente, no âmbito da arquitetura, eclético, pode apontar um critério para a seleção das áreas. Conforme destaca Sant'anna (2014, p. 326), “a produção eclética não era considerada sequer estilo arquitetônico pelos modernistas”, com a ausência de proteção no âmbito federal para conjuntos dessa natureza até a década de 1950.

3.3 2007-2010: A DELIMITAÇÃO COMO INSTRUMENTO

Os estudos para a elaboração das resoluções propostas em 2010 têm início em 2006, ou seja, no período de reformulação da estrutura organizacional do CEC, e retomada da própria atuação das ações de preservação no âmbito estadual. O resultado desses estudos é a adoção da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC como instrumento de proteção para as áreas urbanas. Nesse contexto, pode-se considerar a primeira vez, de fato, em que há a intenção de implantação de uma metodologia para aplicação nos três sítios tombados. Embora o processo visando ao

tombamento do sítio de Muqui já esteja em andamento desde 1987, os estudos se detêm nos sítios protegidos, com a proposta de delimitação para os sítios de São Mateus, Santa Leopoldina e São Pedro do Itabapoana.

De fato, para as resoluções dos três sítios, uma vez que possuem a resolução anterior de tombamento, as propostas de delimitação partem desse ponto e, portanto, têm como epicentro os imóveis tombados. Como justificativas, as resoluções trazem “a necessidade de preservação dos bens tombados [...] e de seus respectivos entornos”, bem como “pela sua visibilidade e ambiência”. De forma explícita, entende a importância de considerar a ideia de “sítio”, o que amplia de forma significativa o objeto patrimonial, bem como a escala do objeto, conquanto tal ampliação seja ainda uma espécie de reverberação do imóvel isolado. Tal forma de compreender o objeto patrimonial resulta na subdivisão da poligonal, que passa a apresentar *Poligonal da Área de Tombamento* e *Poligonal da Área de Vizinhança do Tombamento*.

A resolução regulamenta sobre uso do solo, taxa de ocupação, gabarito e altura das edificações, afastamentos. Além disso, informa que obras de infraestrutura e de paisagismo e urbanização, de demolição, em imóveis tombados, em edificações não tombadas na Área de Tombamento devem ter anuência prévia da Secult. Dispõe, ainda, sobre os critérios para a construção em lotes vagos, definindo critérios sobre a fachada, o telhado e a volumetria das novas edificações, com o objetivo de “preservar a ambiência urbana”.

Até o ano de 2010, as intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações estão condicionadas ao Art. 16 do Decreto 626-N, que estabelece a necessidade de aprovação de projetos de qualquer natureza na vizinhança do bem tombado.

Art. 16 - Sem prévia autorização do Conselho Estadual de Cultura, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto. (Decreto 626-N)

As resoluções apresentam, ainda, a delimitação da “Área de Preservação Ambiental”, que designa as áreas de preservação e/ou conservação dos recursos naturais, dos equipamentos ambientais e da paisagem. Nesse sentido, o estabelecimento das APAC's incorpora a proteção do patrimônio natural de forma bastante ampla, com a adoção das áreas *non aedificandi* que, juntamente com as

poligonais de tombamento e de vizinhança, formam a Área de Proteção do Ambiente Cultural. Essa ampliação, que incorpora os elementos naturais, parece indicar a preocupação com a “ambientação paisagística” e o entendimento da preservação como uma ação “que envolve a cultura e o meio ambiente”, mudança destacada por Sant’Anna no contexto da preservação de âmbito federal ocorrida ainda na década de 1970. (2014, p. 327)

Além de tornar mais específicas as obrigações incidentes sobre as edificações do entorno, as resoluções passam a dar subsídios para as intervenções nos sítios, bem como a dar suporte para a atuação do Conselho no que concerne às ações de fiscalização, que se tornam mais sistemáticas a partir desse período.

A partir de 2010, com a homologação das resoluções, o Estado toma para si o papel de legislador e gestor do espaço urbano. Em termos normativos, cabe ressaltar que as resoluções não correspondem ao instrumento do tombamento, mas à legislação urbanística, com a finalidade de orientar e disciplinar o uso do solo para fins de preservação. Nesse sentido, não tomba os elementos urbanos de forma individual, mas tem como consequência a necessidade de aprovação de projetos pela Secult, dentro do perímetro proposto, os quais, automaticamente, passam a estar protegidos. Assim, pode-se dizer que, a partir de 2010, na prática, passa a existir uma distinção entre as ações de tomba e preservar.

3.4 2011-2013: UM PATRIMÔNIO MUTÁVEL

Em 2012 e 2013 são tombados os sítios de Muqui e Itapina, respectivamente. Diferente dos tombamentos dos três primeiros sítios, as resoluções mais recentes incorporam a metodologia da APAC e o estabelecimento da delimitação e legislação da área a ser protegida. Apesar do curto período de dois anos entre as primeiras APAC’s de 2010 e os tombamentos dos sítios de Muqui e Itapina, é possível identificar alterações importantes no que diz respeito aos critérios adotados para a delimitação.

No que diz respeito à metodologia, é baseada no *Manual de Normatização de Cidades Históricas* - Iphan, cuja proposta é a elaboração de normas de preservação a partir da definição e subdivisão do sítio em setores, definidos em função de vários condicionantes (históricos, geográficos, urbanos, arquitetônicos, culturais, de desenvolvimento, entre outros). Tal mudança é proposta a fim de que o tombamento

tenha como valores atribuídos as “características do conjunto urbano e da paisagem” (Processo 43086730, fl. 1502). A adoção de tal metodologia traz duas revelações importantes.

A primeira delas é a aproximação do órgão estadual a uma política federal de proteção de áreas urbanas, com a adoção da metodologia do IPHAN. Durante a trajetória de atuação do CEC, não é possível identificar outro momento em que a aproximação entre os dois órgãos resulte na adoção de um instrumento específico. A adoção da metodologia da APAC, por exemplo, corrobora esta ideia, uma vez se tratar de instrumento incorporado de uma política estadual e/ou municipal de preservação. A segunda delas é a revelação da adoção, no âmbito federal, de uma ferramenta específica para o tratamento de áreas urbanas.

Conforme explicitado no item que trata dos estudos para embasamento do processo de tombamento de cada sítio, não há documentação disponível capaz de fornecer subsídios mais consistentes acerca dos critérios adotados para a definição da setorização, em ambos os sítios. No campo conceitual, fica clara a intenção de minimizar os efeitos “homogeneizantes” de uma delimitação baseada em duas poligonais, como no caso das primeiras APAC’s, especialmente quando consideradas a extensão dos sítios. Além disso, a adoção da setorização revela a necessidade de considerar o caráter de “mutabilidade essencial” da cidade, para utilizar uma expressão cunhada por Sant’Anna (2014, p. 350).

Conforme ressalta Casado (2016), a proposta de setorização avança não apenas no sentido de atribuir à área a ideia de conjunto, mas no que diz respeito à gestão dos sítios, ou seja, no entendimento de que o tombamento não é um fim em si mesmo, mas determina o início das ações de preservação.

É oportuno salientar, o sítio histórico de Muqui apresenta uma particularidade interessante, uma vez que, tendo iniciado seu processo de tombamento, em 1987, ou seja, num período em que predomina o tombamento com base no edifício isolado, tem seu processo finalizado apenas em 2012, com o estabelecimento da APAC. Apresenta, ainda, outra particularidade, por ser o único sítio com interesse para preservação nas três esferas, com a efetivação da proteção nos âmbitos estadual e municipal.

Comparadas às resoluções de 2010, as APAC's propostas para Muqui e Itapina se apresentam muito mais extensas, ainda que fisicamente os sítios sejam, de fato, de escalas maiores. Um dos questionamentos levantados acerca desta extensão é em que medida o órgão estadual tem condições de abarcar não só a escala do tombamento, mas também a tutela de elementos naturais. A abrangência do tombamento, em grande medida proporcionada pela adoção do conceito de *paisagem cultural* para a definição da delimitação, traz um aumento significativo dos elementos que gozam de proteção. Neste contexto, uma parcela significativa da área urbana passa a ser regulamentada pelo órgão estadual, podendo acarretar conflitos nas competências do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da atuação do IPHAN diante do desafio da preservação da cidade evidencia a necessidade de uma constante revisão das práticas e ações de preservação. Com a elevação da cidade a objeto patrimonial, e, portanto, de outra especificidade dentro do panorama estabelecido de objetos a serem preservados, notadamente de âmbito arquitetônico, faz necessária a atualização de instrumentos e práticas, a fim de alcançar efetividade na proteção. No que concerne à especificidade de proteção de áreas urbanas, consolida-se a delimitação de área como instrumento indissociável ao tombamento, e, ainda, associa-se ao mesmo o *status* de planejamento urbano.

A periodização apresentada no primeiro capítulo revela uma clara associação entre a prática da delimitação e a compreensão do objeto da preservação, e significativas mudanças nas ações do órgão federal, particularmente na incorporação da gestão dos sítios urbanos como um dos pilares da eficácia da preservação. Neste contexto, a descentralização da atuação do IPHAN, decorrente da emergência de políticas estaduais e municipais, contribui para a ampliação e o compartilhamento de atores e estratégias de gestão patrimonial.

No recorte territorial inicial da pesquisa, pretende-se adotar os processos de tombamento dos sítios históricos urbanos com a base documental. Entretanto, ao longo da investigação, reconhece-se a importância de sua ampliação, com a incorporação de documentos dos extintos DEC e Fundação Cultural. Tal documentação permite uma maior abrangência e um maior detalhamento da compreensão da trajetória da preservação de áreas urbanas no Espírito Santo, em específico para cada área patrimonial, bem como para alargar o entendimento da política estadual de preservação. Esta decisão se fundamenta, inclusive, no reconhecimento de que, mesmo não incluída nos autos do processo, muito provavelmente essa documentação é considerada na tomada de decisões.

Nesta abordagem, grande parte da documentação revela a participação da Fundação Cultural no contexto da gênese da discussão acerca da preservação no Espírito Santo, e, de forma mais específica, nas ações de preservação relativas ao Porto de São Mateus.

O número reduzido de áreas urbanas tombadas em nível estadual não permite traçar um panorama mais amplo no que diz respeito à escolha das cidades e às respectivas motivações para os tombamentos. De fato, no período compreendido entre 1987, ano do tombamento do sítio de São Pedro do Itabapoana, e 2012, ano do tombamento de Muqui, a tutela permanece restrita aos três primeiros sítios tombados. O longo período de vinte e cinco anos corresponde justamente ao período equivalente à conclusão do tombamento de Muqui. Ainda que a quantidade de sítios protegidos não seja um dado relevante para a análise, um período tão longo sem tombamentos, mesmo com um processo em andamento, revela um hiato na atuação do CEC, no concernente à preservação de áreas urbanas.

Cabe observar que, embora as resoluções estaduais tomem para si a competência da gestão do solo urbano, não é possível identificar qualquer tipo de conflito entre as instâncias municipais e a estadual, no que diz respeito a este tema. Ao contrário, a leitura da documentação permite reconhecer o apoio técnico do órgão estadual aos órgãos municipais na gerência de seus respectivos sítios. A parceria decorre, em parte, porque os municípios consideram o tombamento como o instrumento por meio do qual é possível alcançar a eficácia da preservação; em parte por que os municípios não apresentam corpo técnico, em quantidade e qualificação, necessário para a administração das áreas protegidas.

Em síntese, é possível afirmar, permanece dominante o entendimento do tombamento como único instrumento de proteção de um bem, ou ainda, o instrumento mais eficaz, mesmo para uma área urbana. Rabello (2010) observa a existência de “tipologias distintas de proteção do patrimônio”, ou seja, não existe a obrigatoriedade do tombamento para a proteção de um determinado bem de valor, o que implica na distinção entre bem tombado e bem protegido.

O recorte temático da pesquisa, centrado na prática da delimitação de áreas urbanas, revela se tratar de uma questão discutida desde a década de 1980, ainda que incorporada como instrumento de preservação somente 30 anos após. No Espírito Santo, o caráter relativamente recente da instituição (CEC) e de sua prática, alerta para a necessidade de uma relativização dos resultados alcançados na pesquisa. Ainda assim, apesar do curto intervalo de tempo sucedido entre as resoluções de 2010 e o último tombamento, realizado em 2013, é possível identificar uma mudança na metodologia. Reconhece-se um direcionamento voltado à adoção

de conceitos mais amplos de patrimônio, bem como uma maior aproximação à política nacional de preservação. Esta condição pode revelar a dificuldade no tratamento do objeto patrimonial, quando este é a cidade, não só por sua escala, mas, também, e principalmente, pela complexidade e diversidade de questões aderidas ao conceito de patrimônio cultural, de âmbito urbano. Assim, se em sua gênese a delimitação se apoia na ideia de cidade-arte a ser preservada por meio de ações pautadas na exploração do turismo, ao longo dos anos, com o entendimento mais amplo de patrimônio, a delimitação passa a considerar a complexidade das questões urbanas, dos processos econômicos, sociais e ambientais.

Considerada a defasagem temporal de trinta anos, entre a criação e o início da atuação do órgão federal e a criação do órgão estadual, num primeiro momento, a correlação direta entre os períodos se apresenta inócua, especialmente se, no caso do Espírito Santo, considera-se a ausência de sítios com interesse para preservação em nível federal. Neste contexto, a compreensão da preservação de áreas urbanas no Espírito Santo se dá, em grande parte, num percurso independente do cenário nacional. No que concerne à prática da delimitação, já em 1979, ou seja, apenas três anos após o tombamento da área do Porto de São Mateus, o órgão estadual elabora um planejamento para a área. No âmbito nacional, a delimitação para as cidades mineiras, protegidas em 1938, ocorre com uma defasagem de tempo bastante significativa em relação ao tombamento.

As mudanças na estrutura do CEC, ao longo do período analisado, permitem um maior dinamismo na atuação do órgão nos sítios, particularmente a partir de 2006, com a reformulação proposta. Esta mudança coincide com um momento em que as discussões acerca do patrimônio cultural, e, como consequência, do patrimônio urbano, são alçadas a um patamar mais elevado dentro da instituição, e culminam em políticas mais específicas de proteção.

Com tudo isso, é possível observar um processo em andamento visando ao tombamento de áreas urbanas, em particular referente à cidade de Santa Teresa, sede municipal. Segundo Rodrigo Z. Queiroz⁶⁴, inexistia, ainda, uma definição acerca da adoção da metodologia da APAC, mas uma inclinação no sentido de promover uma “gestão integrada” entre o órgão estadual e a administração municipal, em

⁶⁴ Entrevista concedida em 24 de novembro de 2016.

parte pelo fato de o município apresentar iniciativas direcionadas a promover a proteção do patrimônio, dispondo de Conselho Municipal de Cultura, desde 2010⁶⁵, e, ainda, por entender as dificuldades do órgão estadual frente à amplitude dos tombamentos de áreas urbanas.

A pesquisa, cujo recorte inicial se limita à prática da delimitação na política estadual de preservação, demonstra a necessidade de uma investigação mais ampla, a fim de entender a dinâmica do órgão estadual, com a incorporação, ao longo dos anos, de mudanças conceituais e estruturais, podendo, inclusive, ser observadas por meio de seus personagens ao longo dos seus 50 (cinquenta) anos. Num contexto mais amplo, a pesquisa revela a necessidade de atualização das práticas de proteção decorrentes da elevação da cidade a objeto patrimonial, bem como o reconhecimento da imbricada relação entre a ampliação do conceito de patrimônio e as respectivas formas de proteção.

A trajetória do conselho, exposta de forma secundária na pesquisa, revela não só a ampliação da importância do órgão no decorrer dos anos, mas, também, da política cultural no Estado do Espírito Santo, com a Secult assumindo sua autonomia frente a outras pastas governamentais.

Por fim, salienta-se que este trabalho não esgota as discussões no que concerne à prática da delimitação adotada pelo CEC, para a proteção de sítios históricos urbanos. Ao contrário, amplia as possibilidades de pesquisa no que diz respeito à história da preservação no Estado do Espírito Santo, na medida em que outras fontes possam surgir, de forma particular para cada sítio, bem como no contexto mais ampliado da política estadual.

⁶⁵ Lei Municipal nº 2.093/2010, que estabelece novas disposições sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural, cultural e ecológico do município de Santa Teresa – ES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIAMÉ, Fernando. Entrevista concedida a Joyce Abreu. Vitória, 29 nov. 2016.

ARAÚJO, M. M., BORGES, M. A. A., CONRADO, V. C. V., BORBA, D. M., SILVA, S. P., PÁDUA, V. G. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacionais. In: **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Edésio Fernandes, Jurema Rugani. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

BETARELLO, Fernando de Barros Augusto. Entrevista concedida a Joyce Abreu. Vitória, 06 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/11/2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Presidência da República*, Rio de Janeiro, RJ, 30 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 06 out. 2016.

BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 02/02/2017.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. As contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>>. Acesso em: 17 março de 2016.

CARTA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, de 1987. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CARTA DE WASHINGTON. Washington, de 1987. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CASADO, Tatiana Caniçali. Entrevista concedida a Joyce Abreu. Vitória, 05 dez. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação Urbana: Tombamento e Áreas de Conservação. In: **Revisitando o Instituto do tombamento**. Edésio Fernandes, Betânia Alfonsin. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. Amsterdã, outubro de 1975. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

DECLARAÇÃO DE XI'AN. Xi'an, 21 de outubro de 2005. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Delegada nº 06**, de 09 de novembro de 1967. Cria o Conselho Estadual de Cultura. Diário Oficial, Espírito Santo, 10 nov. 1967. Disponível em: <www.conslegis.es.gov.br>. Acesso em: 06 mar. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 2.307/67**. Institui a Fundação Cultural do Espírito Santo. Diário Oficial, Espírito Santo, 18 nov. 1967. Disponível em: www.conslegis.es.gov.br. Acesso em: 06 mar. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Lei nº 2.947**. Dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Espírito. Diário Oficial, Espírito Santo, 16 dez. 1974. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4296-4c041e820d56c.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Decreto 626-N**. Regulamenta o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial, Espírito Santo, 28 fev. 1975. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/3455-4b2a7a775ea14.txt>. Acesso em 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 01/76**. Conselho Estadual de Cultura. Aprova tombamento do Porto de São Mateus. Diário Oficial, Espírito Santo, 18 out. 1976. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/files/upload/092015/108-Documento-1441977278-Resolucao-CEC-01-1976-Tomb-Porto-Sao-Mateus.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 05/83**. Conselho Estadual de Cultura. Aprova tombamento do Conjunto Arquitetônico de Santa Leopoldina. Diário Oficial, Espírito Santo, 30 jul. 1983. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/2153-4a43f1b4bcf2a.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 02/87**. Conselho Estadual de Cultura. Aprova tombamento do Conjunto Arquitetônico de São Pedro do Itabapoana. Diário Oficial, Espírito Santo, 17 fev. 1987. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/files/upload/092015/109-Documento-1441977387-Resolucao-CEC-02-1987-Tombamento-de-Sao-Pedro-de-Itabapoana.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Sítio Histórico de São Mateus. **Análise da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC**. Vitória. 2008a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Conjunto Histórico de Santa Leopoldina. **Análise da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC**. Vitória. 2008b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana. **Análise da Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC**. Vitória. 2008c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 001/2010**. Conselho Estadual de Cultura. Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Mateus. Diário Oficial, Espírito Santo, 26 mar. 2010. Disponível em: < http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4743-4c8150c52772e.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 003/2010**. Conselho Estadual de Cultura. Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Santa Leopoldina. Diário Oficial, Espírito Santo, 26 mar. 2010. Disponível em: < http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4745-4c8152c8e803b.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 002/2010**. Conselho Estadual de Cultura. Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Pedro do Itabapoana. Diário Oficial, Espírito Santo, 26 mar. 2010. Disponível em: < http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/4744-4c81526ea03f8.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 002/2012**. Conselho Estadual de Cultura. Aprova o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Muqui. Diário Oficial, Espírito Santo, 15 fev. 2012. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/resolucao_cec_02_2012_tombamento_muqui_do_es-8995-52cd90d18cef5.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC Nº 003/2012**. Conselho Estadual de Cultura. Dispõe sobre a regulamentação das diretrizes para intervenções nos espaços públicos, lotes e edificações integrantes da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Muqui. Diário Oficial, Espírito Santo, 23 mar. 2012. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/resolucao_cec_03_2012_normativa_muqui_does-8996-52cd91093a2cd.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Resolução CEC nº 003/2013**. Conselho Estadual de Cultura. Aprova o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Itapina. Diário Oficial, Espírito Santo, 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://secult.es.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2016.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Coords.) **Revisitando o Instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FERNANDES, Edésio. Do Tombamento ao Planejamento Territorial e à Gestão Urbana. In: **Revisitando o Instituto do tombamento**. Edésio Fernandes, Betânia Alfonsin. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FERNANDES, Edésio. **Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?** rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Ministério da Educação e Cultura. **Anais do II Encontro de Governadores**. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Santa Leopoldina Experiência de Campo**. Santa Leopoldina. 1981. v 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Santa Leopoldina Experiência de Campo**. Santa Leopoldina. 1981. v 2.

KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos**. Artes e Ofícios. Ateliê Editorial, 2013.

MACHADO, Reinaldo Guedes. **Relatório Preliminar para discussão**. Vitória: 1979.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A Preservação do Futuro Através do Passado. In: **Revisitando o Instituto do tombamento**. FERNANDES, E., ALFONSIN, B. (Coords). Belo Horizonte: Fórum, 2010.

NASCIF, Maria Cecília Jahel. Entrevista concedida a Joyce Abreu. Vitória, 21 nov. 2016.

NORMAS DE QUITO. Quito, dezembro de 1967. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PICCINATO, Giorgio. El problema del centro histórico. In: **Los centros históricos: política urbanística y programas de actuación**. F. Ciardini, P. Falini. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

QUEIROZ, Rodrigo Zotelli. **Uso de ferramentas computacionais para análise de modificações na ambiência urbana de sítio histórico tombado: ensaio em Santa Leopoldina - ES**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado). Vitória, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo.

QUEIROZ, Rodrigo Zotelli. Entrevista concedida a Joyce Abreu. Vitória, 24 nov. 2016.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RABELLO, Sonia. Tombamento e legislação urbanística: Competência e Gestão. In: **Revisitando o Instituto do tombamento**. Edésio Fernandes, Betânia Alfonsin. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. Nairobi, novembro de 1976. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS. Paris, 19 de novembro de 1964. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairob%201976.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)**. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SOUZA, Kelly Diniz de. **Patrimônio cultural e as práticas de delimitação de sítios tombados: um estudo para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Serro**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado). Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

SANTA LEOPOLDINA (cidade). **Lei nº 491/81**, de 31 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o plano de ordenamento do uso do solo urbano dos núcleos de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, fixa os objetivos, as diretrizes e as estratégias do desenvolvimento urbano no município de Santa Leopoldina. Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, ES. 1981.

SANTA LEOPOLDINA (cidade). **Lei nº 516/82**, de 15 de outubro de 1982. Regulamenta obras de arquitetura e demais aspectos do solo na Zona de Interesse Histórico de Santa Leopoldina. Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, ES. 1982.

SANTA LEOPOLDINA (cidade). **Lei complementar nº 1223**, de 08 de outubro de 2007. Plano Diretor Municipal. Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, ES. 2007.

SÃO MATEUS (cidade). **Lei nº 129/82**, de 20 de julho de 1982. Regulamenta obras de arquitetura e demais aspectos do uso de área do Porto de São Mateus. Prefeitura Municipal de São Mateus, ES. 1982.

SECULT. Conselho Estadual de Cultura. Apresentação. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/conselho-estadual-de-cultura-apresentacao.html>>. Acesso em: 06 out. 2016.

SECULT. Conselho Estadual de Cultura. Sítio eletrônico. Ata da 3ª reunião ordinária realizada no dia 06 de novembro de 2008. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/1700-49bfb31a3ba19.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

Processos de tombamento CEC

07669046. São Pedro do Itabapoana. ES

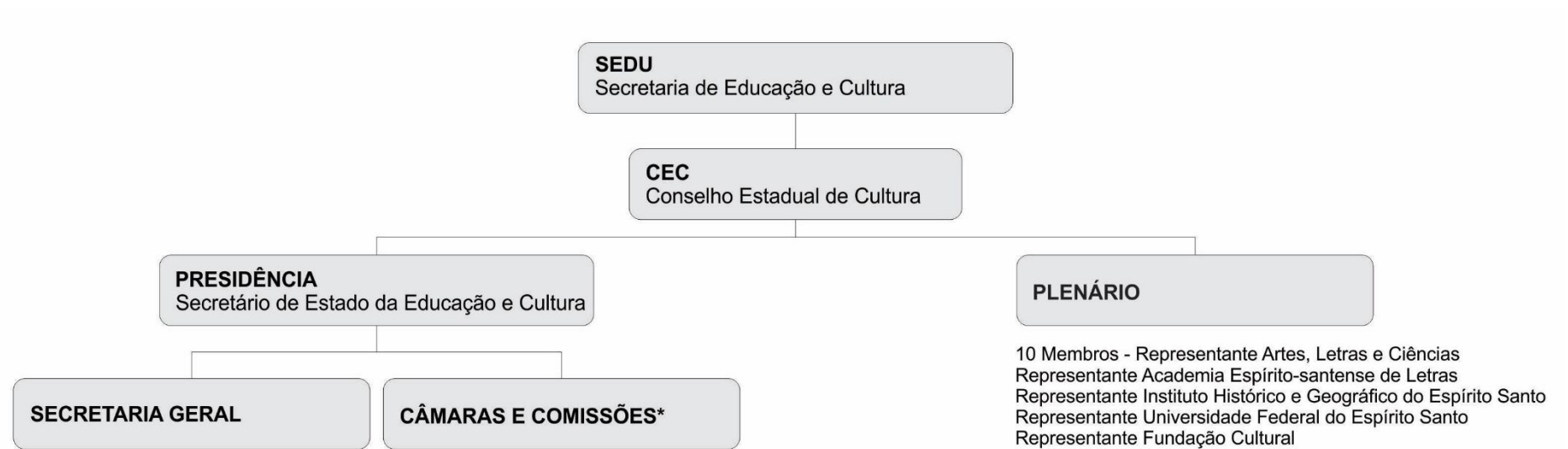
43669590. São Mateus. ES

43806730. Muqui. ES

44131895. Santa Leopoldina. ES

50890247. Itapina. ES

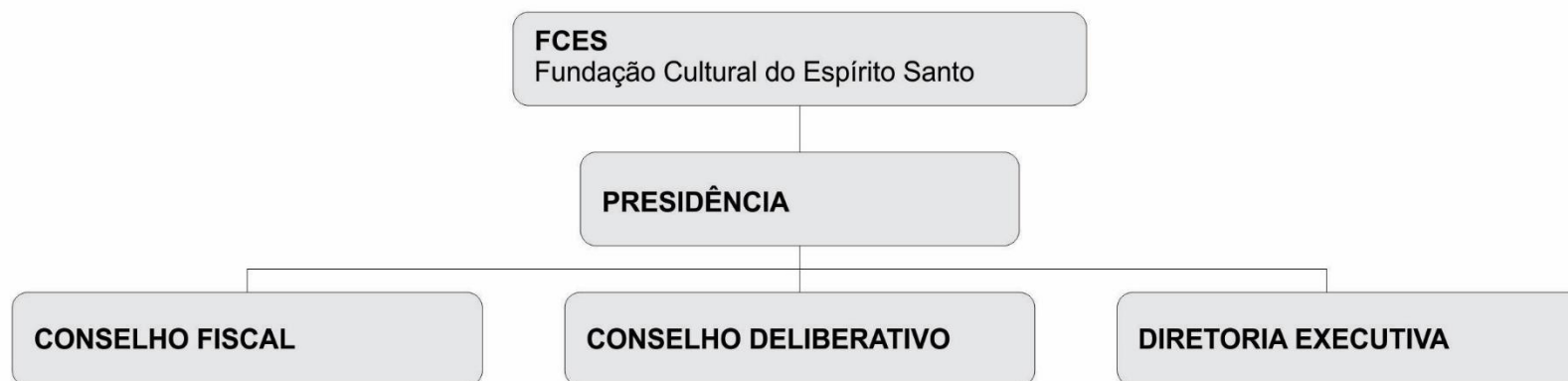
APÊNDICE A – Estrutura do Conselho Estadual de Cultura (1967)



* A lei não dispõe sobre as Câmaras e Comissões e o respectivo Regimento Interno não foi identificado nos arquivos do CEC.

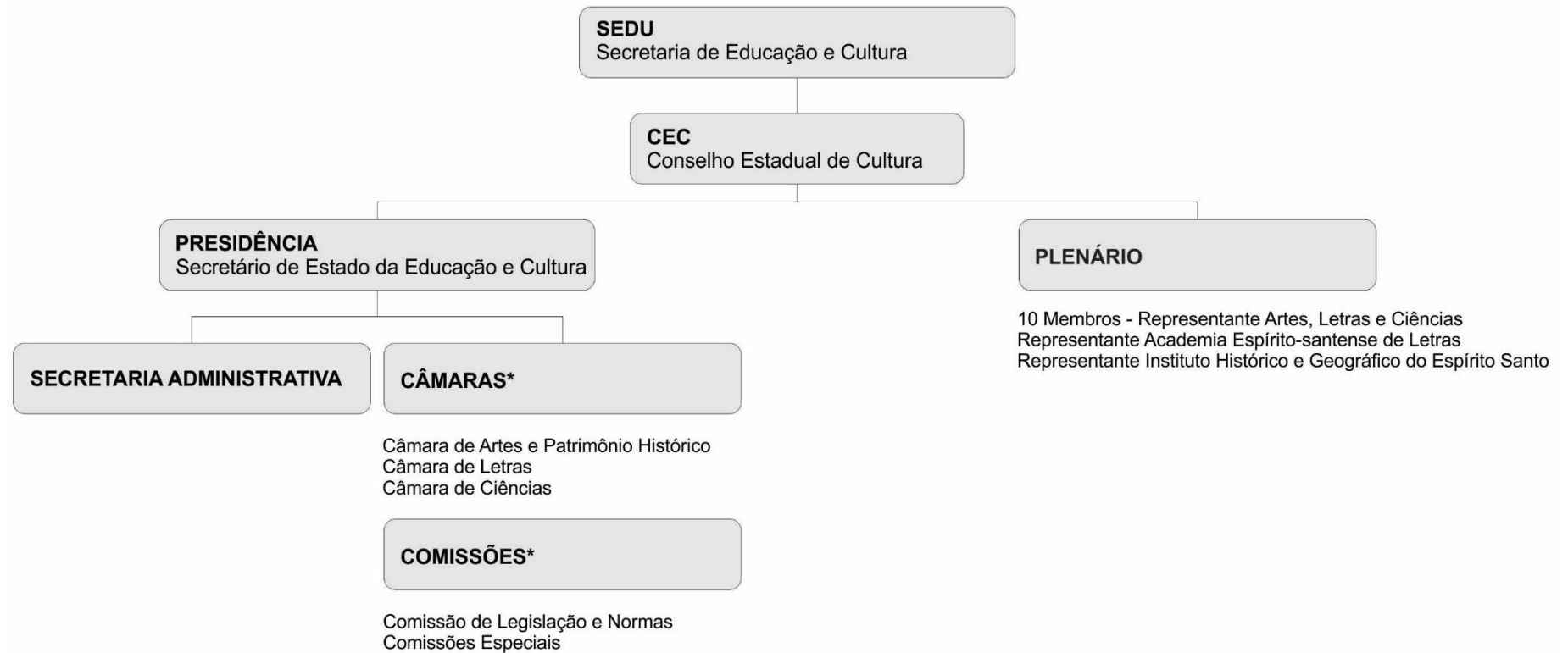
Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, fev. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO.(Lei Delegada nº 06/67).

APÊNDICE B – Estrutura da Fundação Cultural (1967)



Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, fev. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO. (Lei nº 2.307/67).

APÊNDICE C – Estrutura do Conselho Estadual de Cultura (1969)



* Conforme Regimento Interno do CEC, publicado no Diário Oficial de 13 de abril de 1970.

Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, mar. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO (Lei nº 2468/69).

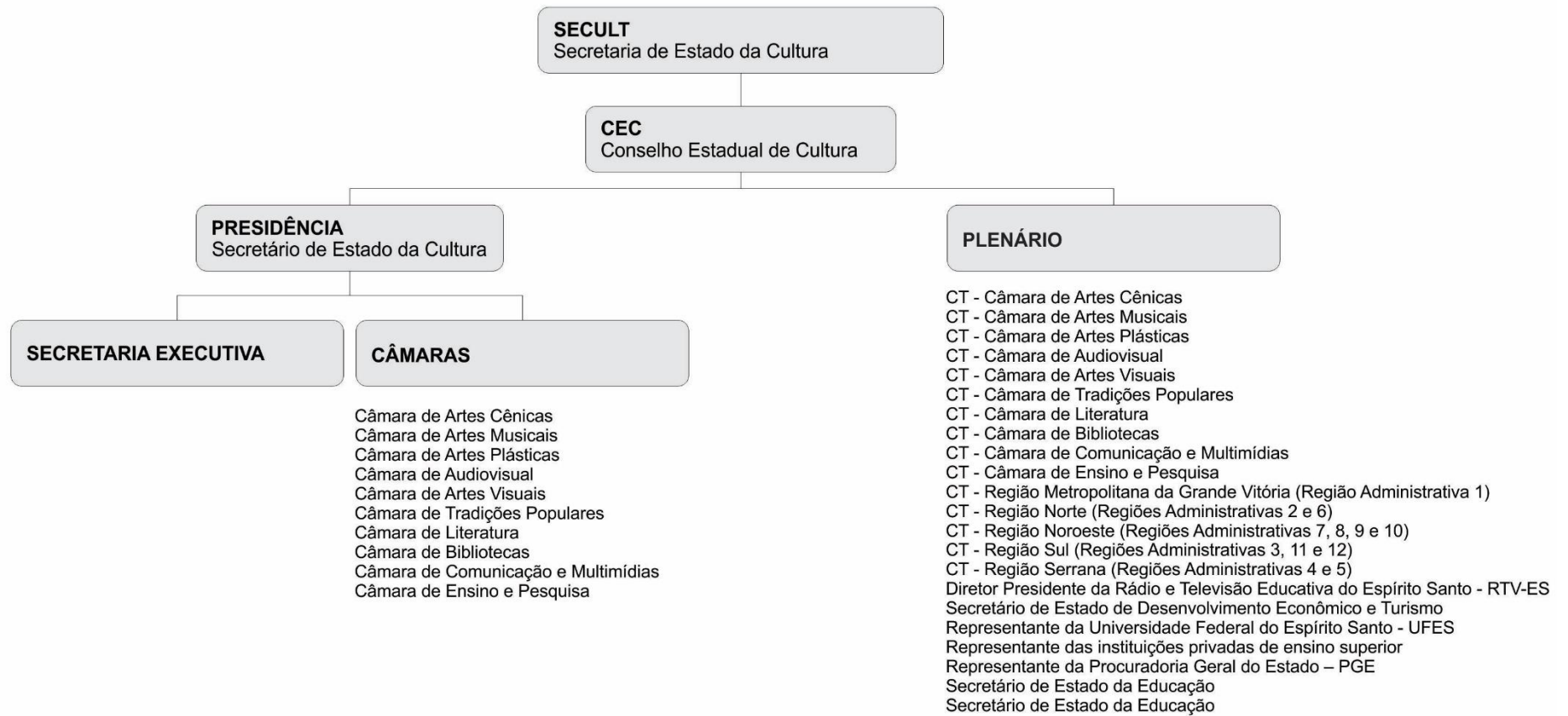
APÊNDICE D – Estrutura do Conselho Estadual de Cultura (1988)



* CT - Conselheiro Titular

Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, mar. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO (Lei nº 4152/88).

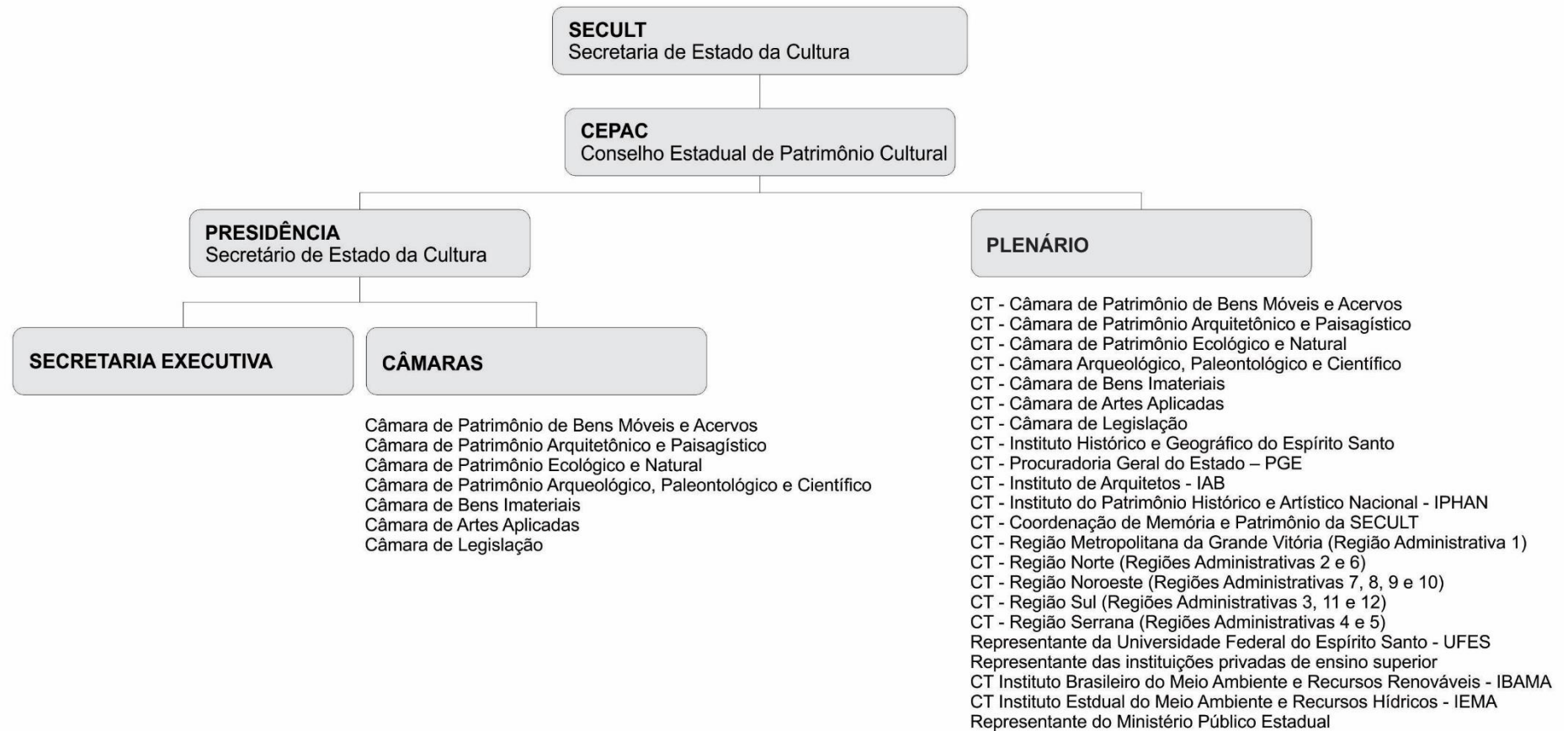
APÊNDICE E – Estrutura do Conselho Estadual de Cultura (2006)



* CT - Conselheiro Titular

Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, mar. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO (Lei Complementar nº 375/06).

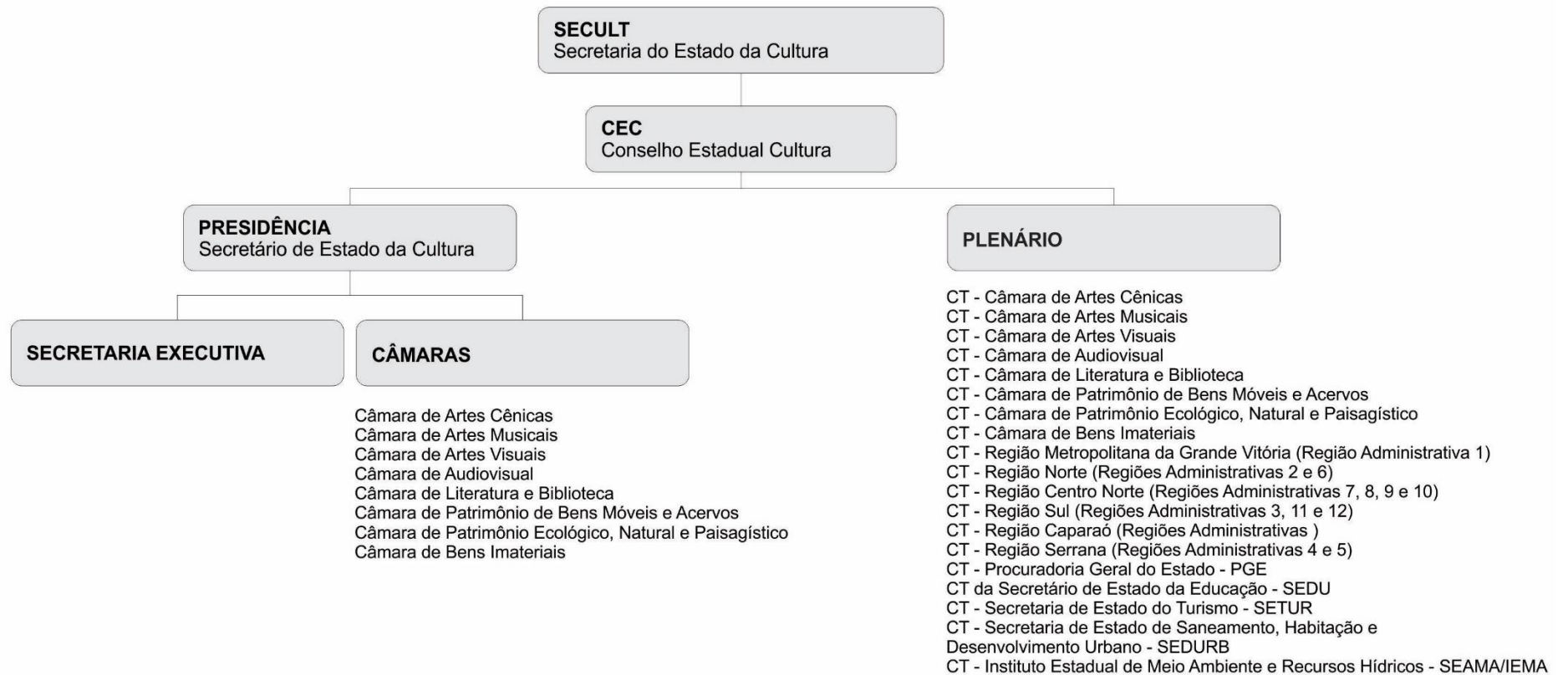
APÊNDICE F – Estrutura do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (2006)



* CT - Conselheiro Titular

Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, mar. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO (Lei Complementar nº 374/06).

APÊNDICE G – Estrutura do Conselho Estadual de Cultura (2007)



* CT - Conselheiro Titular

Elaborado por Joyce Naara Pimenta Abreu, mar. 2016. Fonte: ESPÍRITO SANTO (Lei Complementar nº 421/07).

APÊNDICE H

Quadro-síntese dos documentos analisados

Documento	Objeto patrimonial	Instituições		Proposta de delimitação	Instrumento	Valor aderido	Representação
Porto de São Mateus							
1975. Estudo Grupo de Trabalho (Tombamento)	Acervo histórico, patrimônio histórico do porto, prédios de interesse histórico, valor histórico do Porto	UFES / FCES	Maria Cecília Nassif / Artes Plásticas	Ausência de proposta de delimitação. Tombamento individual.	-	Aposta na recuperação e no desenvolvimento econômico da área por meio do potencial turístico.	-
1979. Anteprojeto de Lei Municipal	Área do porto	SEPLAN / DEC / FCES	Reinaldo G. Machado / Arquitetura	Proposta de Zoneamento subdividida em Área do Tombamento Rígido, Área de Tombamento Parcial, Área de Camping	Lei nº 129/82. Perímetro do Tombamento Paisagístico do Porto de São Mateus Municipal A lei define um zonamento para uso do solo e das edificações da área.	Aposta na recuperação da área em benefício da população local; salienta a necessidade de integração porto-cidade.	Demarcação sobre base cartográfica.
2008. Estudos objetivando a revisão do processo de tombamento e elaboração de diretrizes para intervenção nos sítios	Edifícios tombados, ideia de sítio, entorno, visibilidade, ambiência, proteção ambiental	SECULT	Fernando Betarello, Rodrigo Zotelli / Arquitetura e urbanismo	Delimitação subdividida em Poligonal da Área de Tombamento, Poligonal da Área de Vizinhança do Tombamento e Áreas de Preservação Ambiental	Resolução CEC Nº 001/2010. Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de São Mateus	Ampliação do objeto, com a análise da estrutura urbana onde está inserido, a evolução do espaço, as relações sociais, a cultura e a economia.	Demarcação sobre base aerofotográfica.

Estadual

Estabelece critérios para a manutenção da visibilidade e ambiência do sítio.

Santa Leopoldina

1983. Tombamento	Paisagem urbana/ núcleo/ acervo/ ambiente urbano e paisagem natural/ núcleo urbano/ edificações de interesse cultural	DEC / DPHC	Arquitetura (?)	Ausência de proposta de delimitação. Tombamento individual.	-	Aposta no desenvolvimento econômico da área por meio do turismo e atividades culturais.	-
	História, Conjunto arquitetônico						
1981. Minuta de Lei	Conjunto arquitetônico consolidado	IBAM	Arquitetura	Delimitação única	Lei nº 491/81. Zona de Interesse Histórico - ZIH	Aposta no desenvolvimento econômico da área por meio do turismo, especialmente do potencial paisagístico natural	Demarcação sobre base cartográfica bastante singular.
					Municipal		
					Estabelece os usos, gabarito, alinhamento e características tipológicas das construções		
1982. Lei nº 516/82	Conjunto arquitetônico	DEC	Arquitetura (?)	Mapa não localizado.	Lei nº 516/82. Zona de Interesse Histórico - ZIH	Aposta no desenvolvimento econômico da área por meio do turismo e de atividades culturais	-
					Municipal, com indicação da necessidade de aprovação pelo DEC		
					Estabelece os usos, gabarito, alinhamento e características tipológicas das construções		

2008. Estudos objetivando a revisão do processo de tombamento e elaboração de diretrizes para intervenção nos sítios	Edifícios tombados, ideia de sítio, entorno, visibilidade, ambiência, proteção ambiental	Secult	Fernando Betarello, Rodrigo Zotelli / Arquitetura e urbanismo	Delimitação dividida em Poligonal da Área de Tombamento, Poligonal da Área de Vizinhança do Tombamento e Áreas de Preservação Ambiental	Resolução CEC Nº 003/2010. Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC	Ampliação do objeto, com a análise da estrutura urbana onde está inserido, a evolução do espaço, as relações sociais, a cultura e a economia	Demarcação sobre base cartográfica, com indicação dos pontos de coordenadas.
--	--	--------	---	---	---	--	--

Estadual

Estabelece critérios para a manutenção da visibilidade e ambiência do sítio.

São Pedro do Itabapoana

1987. Tombamento	História, ambiental e urbano, ambiente urbano, relações espaciais, aglomerado urbano, traçado urbano, núcleo	CEC	Fernando Betarello/ Arquitetura e urbanismo	Proposta de delimitação da área urbana.	A proposta não se concretiza em legislação.	Entendimento das relações espaciais do lugar como prioritárias na definição das ações de preservação (identidade cultural); planejamento e preservação	Levantamento feito à mão (croqui)
------------------	--	-----	---	---	---	--	-----------------------------------

2008. Estudos objetivando a revisão do processo de tombamento e elaboração de diretrizes para intervenção nos sítios	Edifícios tombados, ideia de sítio, entorno, visibilidade, ambiência, proteção ambiental	Secult	Fernando Betarello, Rodrigo Zotelli / Arquitetura e urbanismo	Delimitação dividida em Poligonal da Área de Tombamento, Poligonal da Área de Vizinhança do Tombamento e Áreas de Preservação Ambiental	Resolução CEC Nº 002/2010. Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de São Pedro do Itabapoana	Ampliação do objeto, com a análise da estrutura urbana onde está inserido, a evolução do espaço, as relações sociais, a cultura e a economia	Demarcação sobre base aerofotográfica.
					Estadual	Estabelece critérios para a manutenção da visibilidade e ambiência do sítio.	

Muqui

2000. Inventário Proposta de tombamento municipal		Prefeitura Municipal de Muqui	Genildo Hautequest/ Arquitetura e urbanismo	Perímetro do Tombamento e Entorno do Perímetro do Tombamento	Resolução CMC/03/2000. Centro Histórico da Cidade de Muqui	Demarcação sobre levantamento topográfico.
					Municipal	

2008. Levantamento Histórico e Diagnóstico Urbanístico e Arquitetônico do Sítio Histórico de Muqui	Paisagem urbana, patrimônio cultural ambiental urbano, paisagem cultural, paisagem natural	IPHAN	Arq. Dra. Luciene P. de Souza, Arq. MsC. Alfredo H. C. de Souza / Arquitetura e Urbanismo	Perímetro do Sítio Histórico Urbano, Perímetro da Área de Diretrizes Especiais (Área de Entorno), Zona de Impacto Visual e Zona de Amortecimento	-	Adota o conceito de Paisagem Cultural, que considera natureza, espaços construídos, modos de produção e atividades culturais e sociais numa relação de complementaridade.	Demarcação sobre levantamento topográfico.
2012. Mudança de metodologia do tombamento do Sítio Histórico de Muqui	Conjunto urbano, Paisagem	Secult	Tatiana Casado / Arquitetura e urbanismo	Poligonal de Tombamento (PT), Poligonal de Entorno (PE) e Poligonal de Entorno Imediato (PEI)	Resolução CEC Nº 002/2012. Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC Estadual Protege os imóveis contra descaracterizações formais e volumétricas, bem como o traçado urbano, e sua relação com o entorno ambiental, paisagístico e cultural.	Adota o conceito de Paisagem, com a inserção de elementos naturais e edificações que, embora não tenham interesse direto para o tombamento individual, compõem a ambiência do sítio e conferem valor ao conjunto de bens	Delimitação sobre base aerofotográfica.

Itapina

2010. Inventário para fins de tombamento	Paisagem urbana, patrimônio cultural ambiental urbano, paisagem cultural, paisagem natural	Seguir Consultoria	Arq. Dra. Luciene P. de Souza, Arq. MsC. Alfredo H. C. de Souza / Arquitetura e Urbanismo	Define área de Proteção Rigorosa (APR), Áreas de Diretrizes Especiais (ADE's), além de Áreas de Preservação Ambiental e Paisagística	-	Adota o conceito de Paisagem Cultural, que considera natureza, espaços construídos, modos de produção e atividades culturais e sociais numa relação de complementaridade.	Demarcação sobre levantamento topográfico.
2012. Mudança de metodologia do tombamento do Sítio Histórico de Itapina	Conjunto urbano, Paisagem	Secult	Tatiana Casado / Arquitetura e urbanismo	Delimitação subdividida em Poligonal de Tombamento e Poligonal de Entorno, com subdivisão sem setores	Resolução CEC Nº 03/2013. Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC/ Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina	Adota o conceito de Paisagem, com a inserção de elementos naturais e edificações que, embora não tenham interesse direto para o tombamento individual, compõem a ambiência do sítio e conferem valor ao conjunto de bens	Demarcação sobre base aerofotográfica, com identificação dos pontos de coordenadas
					Estadual	Protege os imóveis contra descaracterizações formais e volumétricas, bem como o traçado urbano, e sua relação com o entorno ambiental, paisagístico e cultural.	

APÊNDICE I

Nomenclatura de referência à área patrimonial nos processos de tombamento

Data	São Mateus	Santa Leopoldina	São Pedro do Itabapoana	Muqui	Itapina
1975	Patrimônio histórico do porto, prédios de interesse histórico (fl. 08-14)				
	Acervo histórico/ Acervo/ Patrimônio (fl. 01-02)				
1976	Área do porto/ imóveis (fl. 30)				
	Tombamento do porto/ Imóveis na área do porto (fl. 31)				
1980		Imóveis (rua principal)* (fl. 9) * Av. Presidente Getúlio Vargas (antiga Rua do Comércio)			
		Imóveis/ Conjunto arquitetônico global/ Conjunto/ paisagem (fl. 10)			
		Imóveis (fl. 12)			
		Imóveis/ Patrimônio histórico/ Casario histórico (fl. 14)			
1982		Belo casario de valor histórico-social e cultural/ Imóveis (fl. 30)			
		Paisagem urbana/ Núcleo/ Acervo/ ambiente urbano e paisagem natural/ Núcleo urbano/ Edificações de interesse cultural (fl. 31-172)			
1983		Imóveis (fl. 174)			
		Imóveis (fl. 175)			
		Imóveis (fl. 176)			

		Imóveis (fl. 178)		
		Casario (fl. 179)		
		Conjunto arquitetônico (fl. 180-181)		
		Imóveis/ Patrimônio histórico (fl. 182)		
1984	Patrimônio histórico estadual (fl. 44)			
	Imóvel, entorno do porto (fl. 65)			
			Núcleo histórico/ núcleo/ bem histórico (fl. 22)	
			Núcleo (fl. 23)	
			Núcleo histórico (fl. 102)	
1986			Imóveis (fl. 103-104)	
			Patrimônio histórico e artístico*/ Patrimônio ambiental urbano/ Núcleo urbano/ Aglomerado urbano/ Sítio/ Conjunto urbano/ Núcleo histórico (fl. 107-110)	
			Núcleo histórico/ vila (fl.35)	
			Bens imóveis, conjunto arquitetônico (fl. 193)	Memórias culturais (fl. 10)
			Núcleo histórico (fl. 210)	
1987			Núcleo histórico/ Vila tombada/ Marco histórico e artístico (fl. 211)	
			Núcleo histórico (fl. 214)	
			Bens imóveis do conjunto arquitetônico/ Bens históricos (fl. 218)	
1989	Sítio histórico do porto/ Patrimônio histórico/ Casario do porto/ acervo cultural (fl. 68-70)		Sítio histórico (Processo 43669590, fl. 68-70)	Memórias culturais (fl. 14)

			Bens integrantes do conjunto arquitetônico/ Bens históricos (fl. 220)	
			Sítio histórico (Resolução Nº 12/90)	Imóveis de valor histórico e cultural/ Imóveis (fl. 17-19)
1990				Imóveis culturais de importância histórica-cultural (fl. 32)
				Imóveis (fl. 35)
				Memórias culturais/ imóveis (fl. 39)
				Memórias culturais (fl. 43)
1991	Sítio histórico do porto/ Sítio histórico (fl. 72)			
1994			Distrito (fl. 223)	
	Casario do sítio histórico do porto (fl. 84)			Núcleo de arquitetura eclética/ Núcleo histórico/ Valor histórico e arquitetônico (fl. 52)
				Sítio histórico/ Sítio/ (fl. 59)
1999				Sítio histórico de arquitetura eclética (fl. 62)
				Sítio histórico (fl. 88)
				Sítio histórico (fl. 89)
				Sítio histórico (Resolução Nº 06/1999) (fl. 90)
				Patrimônio histórico/ Sítio histórico (fl. 93)
2000				Sítio arquitetônico/ Tombamento dos imóveis e da urbe/ Sítio histórico/ Sítio urbano (fl. 98)
				Sítio histórico (fl. 101)
2007			Sítio histórico (fl. 232-237)	
2008	Porto/ Sítio histórico	Sítio histórico/ Sítio	Sítio histórico/ sítio	

2009	Conjunto arquitetônico (fl. 259 - Resolução Nº 01/2008)				
	Conjunto arquitetônico (fl. 265)				
	Conjunto arquitetônico (fl. 266)				
	Sítio histórico/ Bens imóveis (fl. 773-775)				
	Sítio histórico (fl. 777)				
2010	Sítio histórico/ Bens culturais tombados (fl. 92)	Sítio histórico/ Bens culturais tombados (fl. 327-328)/ Sítio histórico/ Bens culturais tombados (fl. 329-330) Sítio histórico/ Bens culturais tombados (fl. 331)/ Sítio histórico/ Bens culturais tombados (fl. 339-340)/ Sítio histórico/ Bens culturais tombados/ APAC (fl. 341)	Sítio histórico/ Bens culturais tombados/ Bens tombados (fl. 267-268)/ Sítio histórico/ Bens culturais tombados/ Bens tombados (fl. 270)	Sítio histórico (fl. 990)	Núcleo urbano/ Sítio histórico/ Conjunto histórico/ Acervo arquitetônico e urbanístico/ Sítio/ Sítio histórico urbano/ Paisagem urbana/ Paisagem cultural/ Acervo urbanístico, paisagístico e ambiental/ Núcleo histórico/ Conjunto urbano/ Ambiente cultural/ Patrimônio ambiental urbano (fl. 2-45)
				Sítio histórico (fl. 993)	
				Sítio histórico (fl. 994)	
	Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC (Resolução CEC nº 01/2010)	Núcleo histórico (fl. 335-338)	Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC (Resolução CEC nº 02/2010)	Imóveis/ sítio histórico (fl. 1010)	Sítio histórico/ Cojunto urbano/ Núcleo urbano/ Patrimônio cultural ambiental urbano/ Sítio histórico (fl. 1)

2011

	sítio histórico (fl. 1011; 1017; 1020; 1025; 1028; 1031; 1034; 1037; 1040; 1043; 1046; 1049; 1052; 1053; 1055; 1056; 1058; 1059; 1061; 1065; 1068; 1072; 1075; 1078; 1081; 1087; 1089; 1102; 1105; 1108; 1111; 1114; 1117; 1122; 1125; 1128; 1131; 1134; 1137; 1140; 1143; 1143; 1149; 1152; 1155; 1158; 1161; 1164; 1168; 1171; 1174; 1177; 1181; 1185; 1188; 1192; 1197; 1200; 1203; 1206; 1213; 1221; 1224; 1227; 1233; 1236; 1240; 1243; 1248; 1251; 1255; 1258; 1263; 1267; 1270; 1273; 1276; 1279; 1282; 1287; 1290; 1293; 1297; 1300; 1303; 1307; 1311; 1315; 1318; 1321; 1325; 1328; 1331; 1334; 1339; 1342; 1345; 1348; 1351; 1354; 1357; 1360; 1364; 1367; 1370; 1374; 1377; 1380; 1386; 1389; 1393; 1396; 1399; 1403; 1406; 1409; 1412; 1415; 1418; 1422; 1425; 1428; 1432; 1436; 1440; 1443; 1446; 1450; 1460; 1461; 1462	Sítio histórico/ Núcleo/ Sítio/ Núcleo urbano (fl. 312-313)
	Sítio histórico (fl. 1455-1456)	
Bens tombados/ Patrimônio cultural (fl. 271-276)	Sítio histórico (fl. 1463)	
Sítio histórico/ Conjunto arquitetônico (fl. 277-278)	Sítio histórico (fl. 1464-1468)	
	Sítio histórico/ Sítio/ Conjunto urbano e paisagístico (fl. 1498-1501) METODOLOGIA	
	Sítio histórico (fl. 1512)	
	Sítio histórico (fl. 1538)	

Sítio histórico/ (fl. 97-106)
Porto (fl. 108)
Sítio histórico (fl. 109) (fl. 149) (fl. 152)

2012

Conjunto histórico paisagístico (Resolução CEC Nº 002/2012)	Sítio histórico/ Conjunto urbano/ sítio (fl. 320-329)
(Resolução CEC Nº 003/2012)	Sítio histórico/ Sítio (fl. 331)
Sítio histórico/ Conjunto histórico (fl. 1654)	Conjunto histórico e paisagístico/ Sítio histórico urbano/ Área de Proteção do Ambiente Cultural (Resolução CEC Nº 003/2013)
Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 1655)	
Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 1656)	
Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 1657)	
Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 1658)	
Sítio histórico/ Conjunto histórico (fl. 1659)	
Sítio histórico/ Conjunto histórico (fl. 1660)	
Sítio histórico/ Conjunto histórico (fl. 1661)	
Sítio histórico/ Conjunto histórico (fl. 1662)	
Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 1663)	
Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1664)	
Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1665)	
Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1666)	

				Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1667)	
				Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1668)	
				Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1669)	
				Área de Proteção do Ambiente Cultural, conjunto histórico e paisagístico (fl. 1670)	
				Sítio histórico (fl. 1673)	
2013	Sítio histórico (fl. 114)				Sítio histórico (fl. 401)
	Sítio histórico (fl. 162-165)				
	Sítio histórico (fl. 166-168)				
2014	Sítio histórico/ conjunto histórico (fl. 169-174)				
	Sítio histórico (fl. 175-176)				
	Sítio histórico/ sítio (fl. 178-179)	Conjunto arquitetônico/ bens culturais tombados/ sítio histórico (fl. 344-345)	Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC (fl. 290)	Sítio histórico (fl. 1675-1676)	Conjunto histórico e paisagístico/ sítio histórico (fl. 402-403)
2015		Conjunto arquitetônico/ bens culturais tombados/ sítio histórico (fl. 346-347)			Conjunto histórico e paisagístico (fl. 402-409)
		Conjunto arquitetônico/ sítio histórico/ sítio (fl. 349-350)			Conjunto histórico e paisagístico (fl. 410)
					Sítio histórico (fl. 414)
					Conjunto histórico e paisagístico/ sítio histórico (fl. 415-416)

Legenda

	Ofício - Correspondência oficial enviada pelo Conselho Estadual de Cultura
	Estudo - Estudos elaborados para a análise dos sítios
	Parecer - Pareceres das Câmaras
	Resolução - Resoluções do Conselho Estadual de Cultura
	Projeto de Restauração DEC
	Relatório Técnico - Gerência de Patrimônio